

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA - PPGTU**

**MANOELA MASSUCHETTO JAZAR**

**UNI E TRANSTEMPORALIDADE NA TRANSFERÊNCIA DE IDEIAS SOBRE A  
CIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE A GESTÃO URBANA E A OBRA LITERÁRIA DE  
GRACILIANO RAMOS**

**CURITIBA**

**2015**

**MANOELA MASSUCHETTO JAZAR**

**UNI E TRANSTEMPORALIDADE NA TRANSFERÊNCIA DE IDEIAS SOBRE A  
CIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE A GESTÃO URBANA E A OBRA LITERÁRIA DE  
GRACILIANO RAMOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana - PPGTU, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Ultramari

**CURITIBA**

**2015**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

J42u  
2015

Jazar, Manoela Massuchetto

Uni e transtemporalidade na transferência de ideias sobre a cidade : um diálogo entre a gestão urbana e a obra literária de Graciliano Ramos / Manoela Massuchetto Jazar ; orientador: Clovis Ultramari. – 2015.  
156 f. : il. 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2015

Bibliografia: f. 132-140

1. Planejamento urbano. 2. Cidades e vilas na literatura. 3. Vida urbana na literatura. 4. Ramos, Graciliano, 1892-1953. I. Ultramari, Clovis. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

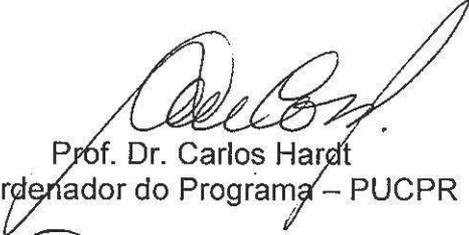
TERMO DE APROVAÇÃO

**“UNI E TRANSTEMPORALIDADE NA TRANSFERÊNCIA DE IDEIAS SOBRE A  
CIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE GESTÃO URBANA E OBRA LITERÁRIA DE  
GRACILIANO RAMOS”**

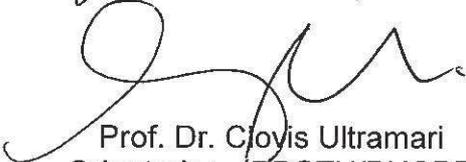
Por

**MANOELA MASSUCHETTO JAZAR**

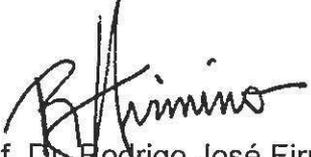
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Carlos Hardt  
Coordenador do Programa – PUCPR



Prof. Dr. Cloyis Ultramari  
Orientador – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Rodrigo José Firmino  
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Luís Gonçalves Bueno de Camargo  
Membro Externo – UFPR

Curitiba, 10 de dezembro de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, professor Clovis Ultramari, pelo auxílio em momentos de dúvida, por sua paciência, seus ensinamentos, sua confiança e amizade.

Aos professores Rodrigo José Firmino e Luís Gonçales Bueno de Camargo pelas contribuições valiosas na elaboração desta dissertação.

Ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da PUCPR pelos conhecimentos transmitidos e pela oportunidade de realização desta pesquisa. À Pollyana Schlenker por toda a assistência dada ao longo desses dois anos.

Aos meus amigos que, presentes ou distantes, compreenderam os momentos de ausência e celebraram as vitórias ao meu lado.

Ao meu pai, Azionir Jazar, pelo incentivo e caronas constantes.

Meu agradecimento especial à minha mãe e melhor amiga, Marisa Regina Massuchetto Jazar, por seu apoio e carinho incondicionais durante a elaboração deste trabalho.

Muito obrigada a todos que fizeram parte dessa jornada, direta ou indiretamente!

Liberdade completa ninguém desfruta:  
começamos oprimidos pela sintaxe e  
acabamos às voltas com a Delegacia de  
Ordem e Política Social, mas, nos estreitos  
limites a que nos coagem a gramática e a  
lei, ainda nos podemos mexer.

(Graciliano Ramos, Memórias do Cárcere,  
[1953] 2013, p. 21).

A gente se acostuma com o que vê. E eu,  
desde que me entendo, vejo eleitores e  
urnas. Às vezes suprimem os eleitores e as  
urnas: bastam livros. Mas é bom um  
cidadão pensar que tem influência no  
governo, embora não tenha nenhuma. Lá  
na fazenda o trabalhador mais desgraçado  
está convencido de que, se deixar a  
peroba, o serviço emperra. Eu cultivo a  
ilusão. E todos se interessam.

(Graciliano Ramos, S. Bernardo,  
[1934] 2007, p. 77).

## RESUMO

A expressão “transferência de ideias” pode ser utilizada no campo da gestão urbana como forma de ampliar e viabilizar a justificativa da adoção adaptada de ideias e práticas de gestão em diferentes lugares a diferentes tempos. A presente dissertação dedica-se à análise do processo de transferência de ideias da literatura para a gestão da cidade e o pensar sobre ela, mais especificamente, do autor/gestor Graciliano Ramos para a Gestão Urbana Contemporânea. A investigação compreende dois níveis de análise: no primeiro (unitemporal), confrontam-se os relatórios municipais desenvolvidos por Graciliano Ramos durante seus dois anos como prefeito de Palmeira dos Índios (AL) e cinco de suas obras literárias (S. Bernardo, Angústia, Vidas Secas, Infância e Memórias do Cárcere); no segundo (transtemporal), examina-se o discurso político desse autor/gestor – representado por seus dois relatórios municipais – sob os parâmetros da gestão urbana contemporânea. Para a análise, são determinadas periodizações no processo de evolução da gestão urbana brasileira que, entre 1875 e 2015, representam o aumento da complexidade do discurso urbano e a consolidação de prioridades distintas a cada época. A argumentação proposta visa contribuir com o debate sobre a gestão dos recursos públicos, a linearidade da administração pública, o respeito ao meio ambiente e aos processos de participação da cidade, dentre outros aspectos qualitativos nos espaços urbanos.

**Palavras-chave:** Transferência de Ideias. Gestão Urbana Contemporânea.  
Graciliano Ramos.

## ABSTRACT

The expression “transference of ideas” can be used in the field of urban management as a way to expand and facilitate the justification of adapted management ideas and practices in different places at different times. This thesis analyzes the process of transfer of ideas from literature to the way we think and manage the city, more specifically, from the author/mayor Graciliano Ramos to the contemporary urban management most common paradigms. The research comprises two levels of analysis: 1. the relational patterns between the municipal reports issued by Graciliano Ramos during his two years as mayor of *Palmeira dos Índios (AL)* and five of his main books (***S. Bernardo, Angústia, Vidas Secas, Infância*** and ***Memórias do Cárcere***); and 2. the scrutiny of this author/mayor’s political discourse present in his two municipal reports by means of parameters of the contemporary urban management. To proceed with this analysis, the Brazilian urban management process was studied according to its distinct periods 1875 through 2015, to the increasing complexity its discourse and practice has showed since then and to the establishment of different historical priorities. The proposed research aims to contribute for the debate on the management of public resources, the linearity of the public administration, the respect for the environment, and the city's participatory processes, among other qualitative aspects observed in contemporary urban spaces.

**Key-words:** Transfer of Ideas. Contemporary Urban Management. Graciliano Ramos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Níveis de relação entre literatura e a cidade.....	12
Figura 2 - Análise comparativa entre Graciliano Ramos e a Gestão Urbana Contemporânea.....	16
Quadro 1 - Classificação da Pesquisa .....	23
Quadro 2 - Obras de Graciliano Ramos e respectivas temáticas.....	27
Figura 3 - Aspectos analisados sobre a Gestão Urbana Brasileira .....	35
Figura 4 - Aspectos analisados sobre a Transferência de Ideias.....	35
Figura 5 - Relações entre Graciliano Ramos gestor e Graciliano Ramos escritor.....	36
Figura 6 - Elementos de análise da transferência de ideias .....	36
Figura 7 - Aspectos analisados em Graciliano Ramos.....	37
Figura 8 - Confronto de conceitos e análises: diagnóstico da transferência .....	38
Figura 9 - Mitificação do bom gestor a partir do bom escritor .....	38
Figura 10 - Cruzamento das periodizações estudadas .....	40
Figura 11 - Planta do Rio de Janeiro com destaque para as novas avenidas propostas à época.....	43
Figura 12 - Plano de Avenidas de Prestes Maia .....	47
Figura 13 - Estado da Guanabara, eixos de expansão .....	50
Quadro 3 – Os primeiros cinco períodos da Gestão Urbana Brasileira e suas características .....	54
Quadro 4 - Caracterização da gestão urbana contemporânea.....	56
Figura 14 - Elementos de transferência .....	58
Figura 15 - Leitura unitemporal: Graciliano Ramos gestor e Graciliano Ramos literato .....	63
Figura 16 - Linha do tempo: vida de Graciliano Ramos .....	64
Figura 17 - Municípios de Alagoas em que Graciliano Ramos residiu .....	64
Figura 18 - Graciliano Ramos (1892 - 1953).....	67
Figura 19 - Relatórios Municipais de Palmeira dos Índios referentes aos anos de 1928 e 1929 .....	74
Gráfico 1 - Receitas do Exercício de 1928 .....	76
Gráfico 2 - Despesas do Exercício de 1928 .....	76
Gráfico 3 - Receitas do Exercício de 1929 .....	79

Gráfico 4 - Despesas do Exercício de 1929 .....	79
Tabela 1 - Remuneração mensal do quadro de pessoal da prefeitura em 1929 .....	80
Figura 20 - Primeira edição S. Bernardo (1934).....	84
Figura 21 - Primeira edição de Angústia (1936).....	88
Figura 22 - Primeira edição de Vidas Secas (1938).....	92
Figura 23 – Primeira edição de Infância (1945).....	95
Figura 24 - Primeira edição de Memórias do Cárcere (1953) .....	99
Quadro 5 – Dez características de Graciliano Ramos presentes em suas obras....	109
Figura 25 - Aspectos transferidos uni e transtemporalmente .....	120
Quadro 6 - Transferência unitemporal: entre obra e gestão de Graciliano Ramos .	121

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Remuneração mensal do quadro de pessoal da prefeitura em 1929.....	80
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 OBJETIVOS.....	19
1.2 JUSTIFICATIVAS .....	20
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>23</b>
2.1 TRANSTEPORALIDADE E UNITEMPORALIDADE .....	25
2.1.1 Obras de Graciliano Ramos selecionadas .....	28
2.2 A GESTÃO DE GRACILIANO RAMOS .....	33
2.3 FASES DA PESQUISA.....	34
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>39</b>
3.1 GESTÃO URBANA BRASILEIRA: PERIODIZAÇÃO E MODELOS.....	39
3.1.1 Periodização da gestão urbana brasileira .....	42
3.1.2 Gestão urbana contemporânea.....	55
3.2 TRANSFERÊNCIA DE IDEIAS POR MEIO DA LITERATURA.....	58
3.3 GRACILIANO RAMOS: GESTOR, AUTOR E CIDADÃO .....	62
3.3.1 A vida de Graciliano: um breve resumo .....	64
3.3.2 Graciliano e a política .....	68
3.3.3 Análise dos Relatórios Municipais de Graciliano .....	72
3.3.4 Produção literária .....	82
<b>4 O MITO E SUAS REVELAÇÕES LITERÁRIAS</b> .....	<b>101</b>
4.1 A CONSTRUÇÃO DO MITO GRACILIANO RAMOS .....	101
4.2 O AUTOR SE REVELA: PERCEPÇÕES LITERÁRIAS.....	106
<b>5 A CONTEMPORANEIDADE DA GESTÃO DO PREFEITO GRACILIANO</b> .....	<b>120</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>132</b>
<b>ANEXO A – RELATÓRIO DO PREFEITO GRACILIANO RAMOS AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, 1928</b> .....	<b>141</b>
<b>ANEXO B – RELATÓRIO DO PREFEITO GRACILIANO RAMOS AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, 1929</b> .....	<b>148</b>
<b>ANEXO C – COMENTÁRIOS DO GOVERNADOR DE ALAGOAS, ÁLVARO PAES, AOS RELATÓRIOS DO PREFEITO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, GRACILIANO RAMOS</b> .....	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A palavra “transferência” está relacionada à passagem, transmissão, permutação, troca, movimentação, deslocamento; traduz-se, na presente pesquisa, na “viagem” das ideias ao longo do tempo e do espaço, por vezes, conjuntamente à movimentação de pessoas, mas também independente dela.

Transferência de ideias, para alguns “migração das ideias”, pode também ser utilizada no campo da gestão urbana como, conforme anunciam Ultramari e Duarte (2012), forma de ampliar e viabilizar a justificativa da adoção adaptada de ideias e práticas de gestão em diferentes lugares. Para esses autores, ideias não são apenas impostas, mas comportam-se como objeto de compra e venda, sendo adotadas com legitimidade social e assimiladas inconscientemente.

Na realização da concretude dessa transformação, ou melhor dito, da agregação de esforços intelectuais singulares, estão, dentre outros fatores, a comunicação e a migração de seus autores fractais. Reconhece-se [...] que essa comunicação e essa migração podem ser potencializadas por características do momento de suas formulações: situações políticas, interesses geopolíticos, crises e avanços econômicos, características geográficas, imposições religiosas, disponibilidade de tecnologias, dentre outros muitos fatores que possam reduzir ou incrementar aspectos qualitativos, positivos ou negativos de uma produção individual. (ULTRAMARI; DUARTE, 2012, p. 171-172).

Admite-se aqui que a discussão acerca da transferência de ideias pode ocorrer quanto à: i) similaridade de crenças, teorias, costumes e artefatos em diferentes tempos e lugares; ii) difusão aparente de ideias – em sua forma pura ou por meio de artefatos; iii) contextualização da análise e identificação de aspectos mantidos e perdidos durante o processo da transferência; iv) permanência de “protótipos” de ideias em diferentes contextos (SCAZZIERI; SIMILI, 2008, p.vii).

Em meio aos inúmeros fatores que permitem garantir, potencializar ou reduzir o impacto e a circulação de ideias por meio de práticas e de preceitos, Ultramari e Duarte (2012) anunciam:

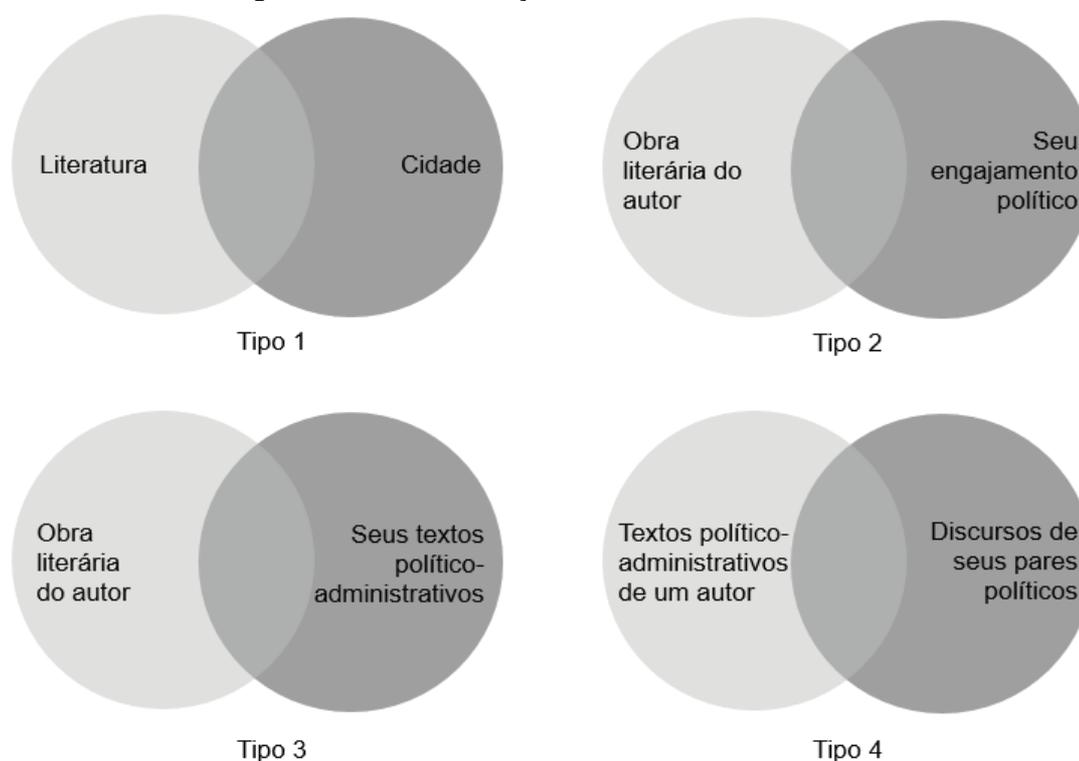
A despeito da diversidade de fatores que explicariam a migração e a adoção de ideias, ou mesmo da priorização de alguns fatores explicativos, vale ainda a aceitação, conforme identificada por Ortega y Gasset (1984), de que somos – e nossas ideias também o são – nós mesmos e nossas circunstâncias. Tal observação reitera assim a diversidade de fatores que podem influenciar a constituição de um fato, mas, mais claramente, indica um quase desencanto com as tentativas de apreendê-los sintética e certamente (ULTRAMARI; DUARTE, 2012, p. 172).

Em vista disso surge o interesse em se discutir ideias e seus deslocamentos em diferentes culturas, tempos e espaços, compreendendo que fragmentos e conjuntos de conhecimentos podem ser transferidos conservando sua integridade inicial (*travelling with integrity*) ou preservando características originais de utilidade e aplicabilidade, porém com novas funções (*travelling fruitfully*) (HOWLETT; MORGAN, 2001). “Dessa maneira, reconhece-se que ideias difundem-se e consolidam-se não apenas por seus valores intrínsecos, mas igualmente por aspectos circunstanciais” (ULTRAMARI; DUARTE, 2012).

A presente dissertação dedica-se ao campo de estudo cujo interesse está voltado para o percurso das ideias sobre as cidades, e também a relação entre essas e a literatura. Ou seja, em um nível ampliado, identificam-se ideias transferidas da literatura – ou de seus autores – para a gestão urbana brasileira.

A transferência de ideias urbanas pode se relacionar com os estudos literários em níveis distintos (Fig. 1).

Figura 1 - Níveis de relação entre literatura e a cidade



Fonte: Adaptado de ULTRAMARI; PROCOPIUCK, 2014, inédito.

O **Tipo 1** compreende a inserção da cidade no meio literário que, na presente dissertação, desmembra-se em três abordagens distintas. O primeiro modo, mais comumente encontrado, ocorre por meio da descrição geográfica de cidades nas obras literárias; confere-se, dessa forma, o papel de “palco da ficção” ao meio urbano, em que a cidade constitui um cenário (fictício ou real) para os acontecimentos narrados. Essa abordagem possibilita a compreensão de questões relacionadas à legibilidade da cidade, à representação da violência no território urbano, bem como sua diversidade cultural urbana e as experiências vivenciadas nesses espaços. Segundo Gomes (1997),

[...] essa cidade da multidão, que tem a rua como traço forte de sua cultura, passa a ser não só cenário, mas a grande personagem de muitas narrativas, ou a presença encorpada em muitos poemas. Assim, é Paris para Victor Hugo, Balzac e Zola, ou para Baudelaire em seus poemas; ou Londres para Dickens. No mesmo diapasão, pode-se perguntar o que significa Buenos Aires para Borges, ou Roberto Arlt, ou o contemporâneo Ricardo Piglia; ou Lisboa para Eça de Queirós e Cesário Verde, ou para José Cardoso Pires; o Rio de Janeiro para Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Marques Rebelo ou Rubem Fonseca (GOMES, 1997).

Para exemplificar esse fato, vale a lembrança de que Machado de Assis e Lima Barreto são amplamente citados por suas percepções da cidade do Rio de Janeiro, pois:

[...] buscam, no cotidiano da cidade e na vida anônima dos transeuntes, motivo para suas crônicas. A cidade textual resulta das formas de olhar a cidade real. A cidade real, por sua vez, dilui-se na voz dos artistas estabelecendo um jogo produtor de sentido que permite ver o invisível. A visão do artista induz a pensar o urbano como representação (TEIXEIRA, 2008, p. 2).

Teixeira (2008), ainda nesse contexto, também afirma:

O Rio de Janeiro, visto pelo prisma literário, não é a representação mimética do real, mas sim um deslizamento de sentido. Os dados objetivos são reconfigurados mediante a um processo de intenção deliberada, ilusão de espírito ou manipulação (p. 2).

A outra forma de inserir o meio urbano na obra literária manifesta-se na mesma direção da abordagem anterior, ou seja, relacionando intimamente o local em que os fatos narrados ocorrem e o enredo propriamente dito. Aprofunda-se, entretanto, o papel da cidade – que deixa de ser apenas um cenário geográfico. A ambientação narrativa torna-se indissociável da sucessão de acontecimentos, condicionando-os: os eventos narrados não poderiam ocorrer a outro momento, de

outra forma e, principalmente, em outro lugar. Essa interpretação<sup>1</sup> pode não ser consensual, mas, nesta dissertação, compreende, por exemplo, obras como **Les mystères de Paris** (1843), de Eugène Sue; **A tale of two cities** (1859) de Charles Dickens; **Ulysses** (1922), de James Joyce; **Mistérios do Rio** (1924), de Benjamin Costallat, e; **Down and out in Paris and London** (1933) de George Orwell.

Há ainda uma terceira forma de abordar a relação entre literatura e cidade: levando em consideração as obras técnicas do Urbanismo cujos objetos de estudo estão intimamente relacionados à morfologia das cidades e seu desenvolvimento. Aqui, pode-se ou não limitar o estudo a uma ou outra cidade especificamente, entretanto, dá-se importância ao contexto, aos hábitos e às realidades desses espaços urbanos. Nessa perspectiva podem ser citadas obras como **The Death and Life of Great American Cities** (1961), de Jane Jacobs; **The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects** (1961), de Lewis Mumford; **Storia delle città** (1975), de Leonardo Benevolo; **A Cidade como um Jogo de Cartas** (1988), de Carlos Nelson Ferreira dos Santos; **Cities for a Small Planet** (1997), de Richard Rogers, entre outros títulos relevantes para o estudo das cidades.

No **Tipo 2**, tem-se a literatura incorporada ao urbano pelas relações entre a obra literária do autor e seu engajamento político, nesse âmbito podem ser identificados interesses relacionados à gestão pública das cidades dentre os posicionamentos sociais dos autores da chamada *littérature engagée*, termo que Benoît Denis (2002) interpreta:

A noção de literatura engajada, assim como a de engajamento, é com efeito suscetível de duas acepções [...]: a primeira tende a considerar a literatura engajada como um fenômeno historicamente situado, que o associam geralmente à figura de Jean-Paul Sartre e à emergência, no imediato pós-guerra, de uma literatura passionalmente ocupada com questões políticas e sociais, e desejosa participar da edificação do novo mundo anunciado desde 1917, pela Revolução Russa; a segunda acepção propõe do engajamento uma leitura mais ampla e flexível e acolhe sob a sua bandeira uma série de escritores, que de Voltaire e Hugo a Zola, Péguy, Malraux ou Camus, preocuparam-se com a vida e a organização da Cidade [...] (DENIS, 2002, pp. 17).

---

<sup>1</sup> A obra **Le città invisibili** (1972), de Ítalo Calvino, é considerada, nesta dissertação, um caso particular de protagonismo da cidade. A descrição de Marco Polo enviada ao Imperador Kublai Khan das cinquenta e cinco cidades do Império Mongol compreendem uma representação da condição humana: “Ao navegar de uma cidade a outra, essas histórias deflagram um pensar incessante [...] cuja organização individual é problematizada, numa fortificação perfeita das partes e do todo, mas uma totalidade que leva à multiplicidade” (NEITZEL, 2002, p.159).

Essa relação entre literatura e engajamento expressa, entre outras coisas, o confronto entre a arte e a realidade política. O engajamento implica na reflexão do escritor sobre as relações da literatura com a política e a sociedade em geral. Nessas obras percebe-se a escrita como um instrumento que instiga o leitor a refletir sobre relevantes problemas sociais. Há, segundo Sartre ([1948] 2004), um compromisso do escritor com a sociedade:

Falar é agir; [...] a cada palavra que digo, engajo-me um pouco mais no mundo e, ao mesmo tempo, passo a emergir dele um pouco mais [...]. O escritor “engajado” sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar (SARTRE, [1948] 2004, p. 20).

O **Tipo 3** é fundamentado nas relações entre a obra do autor e, quando existirem, seus textos político-administrativos. Essa análise é pretendida, na presente dissertação, ao comparar o conteúdo abordado em documentos produzidos por Graciliano Ramos quando prefeito de Palmeira dos Índios (AL) e suas obras literárias selecionadas que apresentam maior caráter autobiográfico<sup>2</sup> ou com posicionamentos sociais e políticos mais explícitos.

O **Tipo 4**, último nível de relações entre a literatura e a cidade, ocorre pela compatibilidade entre conteúdo de documentos político-administrativos de autores consagrados na literatura e dos discursos de seus pares políticos. Essa investigação também está entre os esforços da pesquisa ao confrontar particularidades da gestão de Graciliano Ramos como representante municipal com aspectos da Gestão Urbana Contemporânea.

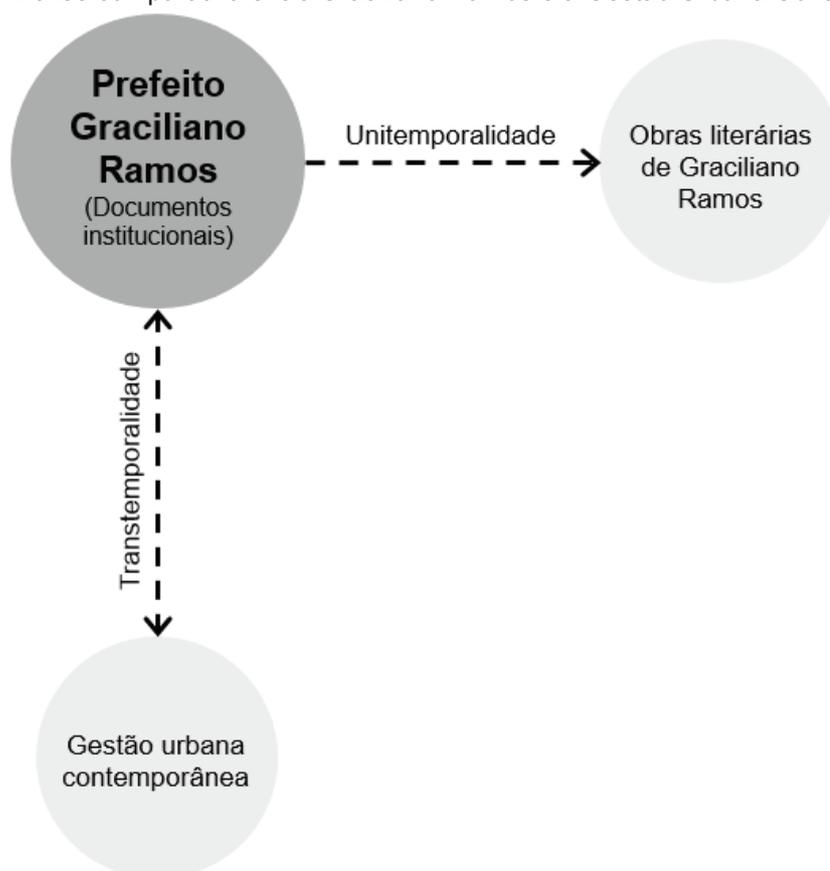
Este trabalho atenta, assim, para as duas últimas abordagens descritas propiciando a discussão sobre a transferência de ideias pelo diálogo entre dois campos epistêmicos (literatura e cidade), e também entre realidades temporais distintas (os ideais defendidos para a cidade governada por Graciliano e aqueles propostos para a cidade contemporânea) e entre atuações diversas de um mesmo sujeito (Graciliano como autor e como prefeito). Tais aspectos refletem-se na unitemporalidade conformada pelo estudo comparativo que visa analisar o discurso institucional do autor – ao mesmo tempo prefeito e detentor de cargos de gerência junto ao governo do estado de Alagoas – frente às suas obras literárias; e na

---

<sup>2</sup> “O elemento (auto)biográfico ajuda a compreensão da obra literária e também o esclarecimento da crítica” (ABEL, 1999, p. 21).

transtemporalidade representada pelo estudo dos princípios de gestão aplicados por Graciliano a partir de valores esperados na gestão de seus pares políticos contemporâneos (transtemporalidade) (Fig. 2).

Figura 2 - Análise comparativa entre Graciliano Ramos e a Gestão Urbana Contemporânea



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Constata-se nesta pesquisa não apenas o interesse em interpretar o espaço urbano e urbanizado inserido no mundo literário, mas também em compreendê-lo, analisá-lo e transferi-lo analiticamente para a realidade das cidades.

A cidade escrita é [...] resultado da leitura, construção do sujeito que a lê, enquanto espaço físico e mito cultural, pensando-a como condensação simbólica e material e cenário de mudança, em busca de significação. Escrever, portanto, a cidade é também lê-la (GOMES, 1997).

Tem-se, segundo Brunacci (2008), que:

[...] a obra de Graciliano Ramos concretiza, certamente, em seus romances a apreensão desse conjunto de contradições [sociais], extrapolando a mera referência direta ou indireta a elas, de modo a ultrapassar os elementos sociais como assunto de suas narrativas e a transformá-los em elementos constituintes da estrutura mesma de suas obras. Trata-se aqui de estabelecer relações que vão muito além do que comumente se conhece como o *contexto* a que uma obra literária faz referência (p. 17).

Na busca da comprovação da transferência de ideias entre literatura e contexto urbano, ou, mais especificamente, da produção literária e institucional de um autor e a Gestão Urbana Contemporânea, justifica-se a pertinência da análise de Graciliano Ramos pelos cargos públicos que deteve: presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios (AL), em 1926; prefeito eleito do mesmo município entre o final de 1927 e o início de 1930; diretor nomeado da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, entre 1930 e 1931; e diretor do Departamento de Instrução Pública Estadual, entre 1933 e 1936. Em tal percurso, Graciliano Ramos elaborou documentos ricos em análise, porém ainda pouco confrontados com as atuais diretrizes de uma política urbana nacional.

Durante seu mandato como prefeito, Graciliano enviou ao governador de Alagoas dois relatórios. Esses documentos eram obrigatórios aos representantes municipais e deviam ser encaminhados anualmente aos chefes de estado; seu conteúdo deveria sintetizar atividades desenvolvidas nas gestões administrativas municipais na forma de prestação de contas, informando as situações econômica e financeira, balanços contábeis, despesas e propostas orçamentárias, relações de obras realizadas, planilhas de custos, imagens e outras informações municipais pertinentes.

Relatórios como aqueles produzidos por Graciliano, não guardam um padrão único de elaboração que viabilize sua leitura comparativa, tampouco estão uniformemente disponíveis em municípios da época, pois, apesar de obrigatórios, não eram práticas comumente cumpridas pelos prefeitos de então. O comparativo, inicialmente idealizado, compreendia os relatórios de Graciliano Ramos e seus pares – tanto em mandatos imediatamente anteriores e subsequentes ao dele, quanto em cidades do interior nordestino que, em 1930, apresentavam porte, população e recursos similares aos de Palmeira dos Índios. Visar-se-ia, dessa forma, confirmar a singularidade do prefeito-literato frente à gestão municipal. Descartada essa possibilidade devido à ausência de material para análise – relatórios equivalentes aos de Graciliano Ramos –, estabeleceu-se uma nova perspectiva de paralelo no nível temporal.

Graciliano Ramos, ao fazer parte de um grupo de intelectuais que ocuparam cargos políticos, eletivos ou não, representa uma síntese – sobretudo na elaboração desses dois relatórios – do que seria o ideal urbano para a cidade dos anos 1930. O reconhecimento do prefeito como escritor e uns dos grandes representantes da

literatura brasileira certamente contribuiu para que esse material de caráter administrativo tenha sido melhor preservado e tomado como referência em diferentes análises. A leitura crítica aqui trazida insinua que na inexistência de tal circunstância dificilmente os mesmos documentos teriam recebido igual atenção (como ocorrido nos casos dos outros municípios brasileiros).

Em vista disso, manifesta-se o interesse pela investigação de possíveis relações (concordâncias e dissonâncias) entre o discurso encontrado nos Relatórios Políticos de Graciliano Ramos e sua atuação como gestor urbano, examinando as qualidades do político/administrador sob a perspectiva da gestão contemporânea. Buscam-se também convergências de valores quando confrontadas suas ações gestoras e sua produção literária da segunda fase do modernismo brasileiro que evidencia “sua singularidade, [e que acrescenta] [...] ao regionalismo o estilo requintado, a expressividade da linguagem, o vigor crítico do realismo e a densidade psicológica” (MORAES, 2012, p. 75).

O que se pretende aqui é indicar as ideias apresentadas por Graciliano em seus relatórios municipais que foram transferidas para o contexto contemporâneo considerando suas influências, posicionamento político-ideológico e cenário histórico. Entre analistas mais preocupados com a trajetória artística do escritor e práticos de administração pública mais preocupados em evidenciar uma prática de gestão urbana *justa, transparente e com probidade*, há uma transferência de ideias ou mesmo de modelos ainda pouco conhecidos, sugerindo uma fácil reprodução do excelente escritor em excelente administrador. O caso da transferência de ideias e práticas do prefeito de Palmeira dos Índios, no final dos anos 1920, representa, para o universo do administrador urbano contemporâneo, um vasto campo investigativo.

Graciliano Ramos é considerado o Pai da Gestão Fiscal Responsável. Ao redigir os famosos relatórios da administração [...] dava exemplo de austeridade, respeito e ética no trato com o dinheiro do povo. [...] Quando Graciliano foi prefeito, Palmeira dos Índios era uma cidade suja, com porcos andando pelas ruas. Ele ordenou que fossem eliminados. O encarregado de matar os porcos vadios voltou um dia, com a espingarda na mão, com a cara de assustado. O prefeito perguntou-lhe, então, se não havia mais porcos pelas ruas. O homem respondeu que sim, mas eram do coronel Sebastião, pai do senhor prefeito, ele não ia matar. Graciliano repreendeu-o: “Prefeito não tem pai”. Demitiu o empregado por não cumprir as ordens recebidas (TAVARES, 2014).

Admite-se que a transferência das ideias sobre cidade é possível tanto em nível *espacial* – tal como trocas de conhecimentos e práticas entre diferentes lugares

e territórios –, quanto no nível *temporal* – por meio de repasses e absorções de conhecimentos e práticas entre períodos de tempo distintos. É nesse segundo nível que se situa o debate acerca de Graciliano Ramos, buscando eventuais permanências de suas práticas gestoras na realidade atual das cidades brasileiras. Ou seja, visa-se observar a transferência das ideias de uma época para outra na tentativa de confirmar a continuidade de princípios que nortearam e, possivelmente, ainda norteiam a cidade idealizada. Enfatiza-se que a busca por ideias transferidas ocorre no sentido da literatura para a gestão, investigando elementos presentes na produção literária de Graciliano Ramos que revelem princípios que embasaram sua atuação como prefeito.

A partir de visões ideológicas similares ao ideal urbano atual – cujos preceitos correspondem a um incremento de responsabilidades em âmbitos socioespaciais, político-econômicos, ambientais e tecnológicos ao longo das décadas –, busca-se a identificação de princípios e práticas equivalentes no gestor da cidade do final da década de 1920 – período de reduzida urbanização – e daquele de nossa contemporaneidade – majoritariamente urbanizada. Admite-se aqui que as transferências de princípios e práticas se dão de formas distintas: enquanto princípios podem ser mantidos, práticas devem ser adaptadas ao avanço das cidades ao longo das décadas. Julgar atuações gestoras do passado sob a perspectiva da gestão contemporânea é, portanto, uma conduta equivocada, pois a complexidade urbana encontrada em 1928 e 1929 diverge, em muitos aspectos, da realidade atual – em que novas questões foram incorporadas –, convém, todavia, discutir e compreender essas mudanças relacionadas ao ideal de gestão de cada período.

No próximo item, apresentam-se os objetivos e as justificativas da presente dissertação.

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é debater a contemporaneidade da gestão do prefeito Graciliano Ramos, à luz daqueles que podem ser considerados preceitos da cidade contemporânea ideal, justificando a permanência da imagem de “bom gestor” genericamente construída sobre esse autor. Sugerem-se questões que indiquem a

transferência de suas ideias de escritor para o seu mundo de prefeito, valendo-se, para o primeiro caso, da seleção de cinco títulos de sua produção literária e, para o segundo caso, os dois relatórios municipais – os quais são estudados a partir do que hoje é considerado como boa gestão urbana.

O estudo conta com os seguintes objetivos específicos norteadores:

a) Identificar relações entre o discurso e a prática do gestor Graciliano Ramos, analisando tanto relatórios oficiais quanto obras literárias previamente selecionadas;

b) Debater a gestão de Graciliano Ramos segundo parâmetros da gestão contemporânea, indicando e localizando no processo evolutivo da gestão urbana brasileira, quais valores vigoravam na gestão do prefeito e quais foram incorporados atualmente. De antemão, vale a ressalva: esta dissertação não se propõe a avaliar a gestão de Graciliano, procedimento arriscado uma vez feito a partir da perspectiva do observador contemporâneo, mas sim discuti-la frente aos nossos modelos de gestão atual;

c) Debater a “mitificação” de Graciliano Ramos como exemplo de gestor urbano, mais uma vez, respeitando as mudanças analíticas temporais dos ideais que se teve e se tem para as cidades brasileiras.

## 1.2 JUSTIFICATIVAS

Conforme já apresentado, o interesse e a justificativa da discussão sobre a figura do escritor Graciliano Ramos (1892-1953) no campo do urbanismo, no diálogo entre literatura e urbanismo, está em sua experiência como prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, Alagoas, ao longo de dois anos (1928 e 1929) – principalmente devido à produção de dois relatórios institucionais a frente do poder executivo municipal –, e também por sua atuação em outros cargos públicos.

O permanente processo de periodização de modelos do “bem gerir” das cidades, por meio da constante substituição de cânones que compõem o ideal de gestão urbana, assume posturas revisionistas em relação às ações gestoras. Buscando compreender constâncias e descontinuidades dessas ações ao longo do tempo, discute-se a transferência das ideias entre diferentes épocas problematizando o espaço urbano diante das posturas adotadas por seus gestores

ao longo das décadas e centralizando a discussão na atuação do ‘mito’ do prefeito Graciliano Ramos.

A argumentação proposta nesta pesquisa visa contribuir para o debate sobre a gestão dos recursos públicos, o linear da administração pública, o respeito ao meio ambiente e aos processos de participação da cidade, dentre outros. Esses são temas recorrentes no debate sobre o espaço urbano e ultrapassam o conceito técnico, acadêmico e político. Ao contrário, tem despertado o interesse de uma sociedade que se mostra cada vez mais participativa e capaz de realizar o monitoramento de seus representantes no governo eleito.

Ressalta-se que Graciliano Ramos é lembrado como modelo de gestor a ser seguido, pois, com indícios de que pouca análise científica é praticada, transfere-se sua reputação de exímio literato para sua atuação como gestor urbano, assim, a transtemporalidade de sua atuação está baseada na condição “mitificada” do autor-prefeito devido a valores da administração pública que são perseguidos atualmente – administração com probidade, transparência e justiça. Citado em relatórios e discursos do Tribunal de Contas da União (TCU) como referencial de gestão por seus dois anos como prefeito de Palmeira dos Índios (AL), investiga-se também, por consequência disso, a pertinência de se apontar Graciliano Ramos como exemplo para a administração pública contemporânea:

O Município de Palmeira dos Índios ganhou destaque nos meios políticos e literários do país entre os anos de 1928 e 1930, época em que esteve à frente da administração municipal o alagoano, ainda desconhecido, que o mundo viria a conhecer e admirar como Graciliano Ramos. Na primeira prestação de contas que endereçou ao governador de Alagoas, ao final de um ano de gestão, o prefeito-escritor redigiu relatório inusitado para o formalismo do processo e para os costumes da época. O relatório foi notícia além das cercanias de Alagoas, tendo sido publicado em vários jornais do País, indo parar nas mãos de um editor perspicaz, o poeta Augusto Frederico Schmidt, sendo que o resto da história todos conhecem, bastando dizer que, além de projetar o escritor, notabilizou para sempre a pequena cidade de Palmeira dos Índios, de que ora tratamos. É nessa Palmeira dos Índios que se está a principiari a construção e recuperação da infraestrutura hídrica, com o propósito de ampliar o sistema de abastecimento de água, obra de considerável importância socioeconômica, uma vez que irá propiciar a melhoria da qualidade de vida da população que se aproxima de 55.000 habitantes (TCU, 2005).

A leitura mais aprofundada e cautelosa dos relatórios de Graciliano Ramos, a ser apresentada nesta dissertação, permite, entretanto, que se elenquem dúvidas sobre essa superficial transferência temporal de ideias e sobre a conveniente replicabilidade das qualidades como escritor para o gestor.

Sua gestão ficou marcada não exatamente por atos administrativos ou decisões políticas, mas pelo relatório que o prefeito deixou, terminado o mandato. A redação desse relatório é primorosa, pela concisão, objetividade e clareza (hoje diríamos: transparência), qualidades que vêm coerentemente combinadas com a honestidade absoluta dos dados e da auto avaliação - rigorosíssima, sem qualquer complacência - que faz o prefeito (VIEGAS, 2010).

Tais características explicam a sua constante lembrança na prestação de contas públicas ou em discussões sobre a probidade na gestão urbana contemporânea: exemplos de uma transferência pouco analítica de ideias e práticas de uma época para outra. As ideias explicitadas por Graciliano em seus relatórios migram para o tempo presente marcadas pela distinção literária do autor, pela sua clara opção ideológica polarizada – coerentemente explicitada no contexto temporal do Brasil e do mundo – e pela sua experiência no cárcere durante a ditadura de Getúlio Vargas. Tais fatores parecem se estabelecer como chancelas de suas práticas de gestão e que migram para nossa contemporaneidade ainda com reduzidas análises críticas.

Esta dissertação possui seis capítulos, os quais compreendem, além desta Introdução: Metodologia, Fundamentação Teórica, O Mito e suas Revelações Literárias, Análises da Transferência de Ideias, e Considerações Finais. O capítulo metodológico a seguir, divide-se em quatro subcapítulos: “Transtemporalidade e unitemporalidade”, “Obras selecionadas de Graciliano Ramos”, “Gestão de Graciliano Ramos” e “Fases da Pesquisa”.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A lógica metodológica da pesquisa resulta do conjunto de procedimentos utilizados para a obtenção do conhecimento desejado, ou seja, conforme Gil (1991), deriva da amálgama dos processos e técnicas responsáveis por garantir a legitimidade do resultado. A forma de abordagem do problema e os objetivos desta pesquisa permitem sua classificação, segundo Silva e Menezes (2005), como qualitativa e exploratória (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação da Pesquisa

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema:	Do ponto de vista de seus objetivos:	Do ponto de vista de seus procedimentos técnicos:
Qualitativa	Exploratória	Bibliográfica Documental Estudo de caso

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A pesquisa qualitativa é aquela que analisa a “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Essa definição traduz-se, na presente pesquisa, pela inviabilidade em se quantificar os critérios para a verificação da transferência de princípios entre a gestão de Graciliano Ramos e a Gestão Urbana Contemporânea. Estudam-se aqui, dessa forma, elementos da atuação do prefeito/autor sob a ótica dos ideais de gestão atual.

A pesquisa exploratória, complementarmente, “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (*op. cit.*, p. 21), determinando os procedimentos técnicos de análise mais propícios para o contexto: pesquisa bibliográfica e documental – cujos objetos de análise estão relacionados ao processo evolutivo da gestão urbana brasileira e ao contexto da vida, da atuação política e da produção literária do autor/gestor –, e estudo de caso – no qual são selecionadas e estudadas cinco obras literárias desse autor/gestor visando complementar a análise sobre a transferência de ideias.

Pode-se ainda compreender esta pesquisa como um estudo historiográfico no intuito de buscar uma representação do passado, compreendendo o sentido do movimento histórico, suas normas e princípios: “[...] a historiografia é um produto da história e revela com clareza a sociedade que a gerou” (MALERBA, 2006, p.21). O

posicionamento investigativo organiza-se em um processo diacrônico em que são identificados períodos da Gestão Urbana Brasileira diferenciados por seus respectivos contextos temporais e, principalmente, pela implementação de leis e práticas na realidade urbana – e suas consequências na gestão das cidades.

Em historiografia, a comparação diacrônica está relacionada à mudança. Seu desafio teórico é identificar fatores universais, tipos de processos e direções de mudança. Mas antes de explicar perspectivas correspondentes de mudança em historiografia, dever-se-ia refletir sobre uma periodização geral, dentro da qual a historiografia ganha significação histórica em relação a todo o processo de mudança no mundo humano. Tal periodização esclarece a dependência da historiografia em seu contexto, o qual fornece os seus desafios construtivos e seus critérios de sentido básicos, e dentro da qual ela preenche (ou abdica) de sua função de orientação (RÛSEN, 2006, p. 130).

A história das cidades há muito se confunde com a história da civilização e do território. A história do urbanismo, entretanto, – principalmente por ser produto de arquitetos e/ou urbanistas, nem sempre com formação ou interesse interdisciplinar – esteve vinculada à história da arte e da arquitetura, abordando superficialmente aspectos socioeconômicos ou políticos, restringindo-se à aspectos formais e estéticos.

A essas modalidades somaram-se as contribuições dos historiadores propriamente ditos com interesse no urbano assim como as perspectivas historiográficas provenientes de outros campos disciplinares também com interfaces com o fenômeno urbano. Especialmente profícuas nesse sentido foram as abordagens provenientes da geografia, mas também da demografia [...]. Essa produção historiográfica de caráter bastante heterogêneo apresenta poucas referências teóricas em comum, não havendo identificação alguma em relação a um campo intitulado “história urbana” (DA SILVA, 2001, p. 36-37).

Apenas no século XX surgiram as primeiras articulações para a construção de uma área de conhecimento específica voltada à história urbana, compreendendo essencialmente os processos de desenvolvimento, industrialização e urbanização das cidades. Sabendo que a “historiografia resulta da consciência histórica, a qual não pode ser compreendida sem que se atente para um complexo conjunto de conjecturas, circunstâncias, desafios e funções que moldam sua peculiaridade” (RÛSEN, 2006, p121), identificam-se, neste trabalho, conjuntos temporais de realidades que permitam a comparação de seus ideais em busca de mudanças e similaridades. Na busca pela viabilidade da comparação transtemporal de transferência de ideias, são enfatizados aqui dois períodos: o da realidade do autor-gestor e o da realidade contemporânea. A realidade do autor compreende a gestão

municipal do interior de Alagoas, no final da década de 1920 – período de baixa urbanização em que prevaleciam o coronelismo e a troca de favores; a realidade contemporânea, por sua vez, abrange espaços urbanizados nos quais os parâmetros de gestão baseiam-se, teoricamente, em transparência, imparcialidade e probidade administrativa.

Analisa-se ainda mais um nível de transferência de ideias por meio da unitemporalidade que além de confrontar o discurso político de Graciliano Ramos – encontrado em seus dois relatórios municipais – com o discurso político de seus pares contemporâneos o faz com cinco de suas obras literárias selecionadas. Busca-se com essa leitura identificar princípios, características, valores, ideias e conceitos que se mostram presentes tanto na administração de Graciliano à frente do município de Palmeira dos Índios (AL) quanto em seus livros.

Esses dois níveis de transferência de ideias são aprofundados na subseção seguinte.

## 2.1 TRANSTEPORALIDADE E UNITEMPORALIDADE

No primeiro grau de análise (**transtemporal**) – entre o conteúdo dos textos político-administrativos elaborados por Graciliano Ramos e o discurso de seus pares políticos contemporâneos –, contemplam-se materiais bibliográficos relacionados ao processo evolutivo das cidades brasileiras, construindo o panorama geral desta pesquisa. Ao compreender a gestão urbana no Brasil, estabelecem-se periodizações que possibilitam a identificação de diferentes ideais de cidades e de seu “bem gerir” por meio de continuidades e rupturas de princípios. O recorte temporal adotado neste levantamento refere-se ao período entre 1875 e 2015 – intervalo delimitado a partir do cruzamento de ideias e períodos estabelecidos por autores que discutem a evolução das cidades no Brasil. Aqui, são combinadas as periodizações apresentadas em “A Formação do pensamento Urbanístico do Brasil 1895 – 1965” (LEME, 1999), “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil” (VILLAÇA, 1999), e “Sobre Mudanças e Continuidades na Gestão Urbana Brasileira” (ULTRAMARI, FIRKOWSKI, 2012). Ainda na pesquisa bibliográfica, elencam-se materiais que permitam compreender o contexto da gestão de Graciliano Ramos assim como sua vida e produção literária.

Na pesquisa documental, por sua vez, analisam-se os relatórios municipais elaborados por Graciliano Ramos e enviados ao governador do estado de Alagoas nos anos de 1928 e 1929; esses documentos oficiais (já anunciados na Introdução da presente dissertação) permitem que sejam identificados princípios que guiaram a gestão do prefeito durante sua permanência no cargo. Esse procedimento técnico abrange também leis contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento e à agregação de responsabilidades e prioridades na gestão das cidades contemporâneas; de imediato, citam-se a Constituição de 1988, a Lei do Estatuto da Cidade (10.257/2001), a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e a Lei da Transparência (12.527/2011).

Ao confrontar os resultados dessas duas leituras (bibliográfica e documental), faz-se necessária a estruturação do estudo historiográfico que, ao comparar épocas distintas, visa compreender a transtemporalidade entre o prefeito Graciliano Ramos em seu contexto histórico e a Gestão Urbana Contemporânea no seu processo evolutivo. Sabe-se que “o mergulho no passado será sempre dado pelas experiências do tempo presente” (MALERBA, 2009, p. 20) e, com isso, pode-se apontar se é justificável lançar a dúvida sobre a permanência de Graciliano Ramos como “bom gestor” em sua época e no tempo da cidade contemporânea.

No segundo grau de análise (**unitemporal**) – entre os textos político-administrativos de Graciliano Ramos e a sua produção literária –, constrói-se um estudo de caso de cinco<sup>3</sup> trabalhos literários selecionados. Tal leitura deve convergir e complementar a análise documental elaborada anteriormente.

Para tanto, esforça-se para compreender como Graciliano Ramos observava e descrevia o Nordeste brasileiro à sua época a partir de suas obras. Ao analisar esse material como retrato da forma de pensamento do autor, destaca-se a seguinte afirmação: “Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só” (RAMOS *apud* MORAES, 2012, p.15).

Apesar da crítica mais em voga (reagindo contra certos exageros de origem romântica) a obra vale por si, e em si mesma deve ser considerada, independente da pessoa do escritor, não nos furtamos à curiosidade que este desperta. Se cada livro pode dar lugar a um interesse apenas imediato,

---

<sup>3</sup> O recorte referente ao número de obras selecionadas para esta análise foi definido a partir dos conteúdos temáticos apresentados na produção escrita do autor e da viabilidade t para realização da pesquisa.

isto é, esgotado pelo que ele pode oferecer, uma obra, em conjunto, nos leva quase sempre a averiguar a realidade que nela se exprime e as características do homem a quem devemos esse sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação (p. 69)

Neste estudo, relaciona-se a produção literária do autor Graciliano Ramos (Quadro 2), levando em consideração romances, compilações de correspondências (enviadas a familiares, amigos e esposa, Heloísa), contos e livros autobiográficos e de memórias.

Quadro 2 - Obras de Graciliano Ramos e respectivas temáticas

TIPO	OBRA	ANO	TEMÁTICA
LIVROS	Caetés	1933	O dia a dia de Palmeira dos Índios e as relações sociais que se estabelecem na cidade.
	São Bernardo	1934	O poder visto por dentro / Cenário: Era Vargas.
	Angústia	1936	Discurso existencialista.
	Vidas Secas	1938	Opressão sob o ponto de vista do oprimido: discussão social da exploração e da opressão política, representação natural da seca nordestina.
	Infância	1945	Imaginação e memória: retrato de sua infância.
	Insônia	1947	Treze contos de interação de personagens inseridos no mundo urbano: análise dos dilemas humanos.
	Memórias do Cárcere	1953*	Memórias sobre o período em que esteve preso (1936) por seu posicionamento político.
	Viagem	1954*	Crônicas (publicado postumamente) em que narra a viagem do autor à Tchecoslováquia em 1952, reafirmando seu compromisso com a justiça social.
	Linhas Tortas	1962*	Contos nacionalistas com crítica a elementos estrangeiros infiltrados na sociedade brasileira.
	Viventes das Alagoas	1962*	Crônicas, ensaios e ficções: colaborações para a imprensa a partir de 1937.
	Garranchos	2012*	Textos produzidos em diferentes momentos artísticos, intelectuais e políticos de Graciliano Ramos.
	Cangaços	2014*	Textos do autor sobre o banditismo sertanejo.
Conversas	2014*	Textos de entrevistas, enquetes e depoimentos concedidos por Graciliano Ramos.	
CARTAS	Cartas	1980*	Cartas enviadas a familiares e amigos relatando acontecimentos de sua vida.
	Cartas de Amor a Heloísa	1992*	Cartas enviadas a Heloísa, sua esposa.

\* publicação póstuma

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A obra de Graciliano Ramos mostra três aspectos distintos, [...]. Em primeiro lugar a série de romances escritos na primeira pessoa – Caetés, São Bernardo, Angústia – que constituem essencialmente uma pesquisa progressiva da alma humana, no sentido de descobrir o que vai de mais recôndito no homem, sob as aparências da vida superficial [...]. Em segundo

lugar, as narrativas feitas na terceira pessoa, – Vidas secas, os contos de Insônia – comportando visão mais destacada da realidade, estudando modos de ser e condições de existência, sem a obsessiva análise psicológica dos outros. Em terceiro lugar encontramos as obras autobiográficas – Infância, Memórias do cárcere –, nas quais a subjetividade do autor encontra expressão mais pura e ele dispensa a fantasia, para se abordar diretamente como problema e caso humano (CANDIDO, 2012, p.101-102).

Ao admitir que a ficção de Graciliano é reflexo de contradições geradas pela crise da sociedade brasileira, sobretudo do nordeste do país, torna-se imprescindível a compreensão dessa representação da realidade nas suas obras literárias.

### 2.1.1 Obras de Graciliano Ramos selecionadas

Ao penetrar no universo das obras literárias elaboradas por Graciliano Ramos faz-se necessária, no caso desta investigação, a seleção prévia de trabalhos que contribuam para a pesquisa interdisciplinar entre literatura e cidade. Ao analisar seu conteúdo, os cinco títulos cujas abordagens revelam as perspectivas de Graciliano Ramos frente a questões sociais, políticas, administrativas e espaciais são **S. Bernardo** (1934), **Angústia** (1936), **Vidas Secas** (1938), **Infância** (1945) e **Memórias do Cárcere** (1953). Tais obras corroboram para que, por meio do estilo regionalista do autor, sejam explicitados seus posicionamentos, esquadrinhando a realidade do nordeste brasileiro durante a década de 1930.

Em **S. Bernardo**, segunda obra de Graciliano, tem-se um romance narrado em primeira pessoa e em que o protagonista, Paulo Honório, relata sua trajetória de vida pautada na ganância, na falta de solidariedade e no ciúme. A história ocorre no interior do Nordeste brasileiro (Viçosa - AL), na fazenda que dá nome à obra: S. Bernardo.

Este grande livro é curto, direto e bruto. [...] Os personagens e as coisas surgem nele como meras modalidades do narrador, Paulo Honório, ante cuja personalidade dominadora se amesquinham, frágeis e distantes. Mas Paulo Honório, por sua vez, é modalidade duma força que o transcende e em função da qual vive: o sentimento de propriedade. E o romance é, mais do que um estudo analítico, verdadeira patogênese desse sentimento (CANDIDO, 2012, p. 32).

Nele, “o mundo do sertão, da pobreza, da brutalidade está expresso nas frases curtas, na falta de melodia e na inserção de imagens exatas e concretas” (TORRES, 2012, p.12). A narrativa é elaborada de forma seca adequada à

expressão do homem rude que conta sua história, incapaz de expansões sentimentais: a linguagem é mais um componente que reflete o embrutecimento do narrador. Na mentalidade egocêntrica de Paulo Honório, posse e poder tornam-se sinônimos e o fazem tratar pessoas como propriedades, interessando-se apenas por aquelas que lhe representam alguma vantagem financeira ou política. Madalena, sua esposa, surge para contestar sua ganância.

Há um atrito entre duas posições representadas (o discurso explicitamente materialista-individualista de Paulo Honório, identificado como muitos preceitos do sistema capitalista, e um ideal social-humanista pressuposto), inteiramente subordinado à instância suprema e última do narrador, em que predomina seu monólogo consistente e seguro. Posteriormente, tudo passa a residir na reação, na resposta, na palavra dos outros, presentes ou ausentes. A réplica antecipada do outro se insere na narração, sendo essas transformações desencadeadas pelo surgimento de Madalena. [...], ao instaurar abertamente, no romance, com o seu discurso, a perspectiva de uma sociedade igualitária, que se identifica com os fundamentos do socialismo ideológico, criando-se uma tensão, uma polêmica aberta com o discurso reificado de Paulo Honório, ligado às origens do modo de produção capitalista no interior do Brasil (GONÇALVES, 2012, p. 14-15).

Graciliano Ramos articula, nessa obra, dimensões sociais – a trajetória de ascensão e queda de um homem e seu desejo de poder – e psicológicas – o endurecimento e a “despersonificação” do ser humano frente ao seu enriquecimento. Há um embate latente e constante entre valores capitalistas e socialistas.

Dois anos após a publicação de **S. Bernardo**, em 1936 – quando Graciliano estava encarcerado – a obra **Angústia** foi lançada. A obra foi, segundo Coelho (2009), em mais de uma ocasião, analisada e descrita como:

[...] uma espécie de fenomenologia do funcionamento da mente perturbada de Luís da Silva, narrador e personagem principal do romance. Lançando mão do recurso do monólogo interior, Graciliano Ramos ajusta o ponto de vista do seu narrador em primeira pessoa a partir do arranjo técnico que conjuga o uso da memória enxertada pela imaginação, como modulação do discurso do funcionário público e escritor diletante, Luís da Silva. O livro escrito entre os anos de 1935 e 1936 relata história contemporânea ao tempo histórico de sua elaboração (p. 10).

Nessa obra, Graciliano Ramos encarrega o narrador de “resgatar a memória do tempo vivido na infância como dever e possibilidade de esclarecimento dos atos e da circunstância do presente” (*op. cit.*). Transitando entre a memória dos seus primeiros anos de vida – por meio das mudanças estruturais da economia e das relações e regimes políticos – e o tempo presente, o narrador-personagem retrata a “formação cultural e social brasileira em que o tema da legitimidade da representação do poder se deixa depreender” (*op. cit.*, p. 11).

A narrativa, apesar de não ser autobiográfica, apresenta-se em primeira pessoa:

[...], o narrador tudo invade e incorpora à sua substância, que transborda sobre o mundo. Daí uma apresentação diferente da matéria. [...]. A narrativa rompe amarras com o mundo e se encaminha para o monólogo de tonalidade solipsista. [...]. Além disso, surge elemento novo: o recurso à evocação autobiográfica, que se junta frequentemente, por associação, às coisas vistas e à experiência cotidiana, para constituir o fluxo da vida interior (CANDIDO, 2012, p. 56-57).

Assim, parece que Angústia contém muito de Graciliano Ramos, tanto no plano consciente (pormenores biográficos) quanto no inconsciente (tendências profundas, frustrações), representando a sua projeção pessoal até aí mais completa no plano da arte. Ele não é Luís da Silva, está claro; mas Luís da Silva é um pouco o resultado do muito que, nele, foi pisado e reprimido (*op. cit.*, p. 61).

A estrutura ‘desordenada’ da história – recurso literário muito utilizado por Graciliano – descreve a mente perturbada do narrador e personagem, concedendo ao texto um viés psicológico. Além disso, “o romance propõe a crítica da legitimidade do contexto político e da ordenação do poder através do processo da homologia formal posto em ação pela representação literária” (CANDIDO, 2012, p.11). Por indícios presentes no romance é possível delimitar a ocorrência dos acontecimentos entre a década de 1930 – após o golpe da Revolução de 30 – e o ano de sua conclusão (1936).

Já **Vidas Secas**, inicialmente publicada em forma de contos nos jornais, narra, por meio da composição em capítulos independentes, a dura e pessimista realidade nordestina de uma família de migrantes (Fabiano, Sinhá Vitória, “o menino mais velho”, “o menino mais novo” e a cachorra Baleia) em busca de abrigo para fugir da seca.

Vidas Secas começa por uma fuga e acaba com outra. Decorre entre duas situações idênticas, de tal modo que o fim, encontrando o princípio, fecha a ação num círculo. Entre a seca e as águas, a vida do sertanejo de organiza, do berço à sepultura, a modo de retorno perpétuo (CANDIDO, 2012, p. 67).

A obra retrata as desigualdades e injustiças sociais, a miséria, a fome e a seca no Nordeste brasileiro. A ‘secura’ ultrapassa a condição climática e manifesta-se por meio da linguagem pouco adjetivada e da escassa comunicação entre personagens – consequências da exploração e da opressão política da época (ditadura Vargas), representadas, nessa obra, pelo patrão e pelo Soldado Amarelo.

Graciliano submete o personagem a um rude determinismo dos poderes estruturais da vida, como se a seca e a autoridade fossem forças contra as

quais Fabiano não pode fazer nada para evitar ou defender a si mesmo e a sua família. Fabiano aceita sua condição submissa diante do policial da mesma maneira que ele aceita a seca: ambas são fatalidades e catástrofes naturais (ARRAES, 2011, p. 56).

Posteriormente, estruturando-se em 39 capítulos que reúnem elementos pessoais e sociais, **Infância** foi publicado, em 1945, sete anos após **Vidas Secas**. O livro de memórias apresenta as lembranças da criança protagonista (o próprio Graciliano) durante um processo de aprendizagem e amadurecimento. Ao longo de toda a obra são apresentados personagens que marcaram os primeiros anos da vida do autor e, frequentemente, representam os menos favorecidos social e economicamente – como em toda a sua produção, Graciliano aborda a temática da luta de classes

A descrição de Graciliano Ramos como uma criança oprimida e humilhada, fraca ao ser comparada aos adultos, revela sua visão de mundo: a opressão exercida pelos que possuem dinheiro e poder – semelhante a encontrada em **Vidas Secas**: “O menino de **Infância** é um embrião de Luís da Silva [**Angústia**], de João Valério [**Caetés**] e do próprio Fabiano [**Vidas Secas**]” (CANDIDO, 2012, p. 74).

Lendo *Infância*, concluímos que os livros de Graciliano Ramos se concatenam num sistema literário pessimista. Meninos, rapazes, homens, mulheres; pobres, ricos, miseráveis; inteligentes, cultos, ignorantes - todos obedecem a uma fatalidade cega e má. Vontade obscura de viver, mais forte nuns que noutros, que os leva a caminhos pré-traçados pelo peso do meio social, físico, doméstico. A vida é um mecanismo de negações em que procuramos atenuar o peso inevitável dessas fatalidades: e parecemos ridículos, maus, inconsequentes. Às vezes somos fortes e pensamos esmagar a vida; na realidade, esmagamos apenas os outros homens e acabamos esmagados por ela. Nada tem sentido, porque no fundo de tudo há uma semente corruptora, que contamina os atos e os desvirtua em meras aparências (*op. cit.*, p.75)

Novamente a ‘secura’ se faz presente nas relações humanas, e, nessa obra, é apresentada e justificada como herança familiar. A relação com os pais – a mãe, rude e insensível; o pai, violento e autoritário – resultam no pessimismo e no desencantamento com o mundo. Sua salvação é a literatura.

**Memórias do Cárcere** é “outro universo”, também autobiográfico. Graciliano Ramos, já adulto, “se empenha nas coisas do século, é preso, jogado dum canto para outro e desce a fundo na experiência dos homens” (CANDIDO, 2012, p.76). A publicação do final de 1953, oito meses depois da morte do autor, traz o relato de Graciliano durante os onze meses em que esteve preso durante a ditadura de Getúlio Vargas, de março de 1936 a janeiro de 1937.

Graciliano Ramos foi preso político durante a ditadura de Getúlio Vargas sem nunca saber a real razão de ter sido mandado para a cadeia, pois não houve contra ele nenhum processo. Ele permaneceu preso por onze meses: esteve num navio, passou por diversas delegacias, ficou um tempo no Pavilhão dos Primários, foi mandado para a Colônia Correccional, e por último ficou na Casa de Correção. Todas essas mudanças foram feitas sem nenhuma justificativa (BATISTA, 2005).

Além de narrar o sofrimento e as humilhações sofridas, Graciliano, em **Memórias do Cárcere**, analisa a tirania e a opressão que marcaram a ditadura Vargas. O texto ultrapassa a experiência pessoal do aprisionado, apresentando uma descrição mais ampla sobre a situação da cadeia, o relato torna-se psicológico, documental e particular.

[...] o prisioneiro das Memórias do cárcere, é alguém cheio de violência reprimida e largos claros de abulia, para o qual a vontade é condição de sobrevivência. A sua forma pessoal de manifestá-la é a oposição ao mundo, a resistência interior às normas [...] (CANDIDO, 2012, p. 89).

A seleção desses cinco títulos é justificada por revelar características e posicionamentos pessoais em relação a aspectos sociais e políticos, principalmente. Segundo Cândido (2006):

**Infância e Memórias do cárcere** [...] não apenas revelam certas características pessoais transpostas ao romance, como também esclarecem o modo de ser do escritor, permitindo interpretar melhor a sua própria atitude literária. Assim, embora desprovido de elementos autobiográficos aparentes, **São Bernardo** fica mais nítido após sua leitura; fica de alguma forma tão pessoal como **Angústia**, ao compreendermos quanto da sua desesperada contensão [...] se arraiga na personalidade do autor (p. 69).

[...] talvez se possa afirmar que há em [...] **Vidas secas** um desenvolvimento de tendências potenciais. Ou, mesmo, hipertrofia de certos aspectos realmente acontecidos na vida do narrador. Vidas secas teria sido possível se a seca descrita em Infância arruinasse o pai e, de queda em queda, o nivelasse aos retirantes de pé no chão (p. 74).

Graciliano Ramos, tanto na obra fictícia quanto na autobiográfica, é um negador pertinaz dos valores da sociedade e das normas decorrentes. [...] Em **São Bernardo**, são a pauta dos medíocres, que o homem enérgico esfrangalha para poder construir uma vida autêntica. Em **Angústia**, são o obstáculo que cerceia o fraco e permite a acomodação vitoriosa do medíocre. Em **Vidas secas**, constituem o aparelho de opressão do pobre. Em **Memórias do cárcere**, são a iniquidade da ordem vigente, incompreensíveis, contraditórias, algo fantásticas; e apenas quando infringidas dão lugar a certo fermento de humanidade. Reportando-nos a Infância, vemos que, em menino, elas deram lugar a algumas das suas experiências fundamentais no conhecimento do mundo que lhe aparece, através delas, como campo de contradições e surpresas dolorosas (p. 86 - 87)

Ressalta-se que essa interpretação das cinco obras selecionadas auxilia no processo de construção da personalidade do autor cujas características são

identificadas, completa ou parcialmente, como transferidas para sua gestão. A análise proposta por esta etapa de leitura literária da pesquisa é, portanto, unitemporal, ou seja, baseia-se, a partir do que foi apresentado, na discussão acerca da transferência de ideias entre essas cinco obras e o discurso político do autor representado por seus documentos político-administrativos (relatórios municipais). Ressalta-se que os cinco trabalhos do autor apresentadas neste capítulo serão aprofundados em capítulos posteriores visando respaldar essa transferência.

## 2.2 A GESTÃO DE GRACILIANO RAMOS

As leituras transtemporal e unitemporal pretendem apreender o cenário em que Graciliano Ramos estava inserido possibilitando elencar critérios comparativos na relação de seu discurso com sua prática política, bem como identificar se essas relações seriam aprovadas sob a perspectiva do modelo atual de gestão urbana brasileira.

O interesse de dispor da literatura como forma de compreender a gestão da cidade surge do estudo do “mito” Graciliano Ramos como exemplo de probidade administrativa. Reforça-se a menção dos relatórios municipais do autor em sessões do TCU, “pelo exemplo de administração proba à frente da prefeitura de Palmeira dos Índios” (TCU, 2006).

Graciliano Ramos foi prefeito de Palmeira dos Índios (AL, 1928 - 1929), diretor da Imprensa Oficial do Estado (AL, 1930 - 1931), e diretor de Instrução Pública Estadual<sup>4</sup> (AL, 1933 - 1936), mas não foi o único intelectual a ocupar cargos públicos. Como Graciliano diversos literatos podem ser citados por terem ocupado cargos políticos, entre eles estão: André Gide (Nobel da Literatura de 1947, “prefeito” da comuna de *La Roque-Baignard*, França); José de Alencar (chefe da Secretaria do Ministério da Justiça, deputado e ministro da Justiça em 1868); Ciro dos Anjos (cargos importantes na administração estadual de Minas Gerais); Carlos Drummond de Andrade (funcionário público em Minas Gerais e Ministério da Educação); Mário de Andrade (diretor-fundador do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo); Manuel Bandeira (membro da Academia Brasileira de Letras

---

<sup>4</sup> A Instrução Pública Estadual é equivalente à atual Secretaria de Estado da Educação (SEE), em Alagoas.

e Inspetor Federal do Ensino); José Sarney (presidente do Brasil, governador do Maranhão, senador); Murilo Badaró (deputado estadual e federal por Minas Gerais, senador e ministro da Indústria e do Comércio).

Graciliano, contudo, destacou-se entre esses. Justamente por seus dois relatórios enviados ao governador de Alagoas, Álvaro Paes, quando ainda era prefeito de Palmeira dos Índios, e também por contar com conjunto bibliográfico que possibilita a análise comparativa de sua atuação como prefeito e cidadão.

Por infelicidade, virei prefeito do interior de Alagoas e escrevi uns relatórios que me desgraçaram. [...] Depois que redigi esses infames relatórios, os jornais e o governo resolveram não me deixar em paz. Houve uma série de desastres: mudanças, intrigas, cargos públicos, hospital, coisas piores e três romances fabricados em situações horríveis [...] (RAMOS *apud* MORAES, 2012, p.17).

Visando cumprir e organizar a execução desse estudo, estrutura-se a pesquisa em quatro fases apresentadas a seguir.

### 2.3 FASES DA PESQUISA

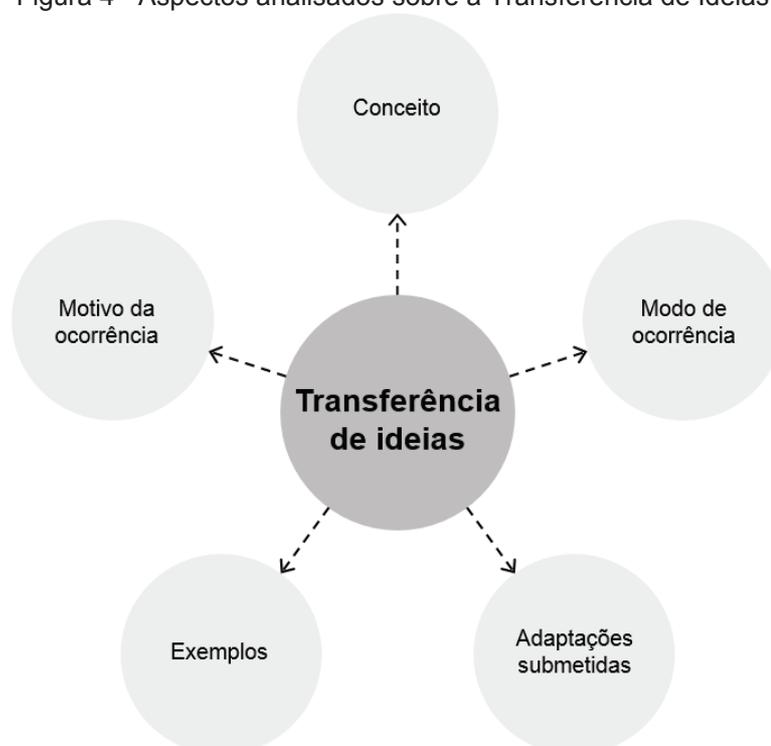
Na **primeira fase**, tem-se a apreensão de conceitos prioritários relacionados à Gestão Urbana Brasileira [GUB] e à Transferência de Ideias, visando a construção do embasamento teórico da pesquisa. Nessa etapa, fundamentam-se conceitos acerca do processo evolutivo e da periodização da gestão urbana brasileira (Fig. 3), explicitando acréscimos ou supressões de princípios que idealizam o bom gerir ao longo dos anos no Brasil. Concebe-se uma análise diacrônica em que seja possível compreender a linearidade (ou descontinuidade) do gerenciamento de cidades, entre 1875 e 2015, no que se refere a seus aspectos espaciais, sociais, tecnológicos, políticos e econômicos, estabelecendo-se ainda os critérios de análise da gestão dos centros urbanos. Consta também nessa etapa a elucidação do conceito de transferência de ideias (Fig. 4), descrevendo, assim, como elas são transferidas, porquê o fazem, qual o caminho e o tempo perseguido, e a quais processos adaptativos se submetem (ULTRAMARI, DUARTE, 2013). Estas definições permitirão que, no capítulo de resultados deste estudo, sejam compreendidas as ideias transferidas a partir de Graciliano Ramos para a Gestão Urbana Contemporânea.

Figura 3 - Aspectos analisados sobre a Gestão Urbana Brasileira



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Figura 4 - Aspectos analisados sobre a Transferência de Ideias

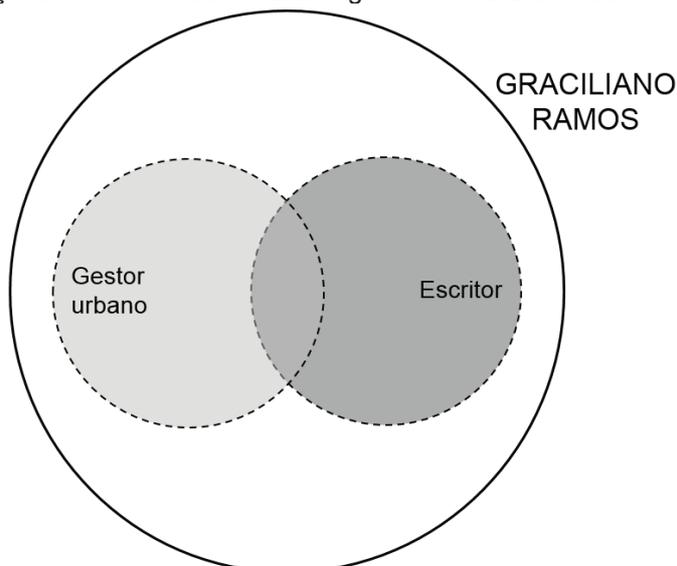


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

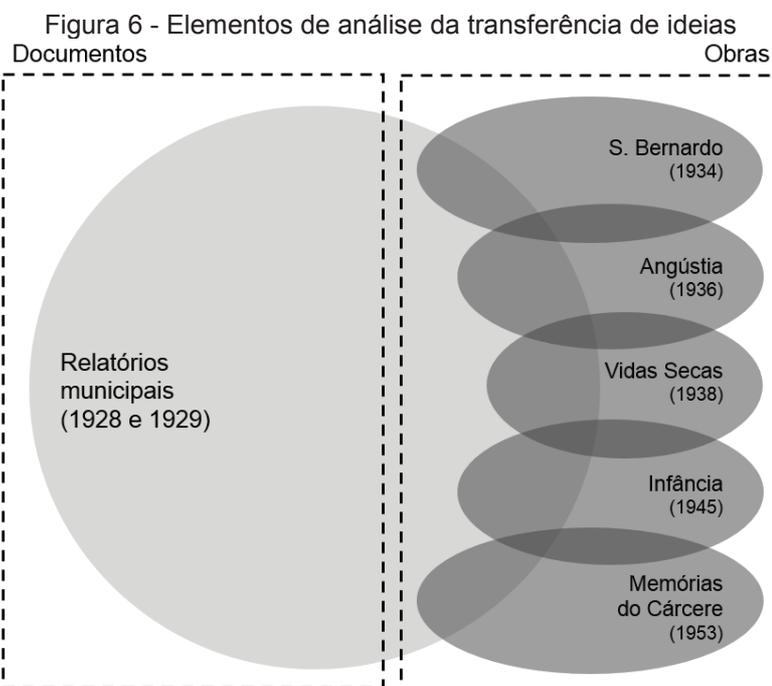
Na **segunda fase** é apresentado o estudo de Graciliano Ramos como gestor urbano e cidadão. Essa investigação compreende os relatórios municipais do autor quando prefeito no interior das Alagoas e as suas obras literárias previamente

selecionadas (Fig. 5). Tem-se, nesta etapa, a identificação de características da sua atuação como gestor urbano – descritas em seus documentos oficiais – que possam ser reconhecidas em sua produção literária (Fig. 6). Elencam-se ainda posicionamentos pessoais assinalados nos cinco livros que podem ser identificados como transferidos para a sua gestão.

Figura 5 - Relações entre Graciliano Ramos gestor e Graciliano Ramos escritor



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

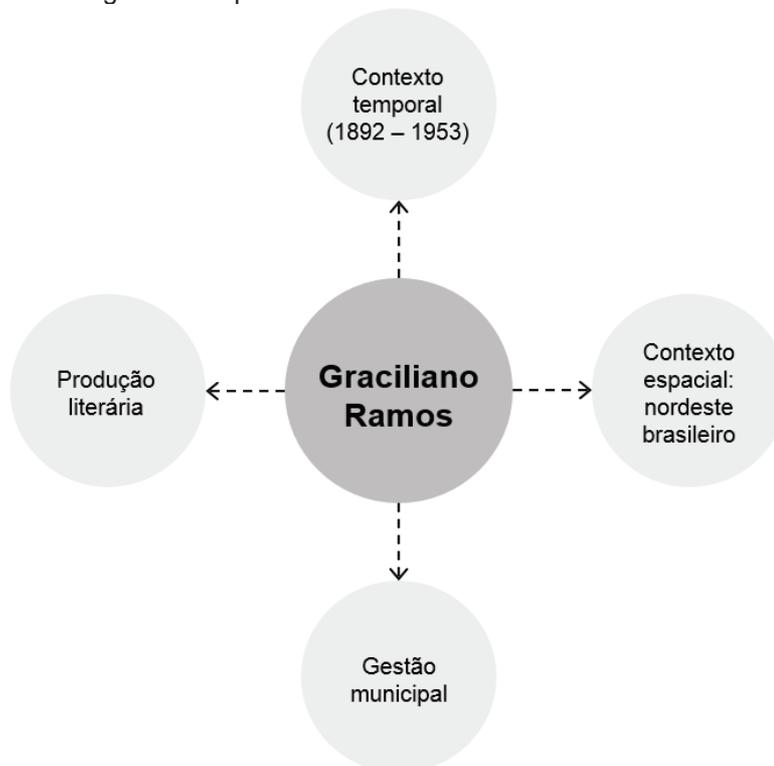


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Ressalta-se ainda o contexto temporal e espacial em que Graciliano Ramos estava inserido – o Nordeste e a realidade brasileira entre 1892 e 1953 –,

construindo um panorama geral com situações relevantes que durante sua vida comprovam os ideais e traços regionalistas (Fig. 7).

Figura 7 - Aspectos analisados em Graciliano Ramos



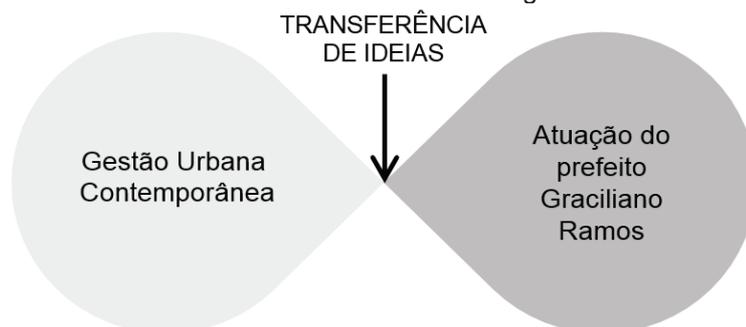
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Na **terceira fase**, confrontam-se os conceitos e análises a partir da realização das etapas anteriores. Sobrepõem-se aqui os conhecimentos relativos à gestão urbana contemporânea brasileira, e as análises referentes à postura política de Graciliano Ramos e ao conteúdo de seus trabalhos literários estudados.

As interpretações obtidas nesta comparação permitem que sejam identificados: 1) princípios que embasaram a atuação do autor como detentor de cargos públicos – destacando, na administração pública municipal, a clareza e a objetividade de sua prestação de contas à população e, conseqüentemente, sua transparência política; 2) os aspectos presentes na gestão do autor-prefeito Graciliano Ramos que continuam a ser buscados no processo evolutivo das cidades até os dias atuais.

Nesse momento, pretende-se confirmar a transferência de ideias e práticas entre Graciliano Ramos e a Gestão urbana Contemporânea (Fig. 8), elucidando o confronto das características da gestão urbana ideal e os principais temas abordados nos relatórios oficiais do autor ao exercer a função de prefeito.

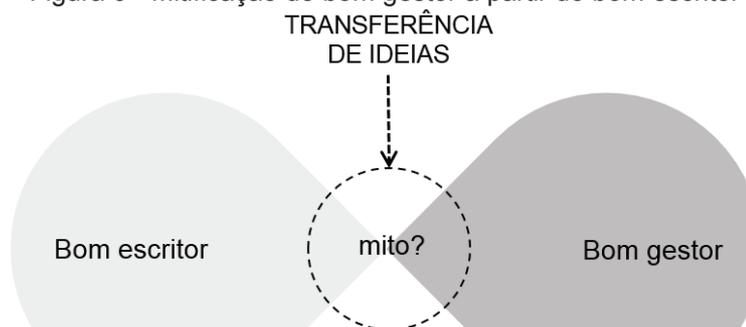
Figura 8 - Confronto de conceitos e análises: diagnóstico da transferência



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A partir das evidências que comprovam a construção do ‘mito’ Graciliano Ramos, questiona-se a sua validade no contexto urbano da gestão urbana contemporânea, bem como a frágil replicação da reputação de bom escritor para a de bom prefeito (Fig. 9).

Figura 9 - Mitificação do bom gestor a partir do bom escritor



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Na **quarta e última fase**, apontam-se as considerações relacionadas à investigação da transferência. Ponderam-se os dados levantados e os conhecimentos produzidos nas três primeiras etapas, compreendendo quais ideias transferidas da gestão e da produção literária de Graciliano Ramos são validadas no cenário urbano contemporâneo, e como esse cenário ainda pode ser aprimorado.

O próximo capítulo dá início a esses levantamentos por meio da fundamentação teórica da pesquisa. São apresentados conceitos, autores e leituras relacionadas tanto ao processo evolutivo da gestão urbana brasileira – com ênfase maior no modelo contemporâneo – quanto ao conceito de transferência de ideias e às características da gestão e da produção literária do autor-prefeito Graciliano Ramos.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo representa o suporte teórico do estudo. Abordam-se aqui os conceitos associados às três principais temáticas desta dissertação: 1) a evolução da gestão urbana brasileira, analisando diacronicamente os modelos e ideais observados ao longo do recorte temporal estipulado; 2) a transferência de ideias, explicitando formas de ocorrência, motivos e percursos traçados durante esse processo; 3) a produção literária, as ações gestoras e os posicionamentos político-sociais de Graciliano Ramos.

#### 3.1 GESTÃO URBANA BRASILEIRA: PERIODIZAÇÃO E MODELOS

O crescimento acelerado das cidades brasileiras e sua conseqüente mudança no perfil de urbanização do país revelam, no processo das transformações urbanas, grande influência de aspectos relacionados ao contexto político, econômico, normativo e social do país. Em vista dessa evolução urbana, torna-se necessário compreender a história do planejamento das cidades brasileiras por meio de análise crítica das linearidades e/ou descontinuidades na gestão.

Torna-se primordial, dessa forma, caracterizar as complexidades dos sistemas urbanos relacionadas aos propósitos e ações de planejamento e gestão das cidades. Essa caracterização é representada pela identificação de periodizações na história da gestão urbana e urbanização brasileira, marcadas por continuidades e rupturas, ou seja, a análise da formação do pensamento urbano sobre as grandes cidades brasileiras busca destacar linearidades burocráticas ao longo da evolução temporal.

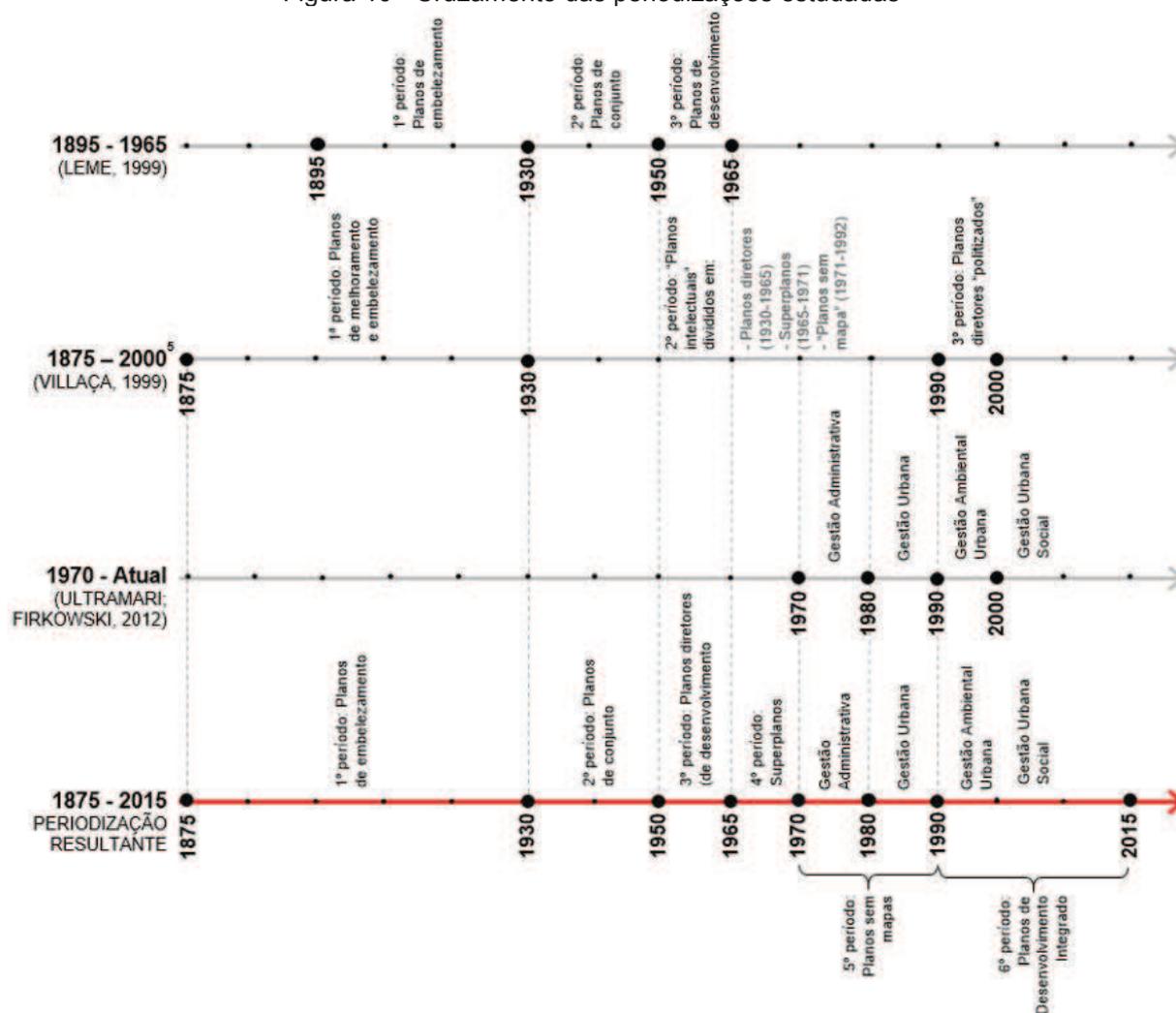
Mudanças e interrupções expressam a não linearidade do processo, os embates, os conflitos, as múltiplas temporalidades que a dinâmica urbana contém. Assim como ideias persistem, avançam, recuam ou são revistas, as práticas se acomodam, se deslocam, se transformam nos diferentes contextos políticos, econômicos, sociais, culturais, em durações diversas (FELDMAN, 2014, p. 15).

A investigação sobre a formatação do urbanismo nas cidades brasileiras desenvolvida a partir intersecção de conceitos, permite caracterizar e delimitar períodos que acarretaram em grandes mudanças nos centros urbanos em relação à gestão e urbanização. Revisando o planejamento e os planos urbanos no Brasil, a

partir de levantamento bibliográfico, fez-se possível a delimitação do recorte temporal de estudo: entre 1875 e 2015.

Para melhor compreender o processo evolutivo da gestão urbana e suas circunstâncias, estabelecem-se, em síntese, seis fases do planejamento urbano – e suas respectivas diretrizes gestoras, legislativas e administrativas –, como elucidado no capítulo de Metodologia, resultantes da hibridação dos períodos estabelecidos por autores que analisaram a evolução urbana brasileira (Fig. 10).

Figura 10 - Cruzamento das periodizações estudadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os seis períodos derivados desse cruzamento correspondem à: 1) Planos de embelezamento (1875 - 1930); 2) Planos de conjunto (1930 - 1950); 3) Planos de

<sup>5</sup> Flávio Villaça define o último período de sua análise como iniciado em 1990. Seu texto “Uma contribuição para a história do planejamento urbano brasileiro” foi publicado no livro **O processo de Urbanização do Brasil**, em 1999. Assim, para fins didáticos desta dissertação, utiliza-se que o terceiro intervalo temporal estabelecido pelo autor compreendendo os anos 1990 até os anos 2000.

diretores de desenvolvimento (1950 - 1965); 4) Superplanos (1965 - 1970); 5) Planos sem mapas (1970 - 1990) – compreendendo intervalos dedicados à Gestão Administrativa e à Gestão Urbana – e; 6) Planos de Desenvolvimento Integrado (1990 - 2015) – reunindo aspectos da Gestão Urbana Ambiental e da Gestão Urbana Social.

Destaca-se aqui que ‘gestão urbana’ e ‘planejamento urbano’, apesar de estarem intimamente vinculados no processo evolutivo das cidades, são desempenhados de formas distintas. A **gestão**, inserida no processo de **planejamento**, tem sua periodização estabelecida e marcada por leis e normas que mudam suas práxis.

Em um primeiro momento, tem-se o planejamento urbano como ato de planejar, o qual explicita a cidade que se quer em um plano, não necessariamente de forma gráfica [...]. Em um segundo momento, o urbanismo, o ato de intervir fisicamente, de construir, de ampliar, de reciclar, ou de revitalizar, a partir de um projeto gráfico e intencionalmente claro. Paralelamente a essas duas ações tem-se a gestão ou administração urbana, capaz e responsável para optar pelo momento de planejar-se ou de intervir-se, ou seja, de fazer-se planejamento ou urbanismo. Cabe a essa gestão também a responsabilidade de executar o desejado no plano e de manter o que foi implantado (ULTRAMARI, 2009, p. 170-171).

No contexto desta dissertação, especificamente deste capítulo, fundem-se os conceitos de **planejamento** e **gestão** para que sejam compreendidas de forma mais abrangente e conjunta as alterações urbanas determinadas tanto pela formulação de propostas e projetos voltados ao espaço físico em si quanto por concepções normativas e legislativas. Segundo Feldman (2001):

O papel assumido pela legislação no urbanismo brasileiro constitui um campo nebuloso e pouco explorado. Nos setores de urbanismo das administrações municipais no Brasil, prevalece, há meio século, uma abordagem legalista, ou seja, a legislação é colocada como uma meta em si, e não como um instrumento, dentre outros, para atingir determinadas metas de desenvolvimento urbano (p. 36).

Considerando, então, que a concepção de gestão urbana abrange níveis nacionais, estaduais e municipais – sendo que, em todas as esferas, incorporam-se marcos legais que definem períodos e objetivos distintos ao longo dos anos – tem-se, nessa última instância (gestão municipal), o principal elemento de ligação entre o estudo sobre o processo evolutivo das cidades brasileiras e a atuação do gestor Graciliano Ramos.

### 3.1.1 Periodização da gestão urbana brasileira

O **primeiro período** aqui estabelecido abrange os Planos de Embelezamento (1875 - 1930) que tanto Villaça (1999) quanto Leme (1999) consideram como surgimento do planejamento urbano brasileiro. Nesse período surgem planos baseados na tradição europeia que consistiam no alargamento de vias, erradicação de ocupações de baixa renda nas áreas centrais, implementação de infraestrutura com prioridade para o saneamento, ajardinamento de parques e praças, e reforma e ampliação de portos marítimos e fluviais. “No primeiro período foram propostos e realizados melhoramentos localizados em partes das cidades” (LEME, 1999, p. 22). Villaça (1999) esclarece que:

A expressão ‘embelezamento urbano’ sintetizou, no Brasil, o planejamento de origem renascentista que nos chegou principalmente através da França, enfatizando a beleza monumental e que teve grande penetração em todo o mundo (Madri, Barcelona, Buenos Aires, São Petesburgo, Budapeste), inclusive nos Estados Unidos. [...]. Esse tipo de planejamento foi altamente ideológico, pois foi amplamente utilizado para glorificar e ajudar a impor o Estado e a classe dirigente capitalistas, quando eram revolucionários (p. 192).

Ressalta-se, no contexto da concepção das diretrizes desses planos e da implementação dessas ideias, a influência buscada em modelos europeus, principalmente de Paris e Viena, cujas grandes reformas durante o século XIX, voltadas para as áreas centrais das cidades, enfatizavam técnica e estética (LEME, 1999, p. 22).

Os cargos públicos desse período foram, majoritariamente, ocupados por engenheiros que, mais do que preocupados com a administração urbana, se responsabilizavam por elaborar e implementar projetos para a rede central de água e esgoto; ou seja, o compromisso estava voltado à organização física do espaço. Destaca-se como maior representante do período o engenheiro Saturnino de Brito, que realizou os planos de saneamento de várias cidades brasileiras. Em algumas delas, os planos também incluíam diretrizes para a expansão urbana (LEME, 1999).

Os planos, discutidos abertamente antes da implementação – realidade distante da conhecida atualmente – só eram executados por atenderem aos interesses da classe dominante, que impunha o conjunto de soluções que lhe parecia mais adequado. Nesse período, majoritariamente composto ao longo da Primeira República Brasileira (1889 a 1930), “prevalece a interpretação da legislação

como instrumento de dominação e normatização da vida das classes populares e de atividades que se incluem na esfera das ilegalidades urbanas, referenciadas nos pressupostos higienistas” (FELDMAN, 2001, p. 37). O município durante a República Velha permaneceu com diretrizes indefinidas, sujeito aos interesses dos governadores dos Estados. Cunha (2005), afirma:

Proclamada a República, a Constituição de 1891 contemplou referência ao Município, de forma indireta, em seu artigo 69, ao determinar que os Estados se organizassem de forma que assegurasse a autonomia do Município, “em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”. [...] o Município vai ser objeto de manipulação ostensiva por parte das oligarquias estaduais, visto que o poder político se concentra nas mãos dos velhos caciques, que dominou, por gerações, a política estadual, a ponto de a União ser débil diante deles, assim como eram os Municípios (CUNHA, 2005, p. 17).

O contexto político-institucional limitava, então, a autonomia municipal e a regulação da gestão dos municípios era definida pela Lei Orgânica municipal e pelas respectivas assembleias legislativas estaduais. Esse primeiro intervalo da gestão brasileira é subdividido em ascensão (de 1875 a 1906) e declínio (de 1906 a 1930) dos planos de melhoramento e embelezamento (VILLAÇA, 1999, p. 197). “O plano Pereira Passos [Fig. 11] representa o ápice desse período. A partir de então as condições de hegemonia da nossa classe dominante no trato do urbano são cada vez mais difíceis” (*op. cit.*, p. 198).

Figura 11 - Planta do Rio de Janeiro com destaque para as novas avenidas propostas à época



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1905

O relatório referente ao biênio 1912-1913 do prefeito paulistano Raymundo Duprat marca o declínio desses planos:

[...] durante a segunda metade do século será pronunciado por lideranças políticas e sociais, usado não mais para justificar obras que eram executadas, mas para tentar ocultá-las, pelo menos evitando seu anúncio antecipado, e para tentar justificar a falta de propostas para soluções dos problemas que se agravavam em nossas cidades. Já são adiantadas nesse relatório as ideias que irão dominar o discurso urbano das décadas seguintes. Nele já se insinua o ‘caos urbano’ e a falta de planejamento, especialmente a longo prazo. A missão da classe dominante já não é embelezar (*op. cit.*, p. 199).

Esse modelo perdurou, então, até 1930, quando se iniciou um novo discurso urbano que Feldman (2014) comenta:

O período entre as décadas de 1930 e 1970 configura um ciclo de construção de ideias e de práticas urbanísticas no Brasil que tem por base dois aspectos emblemáticos do século XX. É o período em que o Estado é assumido como principal agente do planejamento, e a urbanização movida pela industrialização constitui a metrópole conturbada e concentrada – a “metrópole gigante” (p. 15).

As mudanças que ocorrem no Brasil a partir da década de 1930 forçam a reconstrução de saberes e práticas instalados no campo do urbanismo. [...] Em sintonia com o novo estágio da realidade urbano-industrial, é no contexto de centralização política e financeira da era Vargas que se inicia a construção e difusão da pauta urbanística que, até os anos de 1970, será perseguida, ampliada, transformada e atualizada pelo trabalho persistente de várias gerações de urbanistas (p. 15-16).

Nesse cenário surge o **segundo momento** do processo evolutivo da gestão brasileira que compreende os Planos de Conjunto (1930 - 1950) e “é marcado pela elaboração de planos que têm por objeto o conjunto da área urbana da época” (LEME, 1999, p.25).

O marco administrativo desse período compreende o início da Era Vargas (Segunda e Terceira República do Brasil) que provocou inúmeras alterações sociais e econômicas no país. Já no Governo Provisório, cujo objetivo era reorganizar a vida política do país, Getúlio Vargas deu início ao processo de centralização do poder, eliminando os órgãos legislativos federais, estaduais e municipais. A presença marcante de militares em cargos governamentais nesse período tinha como intuito neutralizar o domínio dos coronéis nas políticas regionais.

As práticas instaladas ao longo da era Vargas não acompanham a perspectiva renovadora da mobilização. A formação de uma elite burocrática desvinculada da política colocada pelo projeto de modernização da administração pública empreendido por Vargas repercute profundamente nos espaços de exclusiva atuação dos urbanistas. Nesses espaços o

planejamento é concebido como uma atividade estritamente consultiva, distanciada da política e da atividade cotidiana da administração (FELDMAN, 2014, p. 16).

No âmbito legislativo, cabe ressaltar a elaboração da Constituição de 1934 – resultado da pressão política sofrida por Vargas no início de seu mandato – que reestabeleceu a Federação, reduziu a competência dos Estados, inclusive sobre a organização municipal, cuja autonomia tornou-se equivalente à da União e à dos Estados (CUNHA, 2005). Anos mais tarde, essa Carta de 34 foi derrotada pela Constituição de 1937 que não incluiu os municípios como componentes federal, voltando à centralização de poder e assumindo um caráter ditatorial. A dissolução das Câmaras e a instituição de Interventores que governavam os Estados e escolhiam os prefeitos são marcas desse processo.

Ressaltam-se, porém, duas situações que garantiram a sobrevivência dos Municípios, em meio à centralização absoluta: (a) manteve-se a arrecadação municipal sobre indústrias e profissões (a eliminação do tributo sobre a cédula rural não representou grande prejuízo, já que era pouco significativo); (b) generalizou-se nos Estados a criação de Departamentos de Assuntos Municipais, o que, em princípio, visava controlar os governos locais, mas, por outro lado, tinha funções de assistência técnica que muito contribuiu para a racionalização das administrações municipais. Este movimento modernizador teve inestimável influência na racionalização, na modernização e na dinamização dos serviços prestados pelos Municípios (*op. cit.*, p. 19).

Durante o período, essa racionalização e modernização eram refletidas em propostas que apresentavam uma visão plena das cidades, articulando bairros e centro por meio da formulação das primeiras<sup>6</sup> propostas de zoneamento e organização de uso do solo urbano. Observa-se a ampliação gradativa dessas propostas para todo o perímetro urbano e além dele, preocupando-se com a integração das diretrizes dentro do território municipal não mais focadas nas áreas centrais. A visão integrada característica dos projetos de infraestrutura são também ampliadas para o sistema viário e o transporte.

A reconfiguração da metrópole concentrada – que aglutina indústrias e se expande sobre as áreas rurais é proposta por diferentes vertentes do

---

<sup>6</sup> Há um contraponto entre as abordagens estudadas: Maria Cristina da Silva Leme (1999) defende que a preocupação com parâmetros de zoneamento, bem como a legislação urbanística de controle do uso e ocupação do solo urbano surgiram apenas nesse período de Planos de conjuntos (1930); Flavio Villaça (1999) apresenta um posicionamento antagônico, ao argumentar que parâmetros rudimentares de zoneamento datam de 1866, com a proibição de cortiços e vilas operárias em áreas centrais das cidades.

pensamento urbanístico. Da cidade jardim de Ebenezer Howard no final do século XIX, à Carta de Atenas do Movimento Moderno Corbusier, do Tennessee Valley Authority Plan da era Roosevelt, ao Great London Plan de Patrick Abercrombie – para citar apenas os exemplos mais evidentes – a dependência de centros secundários em relação a um centro metropolitano é reiterada. O pressuposto de uma organização espacial hierarquizada se fundamenta na atuação do poder público – na racionalidade de provisão de equipamentos e serviços (FELDMAN, 2010, p. 2).

O urbanismo consolida-se aqui como área de conhecimento e de prática profissional, adequando a “ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados ‘problemas urbanos’” (VILLAÇA, 1999, p. 182).

A circulação de ideias urbanísticas no meio profissional se fez através da contratação de técnicos para elaboração de pareceres e de planos. Em alguns casos, estudos expostos em congressos desdobraram-se em planos. A contratação de especialistas incluiu de diversas formas os urbanistas estrangeiros (LEME, 1999, p. 26)<sup>7</sup>.

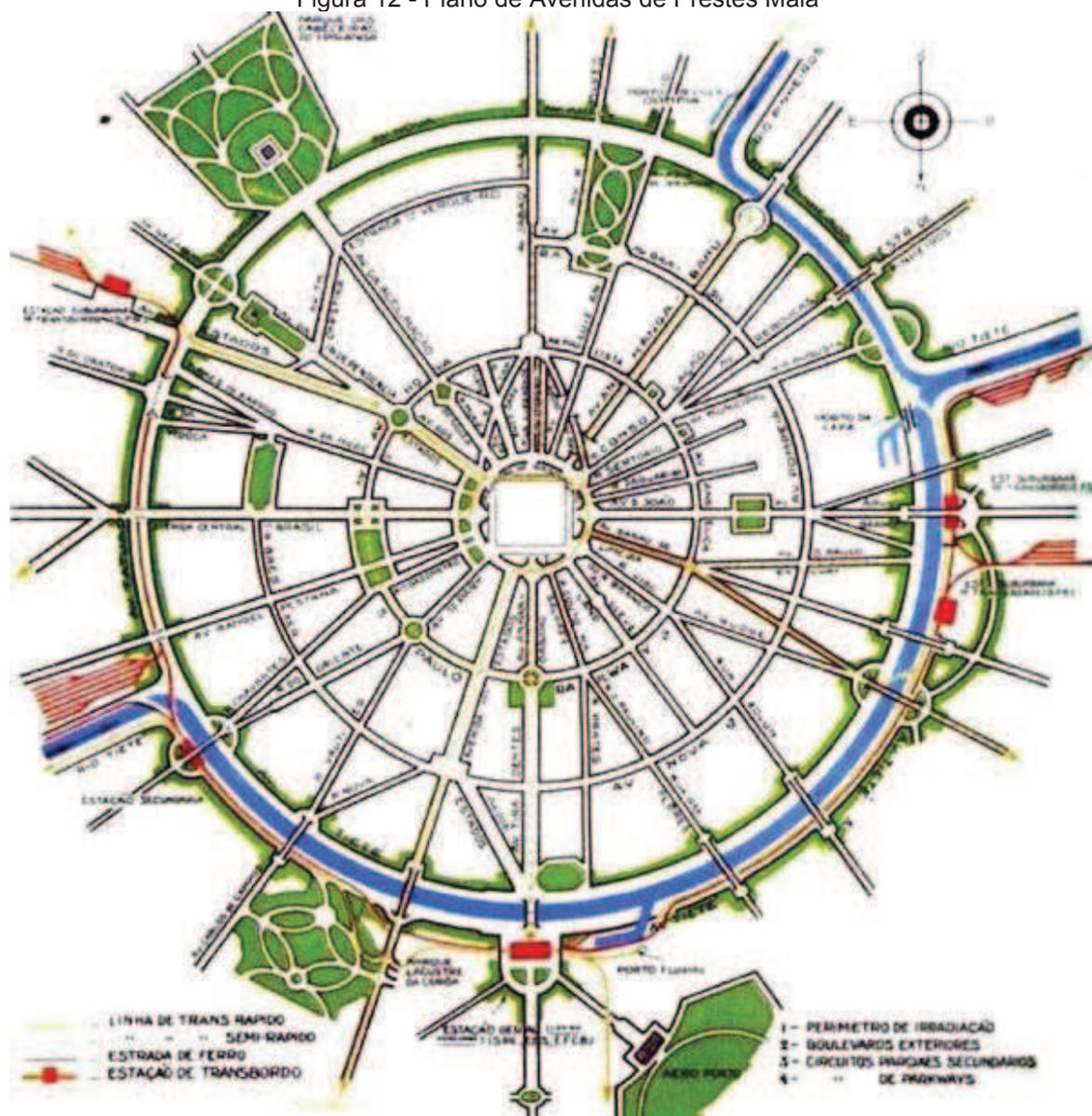
A partir desse momento, as referências internacionais de planejamento das cidades brasileiras deixam de ser estritamente europeias e passam a abranger modelos americanos, latinos e asiáticos. As propostas influenciam não só o urbanismo como também a arquitetura.

O Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia para São Paulo em 1930 (Fig. 12), é um exemplo expressivo dessa forma totalizadora de se planejar a cidade, transformando radicalmente as estruturas urbanas – principalmente em relação ao sistema viário: “As obras do Plano de Avenidas que se iniciam em 1938 reforçam e potencializam a hegemonia do centro principal, criando um sistema viário composto por radiais e perimetrais” (FELDMAN, 2010, p. 4). O conjunto de novas vias radiais e perimetrais transformou a cidade concentrada e baseada na locomoção por transporte coletivo (ônibus e bondes) em uma cidade mais dispersa e dependente do tráfego de automóveis.

---

<sup>7</sup> A contribuição de técnicos (arquitetos e engenheiros) estrangeiros resultou em um processo que é identificado como uma das tipologias de transferência de ideias no meio urbano. Esse conceito será aprofundado no capítulo subsequente.

Figura 12 - Plano de Avenidas de Prestes Maia



Fonte: Esquema teórico de São Paulo, segundo Prestes Maia (TOLEDO, 1996).

Na década de 1940, consolida-se “um padrão de urbanização marcado pelo uso extensivo do espaço” (FELDMAN, 2010, p. 6) que, segundo Melo (1993), é definido como:

[...] um período de operações urbanas de larga escala nos principais centros urbanos do país; mudanças estruturais nas formas de provisão de habitação, num quadro de um *boom* imobiliário sem paralelo, e a emergência de uma nova fração de classe na cena urbana – o empresariado vinculado à incorporação mobiliária; mudanças estruturais no papel do Estado e a emergência histórica da política habitacional enquanto campo específico de intervenção do Estado (p. 147).

A articulação viária resultante de obras voltadas ao transporte público sobre rodas favorece a integração entre cidades e estados: “Com a implantação de um

sistema de rodovias que articula a capital ao interior e a outros estados, e [...] desvincula-se, ao mesmo tempo, a localização das indústrias das vias férreas e a localização da moradia da localização do trabalho” (FELDMAN, 2010, p. 6). Esse novo ciclo da modernização metropolitana se consolida com o fim do Estado Novo (1937 - 1945)<sup>8</sup> e a Constituição de 1946<sup>9</sup>, que permitem que as metrópoles e as áreas metropolitanas se tornem pauta do discurso urbanístico brasileiro. Feldman (2014) ainda ressalta que:

[...] Desde o final da década de 1940, a explosão urbana no Terceiro Mundo torna-se o centro das atenções nas teorias da modernização, nas políticas de desenvolvimento, na formulação do conceito de subdesenvolvimento e na concepção da problemática urbana e regional (Gorelik, 2005). A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, garante o principal suporte institucional para que profissionais de diferentes campos disciplinares e de diferentes países se engajem na missão de cooperação e assistência técnica às regiões subdesenvolvidas. Em 1950, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada pela ONU em 1948, com sede em Santiago do Chile, se instala no Brasil (p. 17).

Nesse contexto de modernização, inicia-se o **terceiro momento** da periodização estabelecida neste trabalho. Os Planos Diretores de Desenvolvimento (1950 - 1965) são estabelecidos levando em consideração as primeiras conurbações brasileiras e refletindo a nova realidade urbana: “a migração campo-cidade, o processo crescente de urbanização, o aumento da área urbana e conseqüente conturbação” (LEME, 1999, p. 32).

A aceleração do crescimento – tanto populacional quando financeiro – do país no período substituiu a busca da “cidade bela” pela “cidade eficiente”:

As grandes obras urbanas saem do consumo conspícuo para privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital (a cidade como força de produção). Assim, por exemplo, as obras de

---

<sup>8</sup> Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, sendo substituído pelo presidente do Supremo Tribunal Federal já que, à época, a Constituição de 1937 não instituíra o cargo de vice-presidente. José Linhares permaneceu no cargo por três meses até passar o poder a Eurico Gaspar Dutra, presidente eleito em 2 de dezembro daquele ano.

<sup>9</sup> Com a constituição de 1946, redemocratizou-se o país. Segundo Cunha (2005), a presença de municipalistas fez com que a caracterização municipal fosse aprofundada, tornando-se uma das três divisões político-administrativas do país (assim como a União e os Estados), tendo seus prefeitos e vereadores eleitos pelo povo, mantendo impostos, podendo cobrar taxas por serviços prestados e contribuições de melhorias e recebendo intervenções apenas em caso de atraso de dívida fundada ou empréstimo garantido pelo Estado. “Entretanto, o Município sofre limitações, como: a restrição à eleição de Prefeitos [...] – que eram nomeados pelo Governador do Estado; e a não previsão de Câmaras de Vereadores nos Municípios dos Territórios” (CUNHA, 2005, p. 19).

infraestruturas são priorizadas enquanto as de habitação são relegadas ao esquecimento (VILLAÇA, 1999, p. 199).

Tem-se dessa forma, no Brasil dos anos 1950, um momento de relevantes transformações no domínio dos estudos urbanos “pela emergência de novos temas, a introdução de novos métodos e a participação de profissionais de outras disciplinas [economistas, administradores, sociólogos, advogados e geógrafos] que, até aquele momento, não haviam se ocupado da questão urbana” (LEME, 1999, p. 32). Nesse mesmo âmbito, Feldman (2014) afirma:

No intervalo de menos de duas décadas entre o final do Estado Novo (1945) e o golpe militar de 1964, no contexto democratizante da Constituição de 1946, são criadas instituições externas à administração, que, através da realização de cursos, da elaboração de estudos, da introdução de novas metodologias e práticas, da formação de equipes multidisciplinares, colaboram para a formação de quadros técnicos. Essas instituições atuam no campo da assistência técnica aos municípios, na perspectiva de criar ou fortalecer órgãos de planejamento, e introduzem novas referências que se distanciam da dimensão tecnicista entranhada na administração pública (p. 16).

Essa nova tipologia de planejamento urbano resultou no Urbanismo e nos Planos Diretores – precursores do Planejamento Integrado – sobre os quais Villaça (1999) aponta:

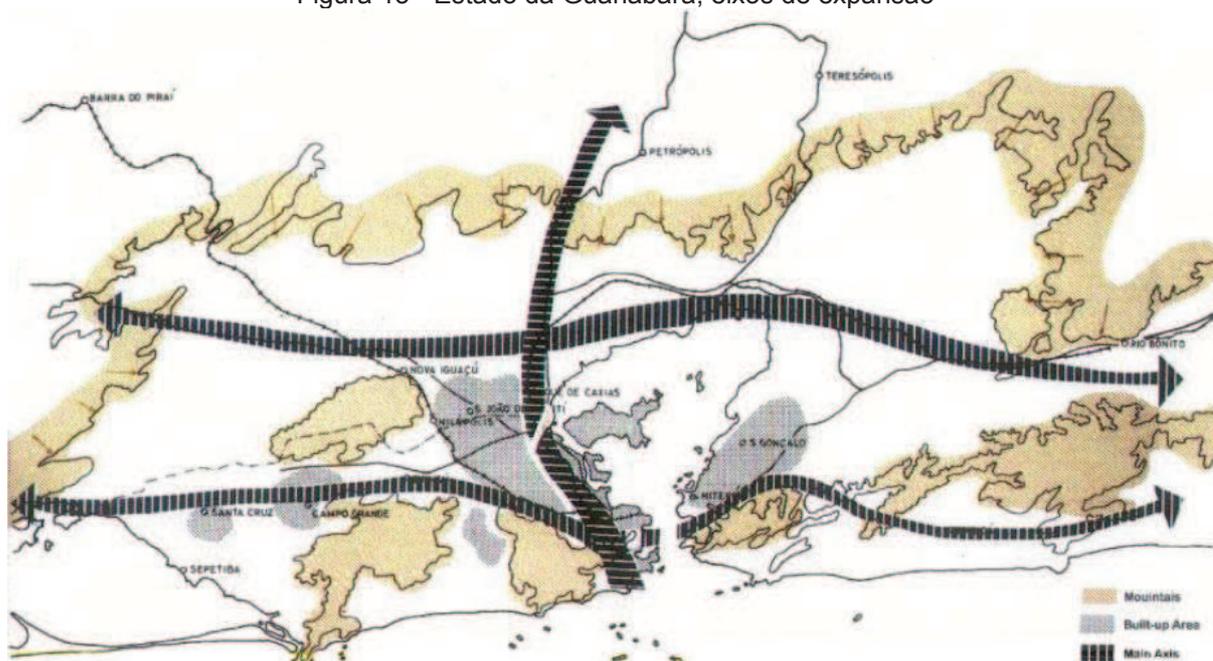
A partir da década de 1950 desenvolve-se no Brasil um discurso que passa a pregar a necessidade de integração entre os vários objetivos (e ações para atingi-los) dos planos urbanos. Esse discurso passou a centrar-se (mas não necessariamente a se restringir) na figura do plano diretor e a receber, na década de 1960, o nome de planejamento urbano ou planejamento urbano (ou local) integrado (p. 177).

Pouco foi apresentado à sociedade urbana nesse período como proposta a ser implementada. O Plano Doxiadis<sup>10</sup> (Fig. 13), concluído em 1965, propunha uma lógica de planejamento que integrasse as diversas políticas setoriais, marcando exemplarmente o início do período do superplano tecnocrata que não é assumido pelo governante, apesar de encomendado por ele. “Os planos agora são puro discurso” (*op. cit.*, p. 211).

---

<sup>10</sup> Villaça cita o exemplo do Plano Doxiadis para o Rio de Janeiro, em 1965, pois suas propostas somaram “quase quinhentas páginas de estudos técnicos, das quais nove são de *implementation* e uma única é de *recommendations*” (VILLAÇA, 1999, p. 213).

Figura 13 - Estado da Guanabara, eixos de expansão



Fonte: Doxiadis Associates, 1965.

Pode-se afirmar que os segundo e terceiro períodos desse processo evolutivo são marcados, segundo Villaça (1999) “pela passagem do planejamento que era executado para o planejamento-discurso” (p. 211).

O início do Regime Militar marca o último ano dos Planos Diretores de Desenvolvimento. O golpe militar de 31 de março de 1964 resultou no afastamento do então presidente João Goulart e a tomada de poder do Marechal Castelo Branco. A ditadura, que durou até a eleição de Tancredo Neves em 1985, foi marcada por Ato Institucionais, censura, perseguição e repressão política, supressão de direitos e falta de democracia. Nesse processo de fortalecimento do poder central – especialmente do Executivo – dá-se início ao **quarto período** do processo evolutivo da gestão e do planejamento urbano brasileiro: os Superplanos (1965 - 1970).

A Constituição de 1967 relativizou, por meio do art. 16, a autonomia municipal, especialmente quanto a escolha dos prefeitos; mantiveram-se ainda os avanços estabelecidos na Constituição de 1934 relacionados à:

[...] unidade político-administrativa, juntamente com Estados e Municípios; autonomia política, administrativa e financeira; inclusão da autonomia municipal entre os princípios constitucionais da União e manutenção de impostos partilhados. A centralização de poderes na União, contudo, empalideceu tais conquistas, atingindo, inclusive, os Estados (CUNHA, 2005, p. 21).

A cidade assumiu, nesse período, o papel de organismo econômico, social e político. Assim, os planos não poderiam mais limitar-se a obras de remodelação urbana, ao contrário, deveriam integrar e interdisciplinar o espaço em busca da solução dos problemas urbanos. O pensamento cientificista do planejamento integrado e dos superplanos, por meio de extensos diagnósticos, distanciou as propostas e a possibilidade de efetivá-las na prática. Ressalta-se, ainda, o conflito entre propostas mais abrangentes, e estruturas administrativas mais setorializadas e especializadas, bem como, as dificuldades e indefinições na aprovação das propostas – pois a partir da incorporação de leis e recomendações diversas, deixaram de ser avaliados pelo Poder Executivo, tornando-se responsabilidade do Legislativo.

Quanto mais abrangentes tornavam-se os planos, mais superficiais se apresentavam. As propostas além de serem reduzidas às generalizações, estavam cada vez mais envolvidas em problemas sociais e, por isso, afastavam-se das suas possibilidades de aplicação.

Nos anos de 1970, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes. Seus dispositivos são um conjunto de generalidades (VILLAÇA, 1999, p. 221).

Inicia-se, então, o **quinto momento** desta periodização. Os Planos sem mapas (1970 - 1990) surgem como resposta à não aplicação dos superplanos do período anterior; elaboraram-se novos documentos que dispensavam diagnósticos técnicos extensos e mapas com propostas espacializados. Os planos sem mapas pretendiam demonstrar que havia uma preocupação ideológica referente ao planejamento urbano brasileiro, entretanto, formalmente, apenas enumeravam objetivos e diretrizes genéricas, ocultando conflitos de interesses relativos ao espaço urbano.

Identificam-se, a partir desse momento, subperiodizações da gestão urbana brasileira, que complementam a leitura de Villaça (1999) e Leme (1999) percorridas até aqui. Nesse quinto recorte temporal, tem-se uma nova divisão em duas décadas: a de 1970 de dedicada à Gestão Administrativa e a de 1980 voltada à Gestão Urbana (ULTRAMARI; FIRKOWSKI, 2012),

O ciclo iniciado na década de 1930 se encerra em 1974 com a criação da primeira instituição federal com foco específico nas áreas metropolitanas – a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR). Sua finalidade é acompanhar a implantação das regiões metropolitanas definidas entre 1973 e 1974 e também propor diretrizes, estratégias e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Decreto 74.156/1974) (FELDMAN, 2014, p.17).

A década de 1970 é caracterizada por suas políticas de Ações Administrativas, em que o poder local preocupa-se com os centros urbanos apenas para implementação de infraestruturas e serviços urbanos: “não se discutem aqui seus interesses e capacidades em responder positiva ou negativamente a esse compromisso” (ULTRAMARI; REZENDE, 2006, p. 20).

Quanto a esse momento, Ultramari e Firkowski (2012) afirmam:

Mais precisamente no caso brasileiro, a década de 1970 foi marcada pela disponibilidade de recursos, via governo federal, a ser repassado aos municípios, os quais, todavia, se caracterizavam por grandes limitações técnicas do corpo funcional, operacional, instrumental (restrita estrutura legal) e gerencial [...].Esse cenário de internalização de recursos restringia a atuação das prefeituras a uma simples posição operativa, com destaque para as difundidas e conhecidas obras chamadas estruturais: saneamento, sistema viário, transporte, escolas e estruturas básicas de saúde pública (p. 75).

Os anos 1980 – “década perdida” devido à crise econômica mundial – são caracterizados pela incapacidade governamental frente às demandas urbanas, desencadeando a adoção de posturas com caráter emergencial. Nesse período, ampliam-se as competências da administração urbana para o gestor urbano, aproximando-se do modelo desejável da Gestão Urbana. “O administrador urbano deixa, pois, de ser um prestador de serviços, o qual, de fato, não cumpriu sua função de modo universal e igualitário no espaço urbano, passando a ser um agente que busca o chamado desenvolvimento da cidade (*op. cit.*, p. 76).

Passa-se, então, a gerir a cidade com interesses de desenvolvimento, e a Ação Administrativa passa a ser uma Gestão Urbana, na qual se ampliam as competências do agora “gestor” urbano, devido não apenas à redução na capacidade de inversão por parte do Estado, mas igualmente devido ao incremento das complexidades observadas no espaço urbano. Inicia-se aqui a segunda fase da gestão urbana brasileira mais recente. São dessa época as constatações de que intervenções físicas – um dos principais compromissos do administrador urbano – não eram suficientes para a transformação positiva das cidades: pauperização, desemprego, violência e acirramento na posse do solo urbano são agora atribuições daqueles que trabalham a cidade (ULTRAMARI; REZENDE, 2006, p. 21).

Com o fim do regime ditatorial em 1985, o cenário urbano sofre mudanças profundas relacionadas ao papel do Estado e seu gerenciamento, à dispersão das

áreas metropolitanas, e às dinâmicas demográficas e espaciais. Apesar de um novo ciclo, há permanências nas metrópoles que dão sentido ao resgate, após quase três décadas, de formulações traçadas na década de 1950 (FELDMAN, 2014, p. 20). Feldman (2014) ainda afirma que:

[...] parte significativa do repertório referente à intervenção nas metrópoles da “Carta de los Andes” estará no centro do ideário urbanístico que se afirma no Brasil. No entanto, apesar de se tornar política pública através do Estatuto da Cidade aprovado em 2001, esse ideário não se vincula nem ao planejamento regional, nem ao planejamento metropolitano, mas ao planejamento municipal (*op. cit.*)

A promulgação da Constituição Federal de 1988, em 8 de outubro, também acarretou em grandes transformações no campo normativo da gestão. Seu conteúdo estabeleceu e assegurou princípios, direitos e garantias fundamentais, estruturou a organização político-administrativa do Estado e dos Poderes, abordou a defesa do Estado e das Instituições, elaborou leis voltadas à fiscalização tributária e orçamentária, e regulou a ordem econômica, financeira e social da nação. Nessa ‘Constituição Cidadã’ foram reestabelecidas as eleições diretas para os cargos de presidente da República, governadores, prefeitos, deputados federais, estaduais e distritais, senadores e vereadores, levando à redistribuição de atribuições em todas as esferas de poder.

Marco na história do país, a Carta de 88 reconheceu, em seu capítulo sobre política urbana (Capítulo II), o município como ente da Federação afirmando, de forma clara, “o papel dos governos locais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e desempenho de funções de natureza local” (CUNHA, 2005, p. 22). A partir de então, o município passava efetivamente a constituir uma das esferas de poder e a ela era dada uma autonomia e atribuições que lhe eram inéditas.

Apesar de favorecer Estados e Municípios em muitos aspectos, a reestruturação e divisão das responsabilidades dos entes da federação transfere obrigações à esfera municipal sem que sejam feitos repasses necessários e equivalentes à essas novas atribuições.

A partir de 1988, assistiu-se à criação de vários municípios, muitos dos quais, sem quaisquer condições de viabilidade. Entretanto, isto não retira o caráter democrático que as entidades municipais representam no contexto do Estado Brasileiro, pois os Municípios representam uma excelente fórmula de descentralização administrativa do Estado (CUNHA, 2005, p.23).

As transformações do processo de redemocratização do país a partir do fim da do Regime Militar até a promulgação da nova Constituição Federal produziram manifestações com grande impacto na gestão e no planejamento na década de 1990.

Os cinco períodos apresentados até aqui podem ser sumarizados no quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Os primeiros cinco períodos da Gestão Urbana Brasileira e suas características

PERÍODO			CARACTERÍSTICAS
1º	<b>Planos de Embelezamento</b>	<b>1875 - 1930</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surgimento do planejamento urbano brasileiro (LEME, 1999; VILLAÇA, 1999);</li> <li>• Melhoramentos apenas em áreas urbanas centrais;</li> <li>• Influência de modelos europeus;</li> <li>• Primeira República Brasileira (República Velha).</li> </ul>
2º	<b>Planos de Conjunto</b>	<b>1930 - 1950</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visão de totalidade em ligação entre bairros e centro;</li> <li>• Propostas de zoneamento, sistema viário e transporte;</li> <li>• Era Vargas e centralização administrativa;</li> <li>• Constituições de 1934 e 1937;</li> <li>• Urbanismo como área de conhecimento;</li> <li>• Atuação de técnicos estrangeiros.</li> </ul>
3º	<b>Planos de Diretores de Desenvolvimento</b>	<b>1950 - 1965</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aceleração da urbanização;</li> <li>• Estudos urbanos com novos métodos e a participação de profissionais distintos (multidisciplinaridade);</li> <li>• Planejamento-discurso;</li> <li>• Início do Regime Militar.</li> </ul>
4º	<b>Superplanos</b>	<b>1965 - 1970</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração e interdisciplinarização do espaço;</li> <li>• Diagnósticos extensos;</li> <li>• Propostas complexas e abrangentes (impraticáveis);</li> <li>• Constituição de 1967;</li> <li>• Pensamento cientificista.</li> </ul>
5º	<b>Planos sem mapas</b>	<b>1970 - 1990</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federal de 1988;</li> <li>• Fim do Regime Militar</li> <li>• Gestão Administrativa somada à Gestão Urbana;</li> <li>• Sem diagnósticos técnicos e mapas de propostas;</li> <li>• Diretrizes genéricas</li> <li>• Preocupação ideológica;</li> <li>• Adoção de posturas com caráter emergencial.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O sexto período, referente aos Planos de Desenvolvimento Integrado (1990 - 2015) – reunindo aspectos da Gestão Urbana Ambiental e da Gestão Urbana Social –, é aprofundado no item subsequente por corresponder ao modelo central da discussão: o ideal urbano contemporâneo.

### 3.1.2 Gestão urbana contemporânea

O sexto período proposto por essa análise compreende as décadas mais recentes da história das cidades. A partir dos princípios estabelecidos pela Constituição de 1988, a década de 1990 é marcada pelo início da Gestão Urbana Ambiental e a consequente mudança na forma de se compreender os espaços urbanos por parte do poder público e suas agências financiadoras. Acrescentam-se novos compromissos de ação relacionados a aspectos ambientais, não deixando de incluir metas anteriores que abrangiam dimensões sociais. Essa década retomou a elaboração de planos em diversas cidades brasileiras devido à determinação constitucional.

O discurso e a preocupação com o desenvolvimento social do momento anterior agora são compartilhados ou colocados em oposição aos novos e valorizados interesses ambientais. Dessa época surge a recorrente disputa entre a ocupação do solo urbano e o desenvolvimento de atividades produtivas versus o interesse conservacionista (ULTRAMARI; FIRKOWSKI, 2012, p. 77 - 78).

Durante esses primeiros anos da realidade urbana contemporânea, inicia-se um processo de regulamentação de políticas públicas descentralizadas em âmbitos diversos com participação ativa da sociedade: “processos de participação e controle social tornaram-se palavra de ordem para governantes de capitais e grandes cidades no país, como se verificou em muitas experiências durante a década de 1990” (FERNANDES, 2005, p. 85).

Já nos anos 2000, norteados pela força do mercado e pela perspectiva ambiental, surgem elementos normativos de grande importância para gestão e administração pública que são claramente refletidos no planejamento do espaço urbano. A promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar 101), em 4 de maio de 2000, estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, torna-se relevante no processo pela busca da probidade administrativa. Santos (2009), sobre a LRF, afirma que:

[...] a Lei de Responsabilidade Fiscal possui como objetivo principal a responsabilidade na gestão fiscal baseada no planejamento, transparência, controle e responsabilização. Os instrumentos de planejamento destacados pela LRF, quais sejam: a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual são anteriores à Lei e já haviam sido estabelecidos pela Constituição em 1988, portanto, fazem parte do cotidiano dos entes da Federação há tempo suficiente para um razoável entendimento de suas formas, limites e aplicabilidades (p. 32).

Posteriormente, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 2001), regulamentando a política pública, tendo como princípios a função social da propriedade e o planejamento participativo, esse novo modelo de gestão – denominado aqui como um período de Gestão Social – passa a ser caracterizado pela tendência à descentralização administrativa, à maior participação social, e às propostas intervenções urbanas que buscam a renovação e a revalorização de compartimentos urbanos (ULTRAMARI; FIKOWSKI, 2012).

O melhor exemplo desta suposta política seriam os planos diretores municipais, agora, obrigatoriamente participativos. Desnecessário dizer que tal postura desejadamente participativa está sujeita a grandes críticas em termos qualitativos e mesmo em relação aos seus resultados concretos (ULTRAMARI; FIKOWSKI, 2012, p. 79).

Destaca-se ainda a sanção da Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009) que altera a redação da LRF no que se refere à transparência da gestão fiscal, acrescentando normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade dessa gestão a fim de determinar a disponibilização em tempo real de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados e dos Municípios. No contexto desta dissertação, destaca-se a relevância da transparência tributária no Brasil, principalmente, como se verá em capítulos posteriores, devido à lisura fiscal encontrada nos relatórios oficiais de Graciliano Ramos quando à frente da prefeitura de Palmeira dos Índios (AL).

Esse último período da gestão pode ser sintetizado no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Caracterização da gestão urbana contemporânea

PERÍODO			CARACTERÍSTICAS
6º	Planos de Desenvolvimento Integrado	1990 - 2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Período contemporâneo;</li> <li>• Gestão Urbana Ambiental e Gestão Social;</li> <li>• Compromissos ambientais;</li> <li>• Participação social;</li> <li>• Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei da Transparência;</li> <li>• Estatuto da Cidade.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

As características apresentadas nesta proposta de periodização da gestão urbana brasileira permitem compreender o atual momento urbano do país. Essas delimitações temporais resultam da articulação entre pressupostos e conceitos que ressaltam mudanças e permanências governamentais e sociais ao longo dos anos, permitindo que sejam feitas algumas considerações em relação ao futuro das cidades. Segundo Santos (1994):

O futuro é formado pelo conjunto de possibilidades e vontades, mas estas, no plano social, dependem do quadro geográfico que facilita ou restringe, autoriza ou proíbe a ação humana. Alcançar intelectualmente o futuro não é questão estatística, nem simples arranjo de dados empíricos, mas questão de método (p. 19).

Ao conhecer a história da cidade, compreende-se também o seu presente. Dessa forma é possível notar que, no Brasil, a constância de dificuldades administrativas, conflitos sociais, problemas ambientais e acúmulo de adversidades socioeconômicas resultam na permanência de um “modelo complexo, desigual, dinâmico e algumas vezes fracassado” (ULTRAMARI; FIRKOWSKI, 2012). A análise e a caracterização das complexidades dos sistemas urbanos a partir de perspectivas sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais e tecnológicas, relacionando-as com os propósitos e ações de planejamento e gestão, ressaltam as acumulações de responsabilidades e prioridades ao longo das décadas (ou períodos determinados). Dentro do recorte temporal aqui discutido – 1875 a 2015 –, identificam-se complexidades crescentes na relação entre o desenvolvimento das cidades brasileiras e sua gestão. Observa-se ainda que, ao longo dos anos, consolidam-se organizacionalmente setores multidisciplinares capacitados para gerir centros urbanos. Assim foram – e continuam sendo – incorporados aspectos de crescimento das responsabilidades, de progressiva indispensabilidade da participação popular, e o cada vez mais perseverante comprometimento socioecoambiental.

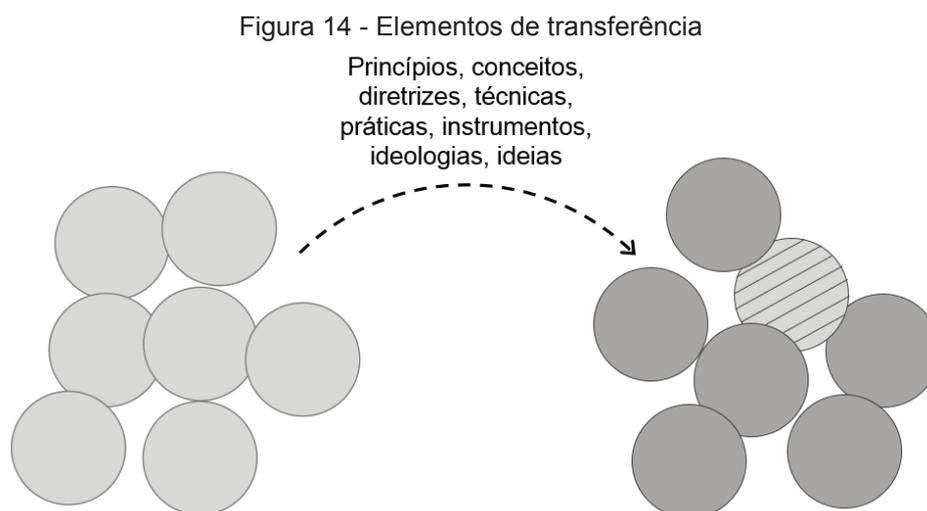
Sobre esse aumento de complexidades ao longo do processo evolutivo das cidades brasileiras, pode-se estabelecer a seguinte retrospectiva: em 1970 as preocupações estavam voltadas às infraestruturas, à organização institucional e à capacitação profissional; em 1980, descobriram-se as demandas sociais, porém, na incapacidade de solucionar tais questões, recorreu-se ao compartilhamento das responsabilidades com a comunidade; em 1990, acentuam-se a preocupação e a valorização de problemas ambientais, institucionalizando a defesa do meio ambiente por meio da criação de secretarias específicas; nos anos 2000, por fim, associam-se à conscientização ecológica a participação democrática e a priorização social (ULTRAMARI; FIRKOWSKI, 2012).

Esse processo revela a transformação paulatina na gestão urbana brasileira, quantitativa no passado e qualitativa contemporaneamente. Concomitantemente, a unidisciplinaridade é substituída pela atuação multidisciplinar. Tal processo permite

afirmar que esse incremento das responsabilidades resulta na imobilização na busca por soluções devido à dificuldade em determinar diretrizes primárias de atuação.

### 3.2 TRANSFERÊNCIA DE IDEIAS POR MEIO DA LITERATURA

A transferência de ideias discutida nesta dissertação se refere ao processo em que ideias conformadas em um determinado tempo e lugar são usadas no desenvolvimento de novas ideias em outro lugar a outro tempo. Esse debate acerca do deslocamento de conhecimentos no meio urbano vem sendo ampliado ao longo dos anos e consiste na expansão de princípios, conceitos, diretrizes, técnicas, práticas, instrumentos, ideologias e ideias propriamente ditas (HEALEY, 2010; DOLOWITZ; MARSH, 1996) (Fig. 14).



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De modo geral, o debate a respeito da difusão de ideias ocorre especialmente em âmbito político quando há um padrão de ação continuada e simultânea de determinada prática, política ou programa (STONE, 2000). Para Dolowitz e Marsh (2000) assemelham-se, nesse caso, processos de transferência, migração, difusão, convergência e *lesson-drawing*<sup>11</sup>, que podem ser classificados em quatro diferentes categorias: cópia (transferência completa e direta), emulação (transferência de ideias

<sup>11</sup> O termo *lesson-drawing* é apresentado por Dolowitz e Marsh (1996) para determinar ações de apreensão de ensinamentos, principalmente no âmbito político, aplicados em outro contexto (sistema político) por tomadores de decisão.

por meio de política ou programa), combinação (síntese de elementos de diversas políticas) e inspiração (influência para novas concepções e ideias).

O conceito de transferência de ideias no campo da Gestão Urbana se apresenta como uma ferramenta para compreender processos urbanos diversos, assim como contribuir para a adoção adaptada de ideias, práticas, legislações, diretrizes e projetos em diferentes cidades. Segundo Ultramari e Duarte (2012), para o contexto da Gestão Urbana – conforme abordado no capítulo introdutório desta dissertação –, ideias podem ser adotadas com maior ou menor legitimidade social e seus diferentes processos de transferência ocorrem sobre um contexto geográfico – entre cidades –, e temporal – diferentes momentos.

Tem-se ainda, que, a partir do conceito de “Fixos e Fluxos” (SANTOS, 1996), – em que os fixos “permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar” (p. 61) e os fluxos “são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (p. 61 - 62), – as ideias e os conhecimentos são fluxos imateriais e, portanto, transferíveis.

Estudar esse processo de apropriação ou descarte das ideias explicita a impermanência das coisas no espaço urbano e a necessidade da revisão constante do que se tem por ideal para cada período da história das cidades: a cidade é como *continuum*, não se trata de um objeto estático, e sim de um processo (MONTE-MÓR, 2006). Pode-se identificar a transferência das ideias em diversas esferas do urbano, indo desde o planejamento espacial das cidades, passando pela sua administração, até a implementação de políticas e práticas. A transmissão de saberes, ideias e conhecimentos, portanto, ocorre tanto por meio de aspectos tangíveis (planos, projetos, mapas e intervenções) quanto intangíveis (políticas gestoras, normativas e administrativas).

O deslocamento de ideias por meio de planos e projetos são mais perceptíveis pois resultam em transformações físicas, tal qual visto no capítulo anterior sobre a periodização da gestão e do planejamento urbano brasileiro. Esses modelos podem ser exemplificados pela influência exercidas por técnicos como Joseph Antoine Bouvard em São Paulo; Alfred Agache no Rio de Janeiro e em Curitiba; Le Corbusier no Rio de Janeiro, dentre outros nomes cujos trabalhos se destacaram no desenvolvimento das cidades brasileiras. Destacam-se ainda,

soluções urbanas resultantes da política higienista no Brasil<sup>12</sup>, suscitadas por ideias transferidas das reformas urbanísticas implementadas em Paris, por Georges-Eugène Haussmann<sup>13</sup>.

Na dimensão abstrata relacionada à gestão do espaço urbano, observam-se aspectos físicos, culturais, ideológicos e socioeconômicos agindo como moderadores/facilitadores dessa transferência. Essa assimilação de práticas pode ser identificada em diversas implementações normativas e administrativas, como legislações macroeconômicas, orçamentárias, de consignação de empréstimos, e outras diversas. Ressalta-se, principalmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal – anteriormente discutida –, cuja diretriz visa ampliar a eficiência da prestação de serviços, incentivando o desenvolvimento socioeconômico a partir de conteúdos similares a leis de países como Nova Zelândia, Argentina, Estados Unidos, Peru, México e Grã-Bretanha.

A circulação das ideias, como observou Leme (1999), é mais comumente notada no nível espacial e cultural, entretanto, a busca por referências elaboradas ou apreendidas em tempos pretéritos tem sido comum no estudo e na gestão das cidades contemporâneas ora reproduzindo-as, ora rejeitando-as explicitamente. Processos de renovação das áreas centrais das grandes cidades, comum em nível global a partir do final dos anos 1980, sintetizam essa dicotomia entre um e outro “modelo”, entre uma e outra cidade a ser reproduzida, entre um passado enaltecido ou um futuro anunciado. Admite-se que a transferência de ideias pode ser potencializada por características das condições em que foram formuladas, reduzindo ou incrementando aspectos qualitativos, positivos ou negativos de uma produção individual (ULTRAMARI; DUARTE, 2012).

Formas de transferência de ideias mais específicas também são relevantes para esta discussão, principalmente no concernente à interdisciplinaridade, característica fundamental para a apreensão de peculiaridades de um conhecimento ao analisá-lo, descrevê-lo e confrontá-lo com outro. Outra forma de transferência de ideias compreende:

---

<sup>12</sup> O higienismo brasileiro é representando, nesta dissertação, no primeiro período da Gestão Urbana Brasileira: os Planos de Embelezamento, de 1875 a 1930.

<sup>13</sup> O Barão de Haussmann foi encarregado, entre 1851 e 1870, a modernizar e ‘embelezar’ a Paris de Napoleão III. A proposta consistia na demolição de antigas ruas, comércios e moradias visando a organização de uma cidade geométrica com grandes avenidas e bulevares.

[...] o olhar do observador e autor sobre um objeto e seu tempo vivido; tal qual em Ortega y Gasset (1984), análises sobre objetos que nos parecem erroneamente perenes – como as cidades, por exemplo –, feitas em tempos históricos distintos, estariam sujeitas à mesma máxima de que somos, e nossas ideias também as são, nós mesmos e nossas circunstâncias. Essas duas formas de transferência de ideias estão evidenciadas no estudo de caso aqui apresentado (ULTRAMARI; JAZAR, 2015).

A discussão desta dissertação tem como contexto analítico maior o da transferência das ideias por meio da interdisciplinaridade, com interesse mais específico no diálogo entre os campos distintos da literatura e o do urbanismo, tomando por base Graciliano Ramos por ter sido gestor urbano e literato; estabelecendo-se então, como citado no capítulo metodológico, recorte unitemporal referente à relação da obra de Graciliano e sua atuação política como prefeito, e recorte transtemporal indicando a relação entre sua atuação na prefeitura e a gestão das cidades contemporâneas.

Ao discutir a transferência de ideias entre cidade e literatura, nota-se que:

[...] indagar sobre as representações da cidade na cena escrita construída pela literatura é, basicamente, ler textos que leem a cidade, considerando não só os aspectos físico-geográficos (a paisagem urbana), os dados culturais mais específicos, os costumes, os tipos humanos, mas também a cartografia simbólica, em que se cruzam o imaginário, a história, a memória da cidade e a cidade da memória (GOMES, 1997, s/p.).

Diante disso é necessário compreender a gestão dessas cidades e em quais aspectos ela é influenciada e influenciadora.

O debate sobre literatos que exerceram cargos políticos – caso de Graciliano Ramos – se ramifica em um grande leque de abordagens que permite identificar as influências da gestão das cidades na literatura e vice-versa. É possível discutir níveis de transferência de ideias entre a vida diante da obra do autor, bem como deliberar sobre as relações que existem entre a sua produção literária e a sua função pública.

A leitura entre vida, obra e gestão, no entanto, deve levar em consideração os contextos de cada aspecto analisado e suas consequências temporais. Apenas interpretando o “eu e as circunstâncias” (ORTEGA Y GASSET, 1984) de um autor é que se torna viável compreender o papel que esse autor desempenha a seu tempo.

Ortega toma a circunstância como fonte vital para o pensamento, ao qual cabe fazê-la reluzir na plenitude do seu significado. [...] A circunstância é o ponto de partida para toda reflexão filosófica e, isso, também ou principalmente, para a investigação sobre o ser do homem. Pois, em Ortega, [...], a circunstância é um elemento essencial na constituição daquilo que o homem é, o que impede a concepção do homem como um ser ontologicamente independente (SANTOS, 1998/1999).

O subcapítulo que se segue propõe-se a discutir o contexto de Graciliano Ramos, sua vida, atuação política e produção literária selecionada, para que sejam compreendidos ‘seu eu e as suas circunstâncias’ auxiliando, assim, na identificação das ideias transferidas entre sua produção literária e sua gestão.

### 3.3 GRACILIANO RAMOS: GESTOR, AUTOR E CIDADÃO

A sociedade brasileira é assustadoramente desigual quanto aos níveis econômicos e aos graus do progresso técnico (CÂNDIDO, 2010, p. 83). No Nordeste, as influências modernistas foram rejeitadas pelo movimento tradicionalista e regionalista; na década de 1920, intelectuais – principalmente artistas e escritores – passaram a analisar criticamente a realidade do país incluindo em suas produções novos personagens sociais resultantes das mudanças sociais, das novas relações de trabalho e do crescente processo de urbanização: negros, mestiços, trabalhadores e imigrantes. Cândido (2010) comenta:

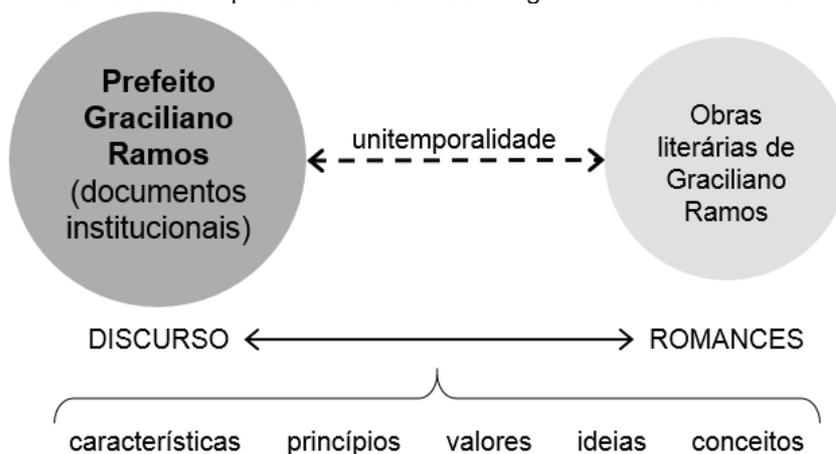
[...] o chamado “romance nordestino” [...] foi até certo ponto uma retomada do regionalismo, mas sem pitoresco e com perspectiva diferente, pois o homem pobre do campo e o da cidade apareciam não como objeto, mas, finalmente, como sujeito, na plenitude da humanidade (p. 106).

O autor alagoano Graciliano Ramos traduz esses novos membros da realidade urbana em seus romances: **Vidas Secas** narra a vida de uma família de retirantes; **S. Bernardo**, a história do trabalhador rural promovido a grande proprietário; **Angústia**, a análise interior de um funcionário público social e emocionalmente complexo; **Infância** e **Memórias do Cárcere**, apesar de livros pessoais, estão repletos de representações de personagens sociais desajustados: negros, pobres, mendigos, ladrões, andarilhos, trabalhadores rurais e outras personalidades que marcaram tanto seus primeiros anos de vida e quanto o período de onze meses em que esteve preso. Seus relatórios também apontam indícios da preocupação do autor com os socioeconomicamente menos favorecidos; a contínua busca pelo fim dos privilégios aos grandes proprietários e a crítica ao modelo capitalista e injusto de gestão também são ressaltados.

O presente capítulo visa, portanto, analisar a vida, obra e gestão de Graciliano Ramos a partir da interpretação de suas obras e relatórios. Investigam-se aqui os cinco títulos apresentados, bem como seus dois relatórios municipais

produzidos durante sua atuação frente à prefeitura de Palmeira dos Índios. Essa leitura revela os aspectos transferidos unitemporalmente entre a produção literária de Graciliano Ramos e sua gestão, visando à identificação de ideias, princípios, valores, conceitos e características que aproximem essas duas realidades do mesmo autor (Fig. 15).

Figura 15 - Leitura unitemporal: Graciliano Ramos gestor e Graciliano Ramos literato

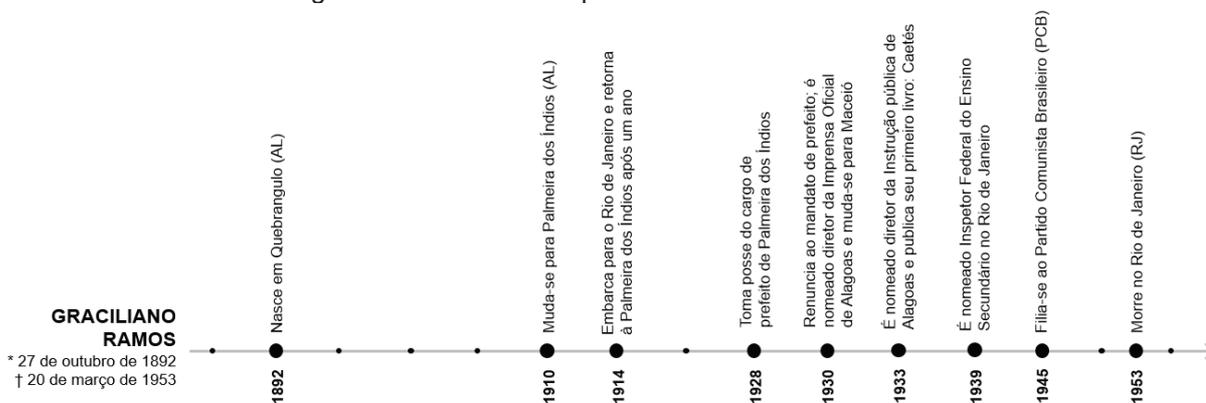


Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A análise sobre Graciliano Ramos subdivide-se em: i) contextualização da vida do autor; ii) descrição das circunstâncias dos cargos políticos ocupados pelo literato; iii) identificação das peculiaridades dos dois relatórios do prefeito; iv) investigação aprofundada das peças literárias selecionadas; v) compreensão do mito do prefeito Graciliano Ramos; vi) identificação de características pessoais e da gestão de Graciliano Ramos contidas nas obras.

### 3.3.1 A vida de Graciliano: um breve resumo

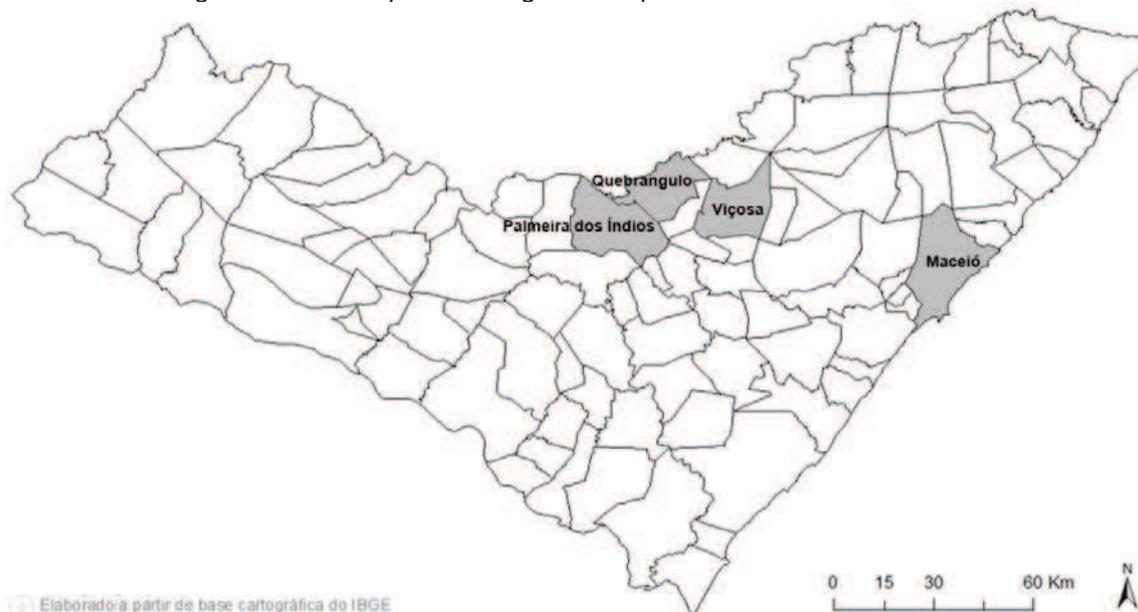
Figura 16 - Linha do tempo: vida de Graciliano Ramos



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Nascido em 27 de outubro de 1892, em Quebrangulo, Alagoas, Graciliano Ramos foi o primogênito dos quinze filhos de Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro Ramos. Durante a infância, mudou-se para Buíque (PE), Viçosa (AL), Maceió (AL) e, em 1910, Palmeira dos Índios<sup>14</sup> (AL), onde trabalhou no comércio do pai e posteriormente se tornou prefeito (Fig. 17).

Figura 17 - Municípios de Alagoas em que Graciliano Ramos residiu



Base: IBGE. Elaborado pela autora, 2015.

<sup>14</sup> A cidade de Palmeira dos Índios está situada a 140km de Maceió. Em 1920, sua população era de 39.241 habitantes (BRASIL, 1926, p. 333); atualmente, a população é composta por 70.368 habitantes (IBGE, 2010). À época de Graciliano, a prefeitura contava com onze funcionários, hoje conta com aproximadamente 2.000 (PMPI, 2014). De imediato, se tomada em conta a população municipal dividida pelo número de funcionários da prefeitura, houve acréscimo da relação de 3.567 habitantes por funcionário na década de 1920 para trinta e cinco em 2010.

Aos 22 anos, migrou para o Rio de Janeiro trabalhando como revisor e colaborador em jornais locais. Um ano depois, em 1915, retornou à Palmeira devido à morte de três de seus irmãos – vítimas de peste bubônica. No mesmo ano, em 23 de outubro, casou-se com Maria Augusta Barros com quem teve quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio, e Maria Augusta. Em 1920, sua primeira esposa faleceu vítima de aneurisma.

Nos anos seguintes, tornou-se colaborador do jornal **O Índio** e presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios até que, em 1927, foi eleito prefeito da mesma cidade. No ano seguinte, tomou posse do cargo público e casou com sua segunda esposa, Heloísa de Medeiros – mãe de mais três de seus filhos: Luísa, Ricardo e Clara. Na mesma época, trabalhava em seu primeiro romance, **Caetés**.

Ao escrever o seu primeiro relatório ao governador Álvaro Paes, “**Um resumo dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928**”, publicado pela Imprensa Oficial de Alagoas em 1929, revelou sua sagacidade ao abordar assuntos da administração municipal. No ano seguinte, em um novo relatório, reafirmou seu talento literário em mais um documento de prestação de contas. Em março de 1930, renunciou ao cargo de prefeito e mudou-se para Maceió (AL), onde foi nomeado diretor da Imprensa Oficial, colaborando em diversos jornais locais.

Em 1931, demitiu-se do cargo de diretor da Imprensa Oficial e voltou a Palmeira dos Índios, onde terminou **S. Bernardo**:

A Imprensa Oficial estava com os dias contados no horizonte de Graciliano. Além da massacrante rotina burocrática, não tolerava mais o autoritarismo dos interventores. Pediu demissão em 26 de dezembro de 1931. A gota d'água fora as pressões que vinha sofrendo para cortar, por medida de economia, 50 mil-réis da gratificação do guarda-livros Erausto Campeio (MORAES, 2012, p. 83).

Aos 41 anos, em 1933, publicou **Caetés**, iniciou **Angústia**, e foi nomeado diretor da Instrução Pública de Alagoas, permanecendo na capital alagoana. Sobre esse período, Bosi (1997) comenta:

De 30 a 36, viveu quase todo o tempo em Maceió onde dirigiu a Imprensa e a Instrução do Estado. Data desse período a sua amizade com escritores que formavam a vanguarda da literatura nordestina: José Lins do Rêgo, Raquel de Queiróz, Jorge Amado, Waldemar Cavalcanti; é também a época em que redige **São Bernardo** e **Angústia** (p. 449).

Em 1936, contudo, foi demitido do cargo e, em março – durante a primeira fase do governo Vargas –, foi preso sob acusação de participar de conspirações comunistas no levante de novembro de 1935. Apesar da acusação, Brunacci (2008) afirma que:

[...] quando foi preso pela polícia política de Getúlio Vargas, em 1936, o escritor não tinha vínculo que justificasse qualquer acusação de subversão. Hoje se reconhece [...] que o provável motivo não declarado para tal prisão era mesmo o conteúdo de seus romances (p. 23-24).

Enviado ao Recife, Graciliano embarcou com destino ao Rio de Janeiro e durante os onze meses em que esteve preso no Rio, passou pelo Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, pela Colônia Correccional de Dois Rios (na Ilha Grande), voltou à Casa de Detenção. Sobre esse período de sua vida, escreveu **Memórias do Cárcere**, publicado postumamente, em 1953. **Angústia** foi lançado no mês de agosto daquele ano (1936) sem a revisão de Graciliano, rendendo-lhe, durante o período em que esteve preso, preocupações em relação à qualidade da obra: “A publicação do romance me parecia leviandade. Havia neles muito defeito, eram precisos cortes e emendas sem conta. Sem falar em mutilações e enganos infalíveis, cometidos pela datilógrafa” (RAMOS, [1953] 2013, p. 197).

Libertado em janeiro de 1937, passou a trabalhar em jornais cariocas. Em maio, a Revista Acadêmica dedicou-lhe uma edição especial com treze artigos. Recebeu o prêmio Literatura Infantil, do Ministério da Educação, com **A terra dos meninos pelados**.

Em 1938, publicou **Vidas Secas** e no ano seguinte foi nomeado Inspetor Federal do Ensino Secundário no Rio de Janeiro. Em 1940, publicou uma série de crônicas sob o título **Quadros e Costumes do Nordeste** na revista Política (RJ). Seu quinquagésimo aniversário foi comemorado em 1942, recebendo o prêmio Felipe de Oliveira pelo conjunto de sua obra.

Em 1945, Graciliano Ramos (Fig. 18) filiou-se ao Partido Comunista do Brasil. No mesmo ano, participou do 1º Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo, encontro em que foram lançados **Dois dedos** e **Infância**. Dois anos mais tarde foram publicados os contos de **Insônia**. Em 1951, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), sendo reeleito em 1952 – ano em que viajou à Tchecoslováquia e à União Soviética. Visitou também França e Portugal e,

ao retornar ao Brasil, em 16 de junho, já enfermo, decidiu ir a Buenos Aires, Argentina, para submeter-se a um tratamento de pulmão e a uma cirurgia.

Figura 18 - Graciliano Ramos (1892 - 1953)



Fonte: José Olympio, Rio de Janeiro, 1947

Em janeiro do ano seguinte (1953), foi internado na Casa de Saúde e Maternidade São Vitor (RJ), onde veio a falecer vitimado pelo câncer, no dia 20 de março. No mesmo ano foi publicado **Memórias do Cárcere** que Graciliano não chegou a concluir, tendo ficado sem o capítulo final.

Postumamente, também foram lançados os livros **Viagem** (1954), **Linhas tortas** (1962), **Viventes das Alagoas** (1962), **Alexandre e outros heróis** (1962),

**Cartas** (1980), **Cartas de Amor à Heloísa** (1992), **Garranchos** (2012), **Cangaços** (2014), e **Conversas** (2014).

### 3.3.2 Graciliano e a política

“Graciliano Ramos era da classe dos proprietários de terra, do latifúndio, também ligado ao comércio, esporadicamente, homem de governo, na medida que exerceu vários cargos públicos, por eleição ou nomeação” (ABEL, 1999, p.19). Atento aos problemas sociais desde a infância, Graciliano depura a realidade, observando práticas coronelistas em que “os maiores do município, governo e oposição vinham de um grupo de famílias mais ou menos entrelaçadas, poderosos no Nordeste: Cavalcantis, Albuquerque, Siqueiras, Teonórios, Aquinos” (RAMOS, [1945] 2013, p. 51).

Na sua obra, percebe-se que:

O Graciliano político [...] se faz notar já na série de crônicas semanais que publicou em 1921, aos 28 anos, em um jornal de Palmeira dos Índios [...]. Em um dos primeiros textos, insiste no ‘grave mal que ameaça derruir a moral do povo: o analfabetismo’. E em mais de uma ocasião exige que o governo abra escolas no município e capacite os limitados professores locais [...] (FREITAS, 2012).

Sua candidatura para a prefeitura de Palmeira dos Índios (AL), em 1927, partiu da recorrente adjetivação do comerciante<sup>15</sup> e então presidente da Junta Escolar<sup>16</sup> do município como “exemplo de honestidade e do bom trabalho” durante 1926. Havia um clima político conturbado no município, pois seu antecessor, Lauro de Almeida Lima, havia sido assassinado por um fiscal de impostos enviado pelo governador do Estado. Para substituí-lo os coronéis da política local precisavam de um candidato referencial do ponto de vista ético. O jornalista e deputado federal Álvaro Leme (que posteriormente seria eleito governador do estado de Alagoas), e os irmãos Francisco e Otávio Cavalcanti – chefes da política palmeirense há

---

<sup>15</sup> Antes de se tornar prefeito, Graciliano conduzia um estabelecimento comercial em Palmeira dos Índios; a loja de tecidos Sincera pertenceu inicialmente ao pai do literato e ficava ao lado da prefeitura. Quando assumiu o cargo no Executivo municipal, entregou-a aos filhos e funcionários de confiança, dedicando-se inteiramente à administração pública.

<sup>16</sup> As Juntas Escolares eram formadas por uma comissão de membros da sociedade civil que auxiliavam as Câmaras Municipais no que se relacionava à educação (LOPES, 2013).

décadas (coronéis) e aliados do governo Costa Rego – foram os grandes responsáveis pela indicação de Graciliano Ramos ao pleito.

Depois de rodadas de discussões, a cúpula se fixou no nome de Graciliano. Bem-sucedido como presidente da Junta Escolar, tinha fama de honesto, austero e culto, e era amigo dos caciques do partido. O relacionamento com os Cavalcanti vinha desde 1910, quando os Ramos chegaram de Viçosa. E com Álvaro Paes a convivência se estreitara pelas afinidades intelectuais (MORAES, 2012, p. 60).

Graciliano não almejava ao cargo de prefeito: “Na vida pública já alcancei o que desejava: sou eleitor e jurado” (RAMOS *apud* MORAES, 2012, p.61). Contudo, voltou atrás em sua decisão quando os adversários o acusaram de estar fugindo das urnas por medo do fracasso: “Apareça o filho da puta que disse que eu não sabia montar em burro bravo!” (*op. cit.*).

Candidato único no pleito, Graciliano elegeu-se pelo Partido Democrata<sup>17</sup>, com 433 votos, em 7 de novembro de 1927, sem participar de campanha eleitoral e sem fazer promessas à população. Desde o início do mandato, entretanto, Graciliano não estava satisfeito, como é possível notar na carta enviada à então futura esposa, Heloísa Medeiros, em carta de 4 de fevereiro de 1928:

[...] que história é essa de posição elevada? Enganaram-te, minha filha. Para os cargos de administração municipal escolhem de preferência os imbecis e os gatunos. Eu, que não sou gatuno, que tenho na cabeça uns parafusos de menos, mas não sou imbecil, não dou para o ofício e qualquer dia renuncio (RAMOS, Cartas, p. 101).

Resolvendo permanecer no cargo por algum tempo, o gestor deu mostras de sua verve literária em janeiro de 1929, ao relatar com transparência e sagacidade, em seu primeiro relatório enviado a Álvaro Paes – eleito governador em 12 de junho de 1928 –, aspectos de sua rigorosa atuação como gestor público “em uma cidade de hábitos arraigados” (MORAES, 2012, p.65). Com a rigorosa atuação nas finanças municipais, principalmente concernente às cobranças dos impostos, ganhou inimigos e foi alvo de um atentado a tiros em 1929:

Palmeira dos Índios não fugiria ao figurino de cidades pequenas do Agreste, onde o poder dos grandes senhores se sobrepunha ao interesse coletivo e às normas vigentes. Graciliano, bulindo em casa de marimbondos, não escaparia das ferroadas (*op. cit.*).

---

<sup>17</sup> A candidatura pelo Partido Democrata é considerada um fato contraditório na vida do escritor, já que é conhecido pelos ideais comunistas.

Assim foi, novamente, ao final do segundo ano de gestão, quando enviou um novo documento ao amigo e governador de Alagoas, “com o mesmo apuro estilístico, a ironia corrosiva e a exatidão informativa do primeiro” (*op. cit.*, p. 70-71).

Durante seu breve mandato, Graciliano Ramos, notando a ausência de uma lei municipal que regulamentasse a vida na cidade, ainda no primeiro ano de administração, buscou em papéis do Império, de 1865, valendo-se de algumas poucas leis já aprovadas para redigir um novo código que levou à apreciação dos vereadores (conselheiros municipais) (FERNANDES, 2013). O resultado foram os 82 artigos aprovados do Código de Posturas de Palmeira dos Índios, que disciplinavam os costumes da cidade, estabelecendo multas aos infratores.

A medidas previstas no Código eram avançadas, regulamentando direitos e deveres dos cidadãos e do poder público. Eis alguns: animais não poderiam andar soltos nas ruas; os comerciantes eram impedidos de açambarcar mercadorias de primeira necessidade em época de carestia; os farmacêuticos, proibidos de vender determinados remédios sem receita médica; os hoteleiros, obrigados a ter em ordem o livro de hóspedes e a fixar tabela de preços em locais visíveis; o comércio não poderia funcionar além das 21 horas nem abrir aos feriados e fins de semana; açougueiros não poderiam vender carne de rês doente e teriam que passar a recolher impostos (MORAES, 2012, p. 67).

À frente da prefeitura de Palmeira dos Índios, além de implementar o novo Código Municipal, Graciliano construiu três escolas municipais, aumentou o salário dos professores e o turno dos alunos nas aulas, cuidou da limpeza pública, fez um novo matadouro, criou o primeiro serviço de higiene pública no interior do Estado, e construiu uma nova estrada ligando Palmeira dos Índios ao distrito de Cacimbinha (LOPES, 2009).

Em 1930, o país – e o pequeno município – sofreram as consequências da Crise de 1929, indo à bancarrota. “Como se não bastassem os embates para extinguir os privilégios e dignificar a gestão da coisa pública, Graciliano enfrentava problemas [financeiros] [...]” (MORAES, 2012, p. 71). Ou seja, ao mesmo tempo em que o cenário nacional acumulava problemas estruturais, começavam a surgir os impactos locais da crise econômica. Esse foi o cenário que acelerou uma decisão pessoal: em 30 de abril, após pouco mais de dois anos, Graciliano renunciou ao cargo de prefeito frente ao convite do governador para assumir a direção da Imprensa Oficial do Estado em Maceió; o salário era maior e a soma dos problemas financeiros aos aborrecimentos causados pela prefeitura, fizeram com que aceitasse “sem pestanejar”: “Houve quem tivesse comemorado a sua saída. Eram pessoas

que tiveram interesses contrariados, porque ele não fazia cambalachos, nem dispensava multa de ninguém” (José Tobias de Almeida, cidadão de Palmeira dos Índios, *apud* MORAES, 2012, p. 71).

Como diretor da Imprensa Oficial permaneceu até dezembro de 1931. Depois de reestruturar o órgão, assumiu a direção da Instrução Pública:

Em janeiro de 1933, o novo interventor, capitão Afonso de Carvalho, também literato, convidou-o a assumir a Instrução Pública do Estado (equivalente à atual Secretaria de Educação), um dos cargos mais complicados da administração (MORAES, 2012, p. 90).

Em três anos (1933-1936) promoveu profundas mudanças: tornou transparentes as licitações, distribuiu uniformes e materiais escolares, instituiu a merenda na rede, construiu escolas em zonas carentes, reduziu os índices de evasão escolar, e multiplicou as matrículas na rede de ensino em mais de duas vezes.

Graciliano deixou, assim, seu legado na gestão e na política urbana, não apenas ao exercer o cargo de prefeito no interior de Alagoas, mas também por sua atuação como diretor da Imprensa Oficial e diretor do departamento de Instrução Pública Estadual – cargos que àquela época eram ocupados por intelectuais brasileiros, não por técnicos especializados –, em que também manteve suas qualidades administrativas. Até hoje, Graciliano continua sendo apontado como exemplo político a ser seguido principalmente devido à sua “austeridade e honestidade” encontradas em seus anos de mandato à frente de Palmeira dos Índios (AL). Seus dois relatórios – cuja leitura será aprofundada no capítulo subsequente – evidenciam seus posicionamentos ideológicos frente à demanda da população por serviços públicos de qualidade.

[...] de maneira geral, aos eleitos (e reeleitos) para cargos executivos, estes Relatórios deveriam integrar uma espécie de cesta básica administrativa. [...] Estes Relatórios também seriam altamente recomendáveis aos que deixam o cargo – e ameaçam voltar (PINTO, 2013).

De fato, por repetidas vezes encontram-se documentos, bibliografias, entrevistas e artigos jornalísticos que exaltam Graciliano por seu senso ético, pela coerência de princípios e pela honestidade: “Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porém, foram da inteligência, que é fraca. Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fizeram falta” (RAMOS, 1929). Até mesmo a já citada Lei de

Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, intenciona regulamentar no período contemporâneo, medidas administrativas que estavam presentes na atuação do 13º gestor de Palmeira dos Índios. Mesmo sem referência direta ao autor/gestor no texto da lei, Santos (2009) afirma:

A LRF regulamenta aquilo que, em tese, deveria estar na essência da administração do que é público, como nos ensinou Graciliano Ramos em seus Relatórios de Prestação de Contas há mais de 70 anos, quando o então prefeito de Palmeira dos Índios (AL) de 1928 a 1930 e futuro escritor de São Bernardo e Vidas Secas deu um exemplo do bom uso do dinheiro público em meio a situações de adversidades, tais como pobreza, secas, clientelismo e apadrinhamento (p. 31).

Mesmo enfrentando a escassez de recursos e o conservadorismo, seus relatórios demonstram a priorização do suprimento de carências sociais e moralização da administração pública, opondo-se ao clientelismo político, à corrupção e à ganância das elites. Graciliano Ramos, em seus cargos públicos, atuou em benefício da comunidade, ouvindo demandas e dialogando constantemente. Deve-se levar em conta sua latente sensibilidade e atenção aos problemas sociais – preocupação constante em sua produção literária.

### **3.3.3 Análise dos Relatórios Municipais de Graciliano**

Durante a Primeira República (1889-1930), a eletividade de prefeitos também era facultada aos estados para que esses a instituísem por meio de lei; foi o caso de Graciliano Ramos<sup>18</sup>. As limitações impostas à autonomia municipal fizeram com que o próprio poder central se consolidasse como decorrência da concentração do poder estadual. Esse sistema de forças fez com que nas relações entre estados e seus municípios vigorasse a política dos coronéis, cujas bases se sustentavam na criação de compromissos com chefes locais para viabilizar políticas eleitorais dos governadores – essa realidade ficou conhecida como “política dos governadores”.

Enquanto vigorou a primeira constituição republicana prevaleceu no Brasil o coronelismo e o centralismo regional, transformando os municípios em feudos políticos marcados pelo mando e o desmando de poderosos locais (MEIRELLES,

---

<sup>18</sup> Ver capítulo 3.1: GESTÃO URBANA BRASILEIRA: PERIODIZAÇÃO E MODELOS.

1996). Esse cenário justifica a observação de Graciliano sobre o contexto de sua própria eleição, revelando a conivência ou impotência frente a um modo eleitoral merecedor de críticas: “Assassinaram meu antecessor. Escolheram-me por acaso. Fui eleito naquele velho sistema de atas falsas, os defuntos votando” (RAMOS *apud* MORAES, 2012, p. 61).

Na década de 1920, relatórios como os de Graciliano Ramos eram publicados em diários oficiais e jornais locais, normalmente a título de mensagens aos conselhos municipais<sup>19</sup>. No caso de Graciliano, tem-se dois desses relatórios referentes aos 27 meses em que permaneceu no principal cargo do Executivo municipal, ambos com explicitações de receitas e despesas de Palmeira dos Índios (AL). No contexto histórico brasileiro, o segundo (e último) relatório elaborado pelo autor/gestor Graciliano Ramos, datado de 11 de janeiro de 1930, é anterior à eleição para Presidente da República ocorrida em 1º de março de 1930, que instaurou intensa luta política do movimento revolucionário no país, até o início do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934).

A sinceridade ressonante dos dois documentos (Fig. 19), resultaram na publicação dos mesmos em vários jornais, impressionando editores e jornalistas, e ocasionando a descoberta de Graciliano Ramos como escritor<sup>20</sup>. Sobre a importância desses dois documentos produzidos por Graciliano, sabe-se que:

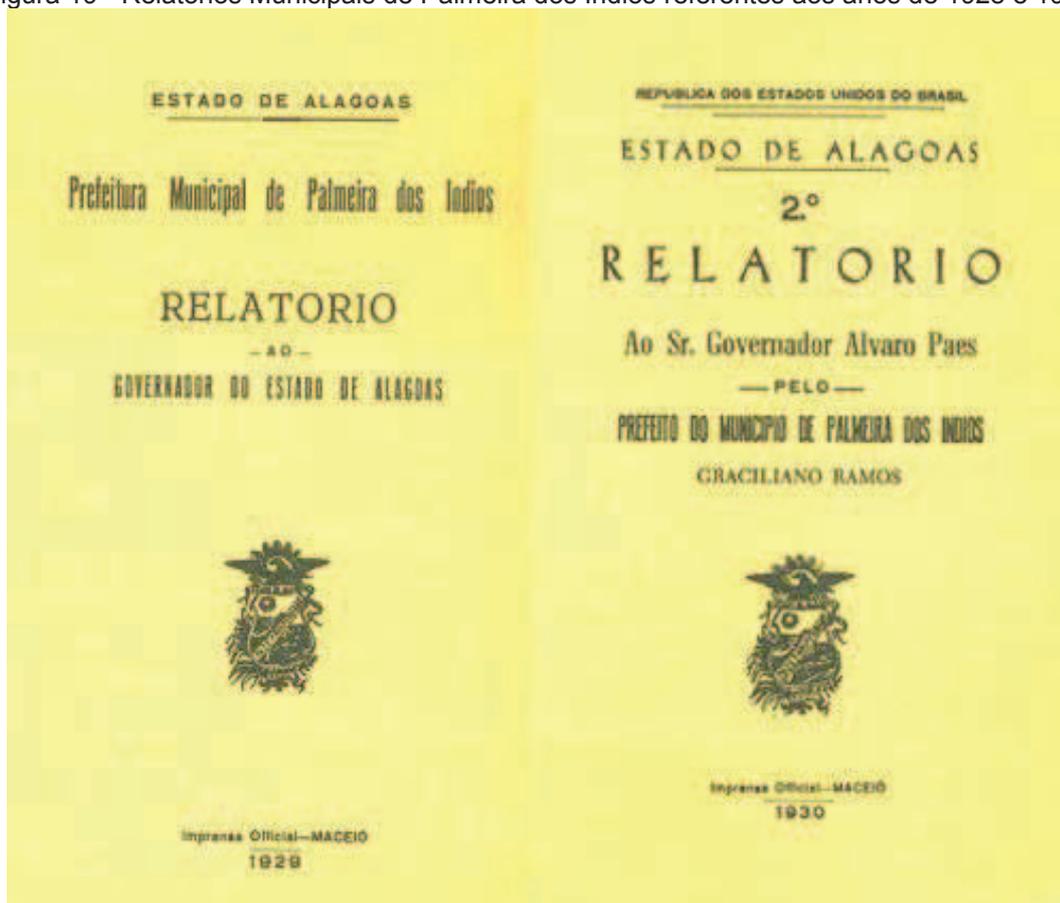
A sua prestação de contas como prefeito foi publicada primeiramente no Diário Oficial, mas o seu estilo inusitado chamou a atenção de vários periódicos alagoanos, entre eles o Jornal de Alagoas, O Semeador e o Correio da Pedra, que, em seguida, a transcreveram. Com a repercussão, até mesmo jornais do Rio de Janeiro, como o Jornal do Brasil e A Esquerda [...] publicaram trechos desses relatórios (MELLO, 2012, p. 37-38).

---

<sup>19</sup> Sobre os relatórios municipais, como já abordado no capítulo introdutório desta dissertação, sabe-se que, apesar da obrigatoriedade da produção desses documentos, poucos municípios possuem-nos disponibilizados, impossibilitando a análise comparativa dos relatórios de Graciliano com outros de natureza similar. Essa ausência de documentos municipais de prestação de contas equivalentes aponta para a condição de que o reconhecimento da importância desse gestor urbano como escritor contribuiu para a preservação de tais registros.

<sup>20</sup> Na época, Graciliano Ramos trabalhava há cinco anos sobre **Caetés**. O poeta Augusto Frederico Schmidt, dono da Editora Schimidt, tomou conhecimento dos Relatórios por meio dos jornais e, ao saber da existência do romance inédito, enviou uma carta a Graciliano pedindo os originais para editá-los (MORAES, 2012).

Figura 19 - Relatórios Municipais de Palmeira dos Índios referentes aos anos de 1928 e 1929



Fonte: Imprensa Oficial de Maceió 1929 e 1930

Nesses relatórios, a abordagem protocolar foi substituída por ironias redigidas em tom mais coloquial, transgredindo o gênero relatório que, na sua essência, têm a obrigação de apresentar informações à população sobre a tomada de decisões administrativas de modo a seguir regras que valorizam a impessoalidade, o uso de termos técnicos e a rigidez textual (BAKHTIN, 1997). Os textos de Graciliano trazem, de fato, a descrição das realizações anuais no município de Palmeira dos Índios (AL), prestando contas à população e ao governador do Estado, entretanto, a forma de apresentação dessas informações se sobressai e transmite os fatos de sua administração por meio de um estilo individual. A acidez apresentada nos documentos deixa transparecer o desejo do autor/gestor “de ter as coisas em ordem, seja em termos de gramática, administração pública ou organização social [...]”. É importante notar, porém, que a sua concepção de ordem tem a ver com a transparência e não com a regimentação autoritária” (PROSA [O GLOBO], 2013). Porém, como é objetivo desta dissertação, a análise dos relatórios de Graciliano não se resume à sua habilidade textual, mas sim à representação que contextualiza a sua gestão:

A leitura do relatório de gestão do prefeito Graciliano Ramos vai além do seu talento literário e da sua criatividade em relatar os fatos acontecidos na sua administração, nos anos de 1928 e 1929. Percebe-se no texto que a prática da gestão pública em Alagoas, já no início do século XX, não era tarefa fácil, tanto que o escritor renunciou ao poder no terceiro ano do seu mandato, num gesto de coragem e protesto contra a indolência dos políticos e das classes dominantes, avessos ao projeto do bem comum, da prosperidade e do desenvolvimento (AGUIAR, 2013, p. 9).

Percebe-se, por meio desses documentos, princípios que embasaram a atuação do autor durante seus anos de mandato: clareza na prestação de contas, responsabilidade na administração pública municipal, e transparência política.

No **primeiro relatório**, enviado em 1929 sobre o resumo dos trabalhos realizados em 1928, Graciliano Ramos apresenta o texto organizado em temas: Receita e Despesa, Poder Legislativo, Iluminação, Obras Públicas, Eventuais, Cemitério, Escola de Música, Funcionários da Justiça e da Polícia, Administração, Arrecadação, Limpeza Pública, Estradas, Posto de Higiene, Viação, Estrada de Palmeira de Fora, Outra Estrada, Terrapleno da Lagoa, Dinheiro Existente, Leis Municipais, e Conclusão. Seu primeiro objetivo foi “estabelecer alguma ordem na administração” (RAMOS, 1929), criticando principalmente os “inúmeros prefeitos” do município:

[...] os cobradores de impostos, o Comandante de Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com Prefeitos coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam. Para que tal anomalia desaparecesse, lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela [...] (RAMOS, 1929).

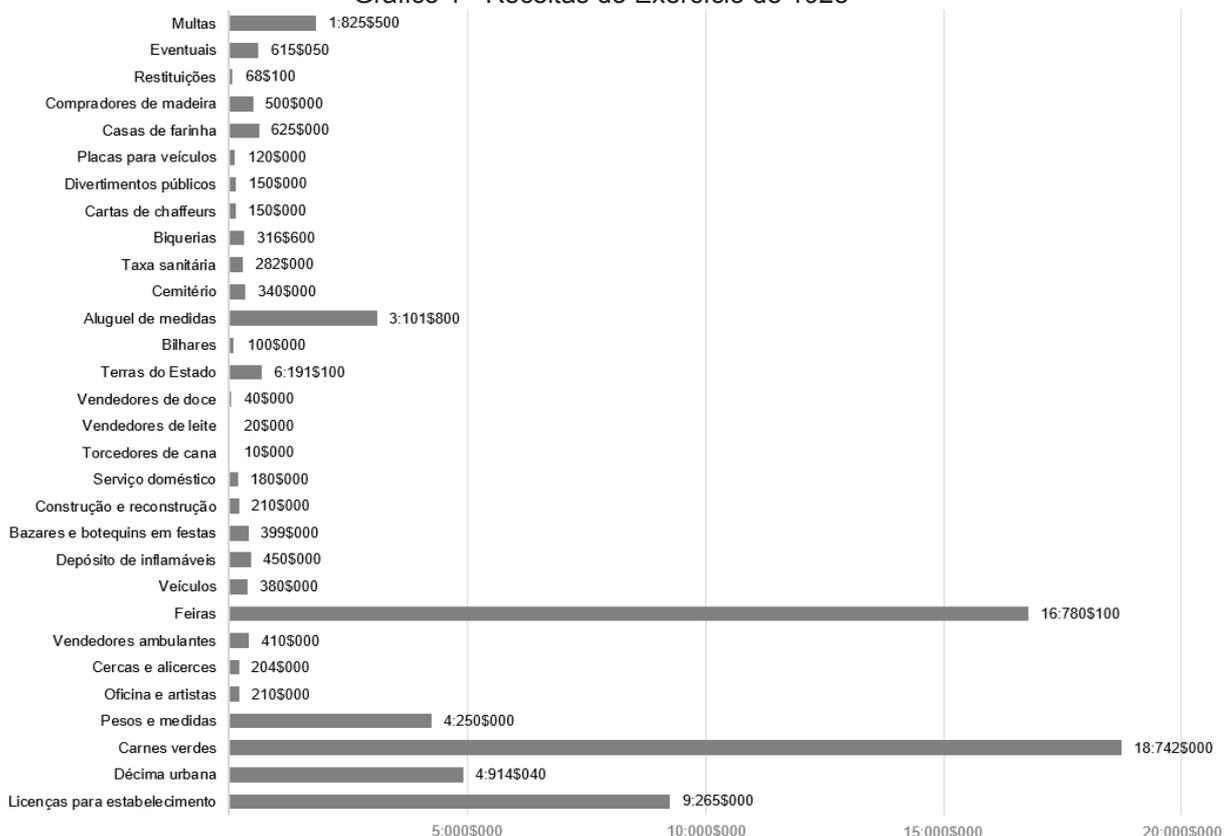
Além das complicações administrativas do início da gestão, o documento revela o detalhamento das contas anuais do município. A obtenção de receita no primeiro do ano de mandato no valor de 71:649\$290<sup>21</sup> (Gráfico 1) somada aos

---

<sup>21</sup> Réis: (plural do antigo Real Português) unidade monetária brasileira, utilizada entre 1833 e 1942 – durante o Império e a República Velha –, trocada pelo cruzeiro (valor que correspondia a 1 mil-réis) no governo de Getúlio Vargas. No dia-a-dia, passou-se a usar o mil-réis, múltiplo do real, como unidade monetária devido às seguidas desvalorizações. Sobre a leitura dos valores tem-se que à esquerda do cifrão, eram indicados números inteiros, em quantias redondas; à direita do cifrão, indicavam-se valores fracionários, comumente omitidos. A casa dos milhões era separada por dois pontos — 1:000\$000, ou simplesmente 1:000\$ — e a denominação era "conto-de-réis". Mil contos significavam 1 bilhão de réis e, a partir daí, a separação das casas de milhar era feita por pontos — 1.000:000\$000 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007). Para compreender a grandeza desses valores na realidade da época, tem-se que, segundo o Diário Oficial da União de 19 de outubro de 1929, 1kg de feijão preto custava cerca de 1\$125, enquanto 1kg de arroz valia 1\$620; de acordo com o que é apresentado no segundo relatório de Graciliano Ramos (Tabela1), uma professora recebia 40\$000 (RAMOS, 1930).

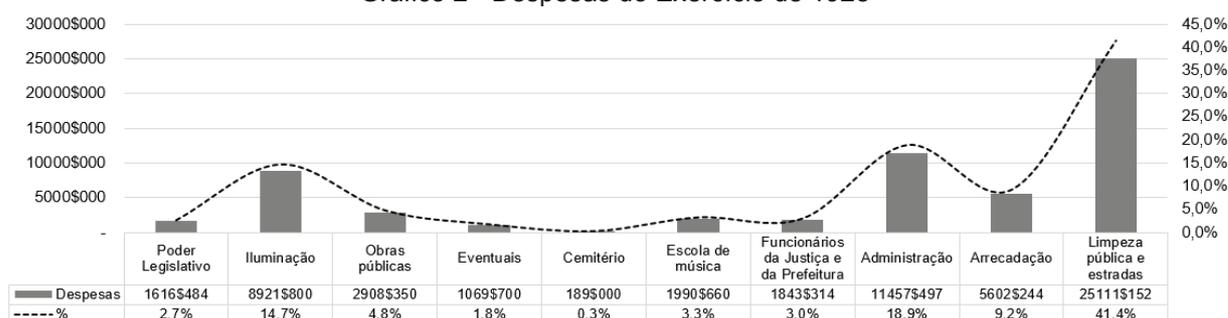
105\$858 recebidos como saldo da administração anterior, representa um total de 71:755\$148 dos quais são deduzidas as despesas de 60:710\$201 (Gráfico 2) – especificadas em cada capítulo do relatório – tem-se um saldo de 11:044\$947.

Gráfico 1 - Receitas do Exercício de 1928<sup>22</sup>



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Balanço (Exercício 1928), 8 de janeiro de 1929. Tabulação: Elaborado pela autora, 2015.

Gráfico 2 - Despesas do Exercício de 1928



Fonte: RAMOS, Graciliano. Relatório Municipal de 1929. Tabulação: ULTRAMARI; PROCOPIUCK, 2014, inédito.

O prefeito ainda relata as dificuldades enfrentadas na cobrança de impostos, ações que levaram à imposição de multas e imposição de juros para os cofres públicos. A busca por cortes de despesas também é identificada nos documentos

<sup>22</sup> A ordem das fontes de renda do município em 1928 apresentadas no gráfico respeita a sequência das informações descritas no relatório elaborado por Graciliano Ramos.

por meio de decisões como a demissão do tesoureiro, substituindo-o por serviços bancários, transformando-se em economia para o município. Quanto à regulação municipal sobre atividades comerciais, ações foram adotadas na uniformização de unidades de medidas e instrumentos utilizados com distorções pelo comércio local para tirar vantagem em negócios com particulares e com a própria prefeitura.

Um aspecto que recebe grande destaque nas preocupações gestoras de Graciliano – recebendo investimento de 25:111\$152 – e no seu relatório referente ao primeiro ano de administração é a limpeza pública:

Cuidei bastante da limpeza pública. As ruas estão varridas; retirei da cidade o lixo acumulado pelas gerações que por aqui passaram; incinerei monturos imensos, que a Prefeitura não tinha suficientes recursos para remover. Houve lamúrias e reclamações por se haver mexido no cisco preciosamente guardado em fundos de quintais; lamúrias, reclamações e ameaças porque mandei matar algumas centenas de cães vagabundos; lamúrias, reclamações, ameaças, guinchos, berros e coices dos fazendeiros que criavam bichos nas praças (RAMOS, 1929).

O enfoque dado por Graciliano à higiene urbana pode, talvez, ser considerado método encontrado na busca pela sanidade e pela qualidade de vida do município, seguindo o exemplo – e respeitando a proporcionalidade orçamentária – dos grandes centros brasileiros que, entre 1920 e 1930, visavam o embelezamento, a higienização e o ordenamento dos espaços públicos. É arriscado, entretanto, afirmar que essa atuação voltada à limpeza municipal seja de fato um ajuste no que se encontrava no contexto do resto do país, já que:

No Brasil há dificuldades para se estabelecer um panorama amplo e sistemático da questão da limpeza urbana. Trata-se de um país continental que se desenvolveu de forma muito desigual. Suas cidades guardam até hoje profundas diferenças regionais, culturais e de renda (EIGENHEER, 2008, p. 93).

Apesar de, nos dias de hoje, serem condenatórias algumas ações adotadas por Graciliano como a matança de cães e animais de ruas, não se pode tomar por base critérios encontrados na gestão (ambiental) atual – que foi modificada, complexificada e solidificada ao longo das décadas – para avaliar a gestão de 1928/1929. Deve-se, contudo, compreender e identificar tais mudanças, percebendo quais princípios receberam maior significância ao longo desse processo, como abordado no capítulo precedente sobre o processo evolutivo da gestão urbana brasileira.

Outro aspecto que pode ser encontrado nesse primeiro relatório de Graciliano

é a queixa sobre a insuficiência de recursos para realização de mais obras no município. Ainda hoje se observa na fala de prefeitos – principalmente em pequenos municípios – a insatisfação em ter que lidar com poucos recursos e grandes despesas; em vários momentos, essa situação é citada como consequência de gestões anteriores – no caso de Graciliano, havia um saldo de apenas 105\$858 da gestão anterior.

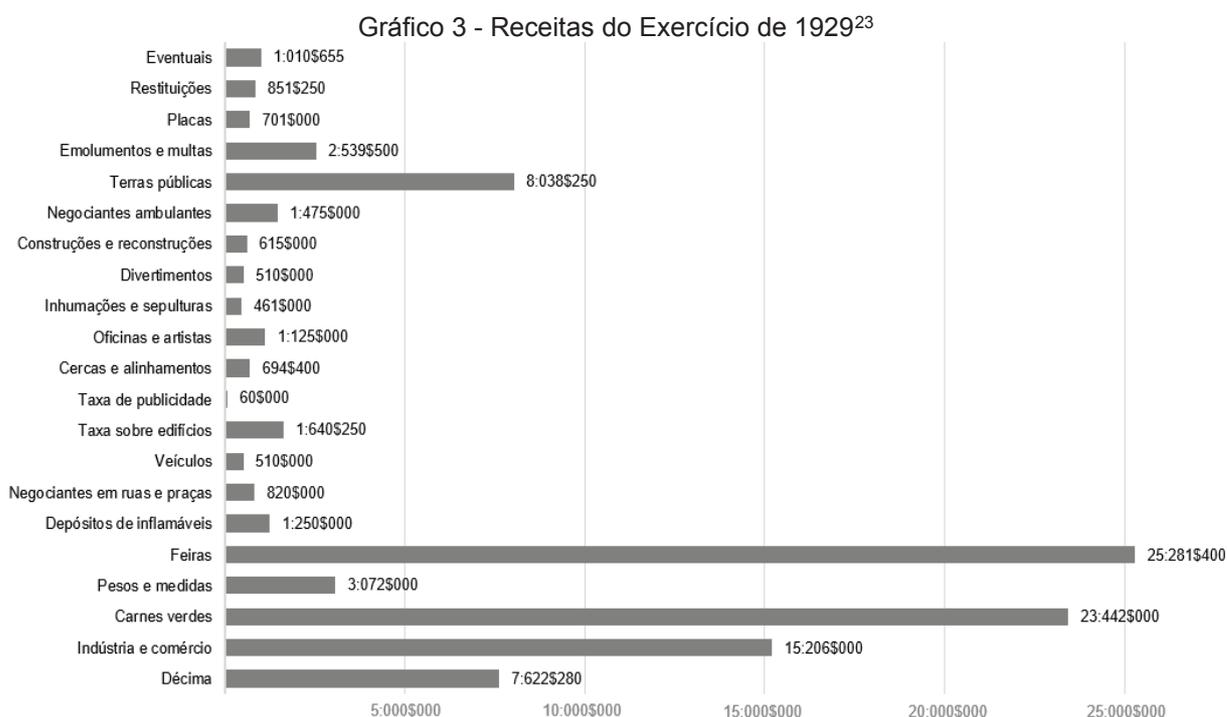
A incompreensão dos cidadãos em relação à sua gestão também é citada pelo literato que, apesar de estar ciente dessa insatisfação popular – principalmente em relação à cobrança de impostos –, não demonstra preocupação excessiva em relação a ela. Graciliano chega a desdenhar de sua popularidade, parecendo-lhe pouco relevante a necessidade de votos para o cargo que ocupava; tal indiferença revela o quanto a carreira política não interessava como profissão, já que não se importava com reeleição e nem mesmo com chegar ao fim do mandato. Pode-se, a partir disso, analisar a diferença na relação prefeito-cidadão da gestão de Graciliano e dos dias de hoje.

O distanciamento entre o chefe do governo municipal do cidadão-eleitor e de seus colaboradores diretos pode ser notado inclusive no uso da primeira pessoa do singular na relatoria das ações públicas tomadas: iniciei, lutei, encontrei, devo, sei, fiz, dispendi, gastei, adquiri, montei, fui, enterrei, chamei, cuidei, retirei, incinerei, inseri, contratei, consertei, abri, empreendi, dei, achei, procurei, rebusquei, esquadrinhei, convenci, encontrei, evitei, entendi, fechei, deixei, arrecadei, favoreci, perdi etc. Essas evidências demonstram que:

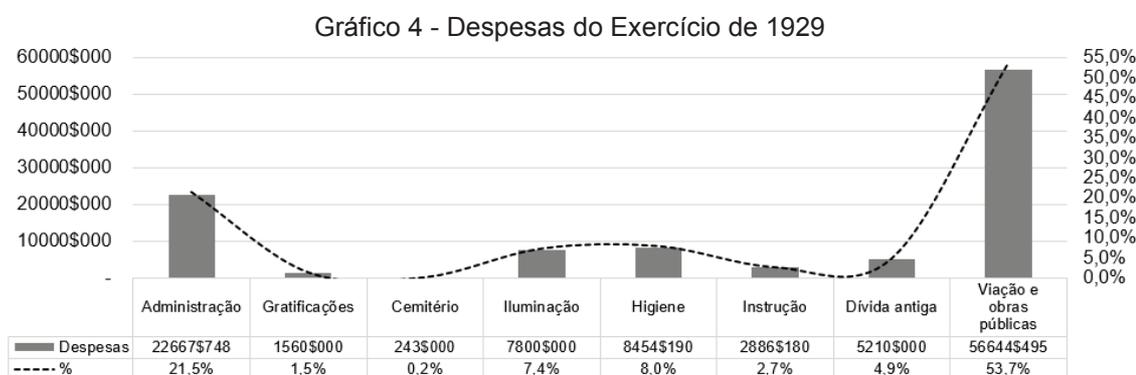
Mesmo se considerando as especificidades de uma época e de uma cidade, pode-se acreditar que há fortes sinais aqui de que Graciliano Ramos mais conduziu os negócios da prefeitura em função do que considerava, pessoalmente, como justo e correto e com vistas a dar satisfações ao governador, do que com a preocupação de tornar sua gestão transparente e responsiva frente aos munícipes. De fato, neste relatório de 1928, assim como no que segue, Graciliano Ramos procura sempre reiterar a honestidade que caracterizaria sua gestão; postura que certamente não o torna único meio aos seus congêneres responsáveis pela gestão de prefeituras à sua época (ULTRAMARI; PROCOPUICK, 2014, inédito).

O **segundo relatório** – enviado em 1930 referente à gestão de 1929 – repete a apresentação desse discurso em primeira pessoa e Graciliano, mais uma vez, estrutura o documento em temáticas específicas: Receita, Despesa, Administração, Gratificações, Cemitério, Iluminação, Higiene, Instrução, Uma Dívida Antiga, Viação e Obras Públicas, Estrada Palmeira a Santana, Terrapleno da Lagoa, Saldo,

Produção, Miudezas, Bons Companheiros, Multas, Reformadores, Pobre Povo Sofredor, e Projetos. Alguns desses capítulos reiteram tópicos presentes no documento anterior, demonstrando continuidade das ações e prioridades, entretanto, apesar das similaridades nos balanços apresentados, não se mantém exatamente a mesma organização textual encontrada no primeiro relatório. O inventário de 1930 demonstra as contas do município sendo a receita 96:924\$985 (Gráfico 3) e as despesas 105:465\$613 (Gráfico 4), utilizando “parte das sobras existentes no primeiro balanço” (RAMOS, 1930).



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Balanço (Exercício 1929), 8 de janeiro de 1930.  
 Tabulação: Elaborado pela autora, 2015.



Fonte: Ramos, Graciliano. Relatório Municipal de 1930.  
 Tabulação: ULTRAMARI; PROCOPIUCK, 2014, inédito.

<sup>23</sup> Como no gráfico das receitas municipais de 1928, ordem das fontes de renda do município em 1929 apresentadas no gráfico também respeita a sequência das informações descritas no relatório elaborado por Graciliano Ramos.

Pode-se identificar que a origem das receitas municipais dos dois anos de sua gestão se assemelham em algumas fontes cujas denominações se repetem como: Décima urbana, Carnes verdes, Pesos e medidas, Oficina e artistas, Cercas e alicerces/alinhamentos, Vendedores ambulantes, Feiras, Veículos, Depósito de inflamáveis, Construção e reconstrução, Terras públicas (do Estado), Cemitério/Venda de Sepulturas, Divertimentos públicos, Placas para veículos, Restituições, Eventuais, Multas e emolumentos.

Além do demonstrativo das finanças municipais, Graciliano apresenta a remuneração do quadro de funcionários da prefeitura, incluindo o próprio prefeito: “Todos são mal remunerados” (RAMOS, 1930). Identificam-se, a partir dessas informações, quatro grupos de cargos em função de serviços municipais (Tabela 1), que esclarecem a proporcionalidade das remunerações dos municípios em relação ao salário do prefeito, demonstrando que salários de professores e de cargos vinculados às funções da justiça e polícia são efetivamente baixos, condição salarial que permanece a receber críticas ainda hoje (ULTRAMARI, PROCOPIUCK, 2014, inédito).

Tabela 1 - Remuneração mensal do quadro de pessoal da prefeitura em 1929

Área	Cargo	Remuneração	*
Administração municipal	Prefeito	400\$000	100%
	Secretário	250\$000	63%
	Fiscal	200\$000	50%
	Fiscal Auxiliar	30\$000	8%
	Servente	25\$000	6%
Justiça e Polícia	Escrivão do júri	20\$000	5%
	Escrivão do cível	20\$000	5%
	Escrivão da policia	20\$000	5%
	Oficial de justiça	20\$000	5%
	Delegado	50\$000	13%
Serviços	Coveiro	15\$000	4%
	Varredor de rua	70\$000	18%
	Condutor de lixo	70\$000	18%
	Jardineiro	30\$000	8%
Educação e cultura	Mestre de musica	120\$000	30%
	Professora	40\$000	10%
	Professora	20\$000	5%
	Professora	40\$000	10%

\*Variação das remunerações em função à do prefeito

Fonte: RAMOS, Graciliano. Relatório Municipal de 1929, com adição da primeira e da última coluna. Tabulação ULTRAMARI; PROCOPIUCK, 2014, inédito.

Nesse segundo relatório, fica ainda mais evidente o desejo e o empenho de Graciliano em defender e auxiliar cidadãos menos favorecidos economicamente.

Nas palavras do prefeito: “[...] extingui favores largamente concedidos a pessoas que não precisavam deles e pus termo a extorsões que afligiam os matutos de pequeno valor, ordinariamente raspados, escorchados, esbrugados pelos exatores” (RAMOS, 1930). Nota-se assim que o autor/gestor se mantém contrário às políticas coronelistas tradicionais no nordeste brasileiros que beneficiavam os mais poderosos em detrimento dos mais fracos:

O esforço empregado para dar ao Município o necessário é vivamente combatido por alguns pregoeiros de métodos administrativos originais. Em conformidade com eles, deveríamos proceder sempre com a máxima condescendência, não onerar os camaradas, se rigorosos apenas com os pobre-diabos sem proteção, diminuir a receita, reduzir a despesa aos vencimentos dos funcionários, que ninguém vive sem comer, deixar esse luxo de obras públicas à Federação, ao Estado ou, em falta destes, à Divina Providência (RAMOS, 1930).

Apesar de ter conquistado a antipatia dos grandes proprietários e coronéis da cidade, Graciliano cresceu em credibilidade junto à população mais pobre, que simpatizava com a sua informalidade administrativa – visto que ele mesmo vistoriava as obras, recebia munícipes em seu gabinete sem hora marcada e mantinha o hábito de conversar com amigos e frequentadores da sua loja de tecidos. Tal informalidade, também refletida nos documentos enviados ao governador, demonstra como, por meio da coloquialidade e ousadia estilística, o prefeito se afastava da protocolaridade comumente encontrada em relatórios de prestação de contas – estilo burocrático que permanece até hoje no Brasil.

Destaca-se que em ambos os documentos Graciliano reforça – como todo o político – que saneou as finanças da cidade e aumentara a arrecadação em 50%, indicando avanços na agricultura, transporte, limpeza urbana, comércio e construção de escolas:

Favoreci a agricultura livrando-a dos bichos criados à toa; ataquei as patifarias dos pequeninos senhores feudais, exploradores da canalha; suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte; estimulei as relações entre o produtor e o consumidor. Estabeleci feiras em cinco aldeias: 1:156\$750 foram-se em reparos nas ruas de Palmeira de Fora. Canafístula era um chiqueiro. Encontrei lá o ano passado mais de cem porcos misturados com gente. Nunca vi tanto porco. Desapareceram. E a povoação está quase limpa. Tem mercado semanal, estrada de rodagem e uma escola (RAMOS, 1930).

A busca pela eficiência administrativa de Graciliano pode ser encontrada também nos projetos para a cidade comentados com Álvaro Paes. A “execução

duvidosa” dessas ideias, contudo, dependeria da disponibilidade de recursos municipais.

Mas para que semear promessas que não sei se darão frutos? Relatarei com pormenores os planos a que me referi quando eles estiverem executados, se isto acontecer. Ficarei, porém, satisfeito se levar ao fim as obras que encetei. É uma pretensão moderada, realizável. Se não realizar, o prejuízo não será grande. O Município, que esperou dois anos, espera mais um. Mete na Prefeitura um sujeito hábil e vinga-se dizendo de mim cobras e lagartos (RAMOS, 1930).

O intuito de não fazer promessas para a cidade e a incerteza sobre sua permanência no cargo estavam evidentes. A renúncia da prefeitura ocorreu após 27 meses de mandato devido às dificuldades financeiras pessoais, à insatisfação e problemas impostos pelo cargo de prefeito, e à promessa de um cargo que renderia um salário melhor na Imprensa Oficial de Alagoas.

### 3.3.4 Produção literária

Reconhecido como um dos mais importantes escritores brasileiros e principal representante do regionalismo nordestino, Graciliano Ramos apresenta, em sua produção literária, singular rigor ético e estético. Ganhando notoriedade no mundo literário a partir da publicação dos relatórios de prestação de contas elaborados quando prefeito no interior de Alagoas, transmitiu seu jeito “seco” e “relatorial” aos livros, construindo uma obra sem floreios.

Para ler Graciliano Ramos, talvez convenha ao leitor aparelhar-se do espírito de jornada, dispondo-se a uma experiência que se desdobra em etapas e, principiada na narração de costumes, termina pela confissão das mais vívidas emoções pessoais. Com isto, percorre o sertão, a mata, a fazenda, a vila, a cidade, a casa, a prisão, vendo fazendeiros e vaqueiros, empregados e funcionários, políticos e vagabundos, pelos quais passa o romancista, progredindo no sentido de integrar o que observa ao seu modo peculiar de julgar e de sentir (CANDIDO, 2012, p. 17).

A partir de livros, contos, histórias infantis, traduções e compilações de correspondências pessoais publicadas, nota-se que as obras refletem períodos de sua vida, indissociando o conteúdo literário do contexto social em que o autor e seus personagens estão inseridos, e dos aspectos históricos que os influenciaram: “Há casos em que a obra não se pode separar da vida. Em Graciliano, por exemplo, não sabemos o que é superior: a obra do grande escritor ou a vida de um homem admiravelmente decente” (VIANNA, 1997, p. 19-20).

Cada situação está condicionada a uma realidade refletida em um determinado tipo de obra ou estilo, pois a literatura é, ela própria, um fenômeno histórico, uma vez que “o valor de uma obra é o seu lugar na história” (LUCAS, 1985, p. 53). O estilo literário de Graciliano, caracterizado pelo uso da primeira pessoa – padrão adotado inclusive nos relatórios municipais –, revela um constante conflito com o mundo ao seu redor. Toda a produção literária de Graciliano Ramos (exceto Caetés) é posterior à sua experiência como gestor público, nela a opressão e o sofrimento impostos pelos cenários político e econômico do Nordeste brasileiro àquela época, bem como os problemas urbanos e injustiças sociais presentes naquela realidade estão retratados tanto em sua produção ficcional quanto em seus livros de memória.

Diante dessa íntima relação entre obra e contexto na produção literária de Graciliano Ramos, **S. Bernardo** (1934), **Angústia** (1936), **Vidas Secas** (1938), **Infância** (1945) e **Memórias do Cárcere** (1953) foram selecionadas para a construção e interpretação da personalidade do autor. Essa perspectiva, visando compreender de que forma a gestão é dramatizada nos romances e encarada nos livros de memória, permite que sejam identificadas ideias transferidas no nível unitemporal. Ressalta-se, portanto, que o objetivo do presente capítulo não é a análise do conteúdo literário propriamente dito, mas sim a interpretação de informações contidas nessas produções que indiquem valores, princípios e ideias de Graciliano que também guiaram, ou ao menos estão presentes em algum aspecto, a sua gestão.

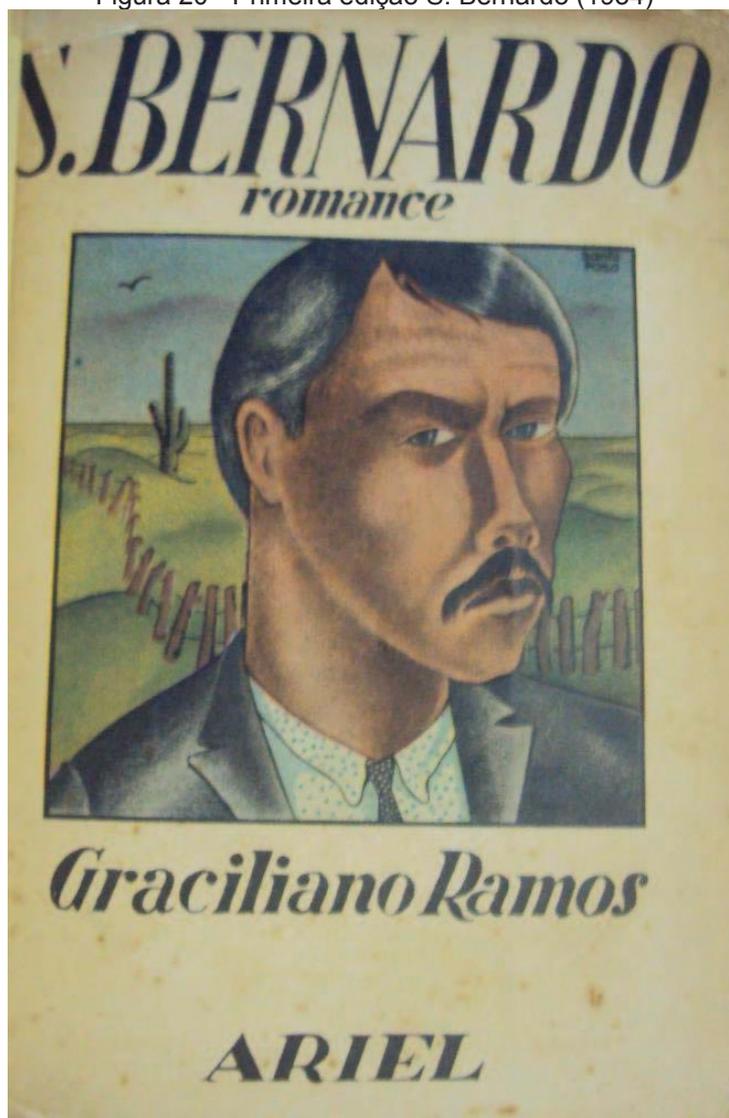
#### 3.3.4.1 S. Bernardo

Escrito entre 1932 e 1934, **S. Bernardo** é considerado um marco da literatura brasileira pós-30. Desenvolvida a partir de um conto de 1924, intitulado “A carta” e não publicado, a obra retrata o poder do proprietário de terra no sertão representado pela ascensão e decadência de Paulo Honório. O caráter regionalista é desenvolvido em meio a um romance psicologicamente denso em que o *status* social e econômico do protagonista associa-se à sua brutalidade e violência.

Narrado em primeira pessoa, e por meio de um processo metalinguístico – em que Paulo Honório escreve sua história dentro da obra de Graciliano e ambas recebem o título **S. Bernardo** –, o romance se desenvolve com uma linguagem seca

e objetiva típica do autor, que não visa apresentar uma única visão e interpretação sobre determinado conteúdo da realidade. Nesta discussão, opta-se pela representação do confronto de classes que constitui a base de todas as relações desenvolvidas no romance. Em **S. Bernardo** (Fig. 20), Graciliano expressa a personificação do confronto de valores ideológicos da época: a interação de Paulo Honório com os demais personagens se dá pela tensão opositiva de classes.

Figura 20 - Primeira edição S. Bernardo (1934)



Fonte: Ilustrador Tomás Santa Rosa Júnior. Editora Ariel, 1934, Rio de Janeiro, RJ.

A tensão dialógica mimetiza o momento de penetração do capitalismo no Brasil no início do século XX, com suas características contraditórias. [...] Os personagens entram no discurso desse narrador [Paulo Honório] como símbolo de alguma diretriz de vida ou posição ideológica personificadas e a linguagem dele passa a ser apresentada, então, à luz de outra, apontando para o confronto instaurado entre violência vs. piedade, individualismo vs. caridade, arrogância vs. humildade (GOLÇALVEZ, 2012, p. 153).

O enredo se desenvolve em dois planos diferentes, o primeiro com o Paulo Honório narrador, demarcado pelo uso do tempo verbal no presente; e o Paulo Honório personagem, determinado pela conjugação no pretérito (GONÇALVEZ, 2012). Essa relação demonstra uma tentativa de compreender a si mesmo, o mundo e a conexão entre si e esse mundo exterior.

De origem pobre, o protagonista relembra que não mediu esforços para ascender social e economicamente, sendo antiético em muitas circunstâncias, por meio de ameaças, assassinato e roubo. Após comprar a fazenda S. Bernardo, diversificar produções agrícolas, invadir terras vizinhas, construir açude e capela e fundar uma escola – objetivando receber benefícios do Governador<sup>24</sup> –, Paulo Honório decide se casar para garantir um herdeiro a esses bens. Cândido (2006) analisa:

Dois movimentos o integram: um, a violência do protagonista contra homens e coisas; outro, a violência contra ele próprio. Da primeira, resulta São Bernardo-fazenda, que se incorpora ao seu próprio ser, como atributo penosamente elaborado; da segunda, resulta São Bernardo-livro-de-recordações, que assinala a desintegração da sua pujança. De ambos, nasce a derrota, o traçado da incapacidade afetiva (p. 41).

A perspectiva do protagonista, totalmente estabelecida pela relação de poder entre “opressor” e “oprimido”, opõe-se à de sua esposa, Madalena, mais humanitária. Paulo Honório, capitalista; Madalena, socialista. Paulo Honório coronel; Madalena, sua posse. Madalena se suicida e a dureza do protagonista é justificada – por ele próprio – pelas circunstâncias em que viveu e foi criado: “A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste” (RAMOS, [1934] 2007, p.117).

O protagonista, por ser dono do dinheiro e das terras na fazenda S. Bernardo, não se apieda nem se dispõe a auxiliar os menos favorecidos que o servem; ao contrário, os maltrata e humilha, encarando-os como objetos sob sua posse: “Bichos. A criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos” (*op. cit.*, p. 217). A noção de justiça do narrador-personagem também é duvidosa e individualista; as distinções entre certo e errado,

---

<sup>24</sup> Graciliano descreve a prática de Paulo Honório demonstrando reminiscências da Política do Café com Leite, também conhecida por Política dos Governadores.

bem e mal, são relevadas em função dos seus próprios interesses. A crítica do autor ao capitalismo é notória:

A verdade é que nunca soube quais foram meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que me deram lucro. E como sempre tive a intensão de possuir as terras de S. Bernardo, considereirei legítimas as ações que me levaram a obtê-las (*op. cit.*, p. 48).

O progresso socioeconômico do protagonista, entretanto, chega ao ápice e, por fim, declina. Graciliano representa a modernização da agricultura, da sociedade agrária e dos espaços rurais brasileiros (TORRES, 2012), e a posterior decadência econômica das oligarquias rurais:

Ora, essas coisas se passaram antigamente. Mudou tudo. Gente nasceu, gente morreu, os afilhados do major cresceram e foram para o serviço militar, em estrada de ferro. O povoado transformou-se em vila, a vila transformou-se em cidade, com chefe político, juiz de direito, promotor e delegado de polícia. Trouxeram máquinas – e a bolandeira do major parou. Veio o vigário, que fechou a capela e construiu uma igreja bonita. As histórias dos santos morreram na memória das crianças. Chegou o médico. Não acreditava nos santos. A mulher de Seu Ribeiro entristeceu, emagreceu e finou-se. O advogado abriu consultório, a sabedoria do major encolheu-se – e surgiram no foro numerosas questões. Efetivamente a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema. E impostos. (RAMOS, [1934] 2007 p. 45-46) Entrei nesse ano com o pé esquerdo. Vários fregueses que sempre tinham procedido bem quebraram de repente. Houve fugas, suicídios, o Diário Oficial se empenhou com falências e concordatas. Tive de aceitar liquidações péssimas.

O resultado foi desaparecerem a avicultura, a horticultura e a pomicultura. As laranjas amadureciam e apodreciam nos pés. Deixá-las. Antes disso que fazer colheita, escolha, embalagem, expedição, para dá-las de graça (*op. cit.*, p. 211).

Apesar de enfatizar a realidade nordestina, **S. Bernardo** atinge discussões universais, pois reflete o mundo capitalista por meio da busca pelo poder, a cobiça dos bens alheios e a derrocada social (e individual) frente a esse esforço desmedido na busca pela riqueza. Na realidade brasileira, pode-se afirmar que o romance:

[...] nos apresenta dois mundos que nos remetem a divisão da sociedade agrária brasileira do início do século XX: República Velha (ruralista e de ideias conservadoras) e a República Nova (varguista e ligada à modernização da agricultura). Em “São Bernardo” estes dois modelos são compostos pelos personagens Mendonça e Paulo Honório. O primeiro personagem está ligado ao mundo rural e oligárquico e o segundo ao mundo do capitalismo e da divisão de trabalho – muito embora P. Honório

se utilize de diversas práticas, típicas do coronelismo e das oligarquias ruralistas, para atingir o poder. Na verdade, este personagem objetiva sempre o acúmulo financeiro, daí que sua fala geralmente está associada a números e a quantidades (TORRES, 2012, p. 7-8).

Ao ler e compreender **S. Bernardo**, identificam-se algumas características e opiniões pessoais de Graciliano ao longo do enredo que, apesar de essa discussão ser aprofundada em capítulos posteriores, nota-se, desde já, uma forma de transferência que compreende o autor-cidadão da sua produção literária. Nesse caso, listam-se: o comprometimento social por meio do reconhecimento das desigualdades socioeconômicas; a crítica evidente ao capitalismo principalmente em questões ligadas à luta de classes; a desaprovação de manobras políticas coronelistas; a preocupação com os detalhes que Paulo Honório despendida à fazenda S. Bernardo; e o pessimismo frente às injustiças. “O mundo áspero, as relações diretas e decisivas, os atos bruscos, a dureza de sentimentos, tudo que forma a atmosfera de São Bernardo decorre da visão pessoal do narrador” (CÂNDIDO, 2006, p. 109).

#### 3.3.4.2 Angústia

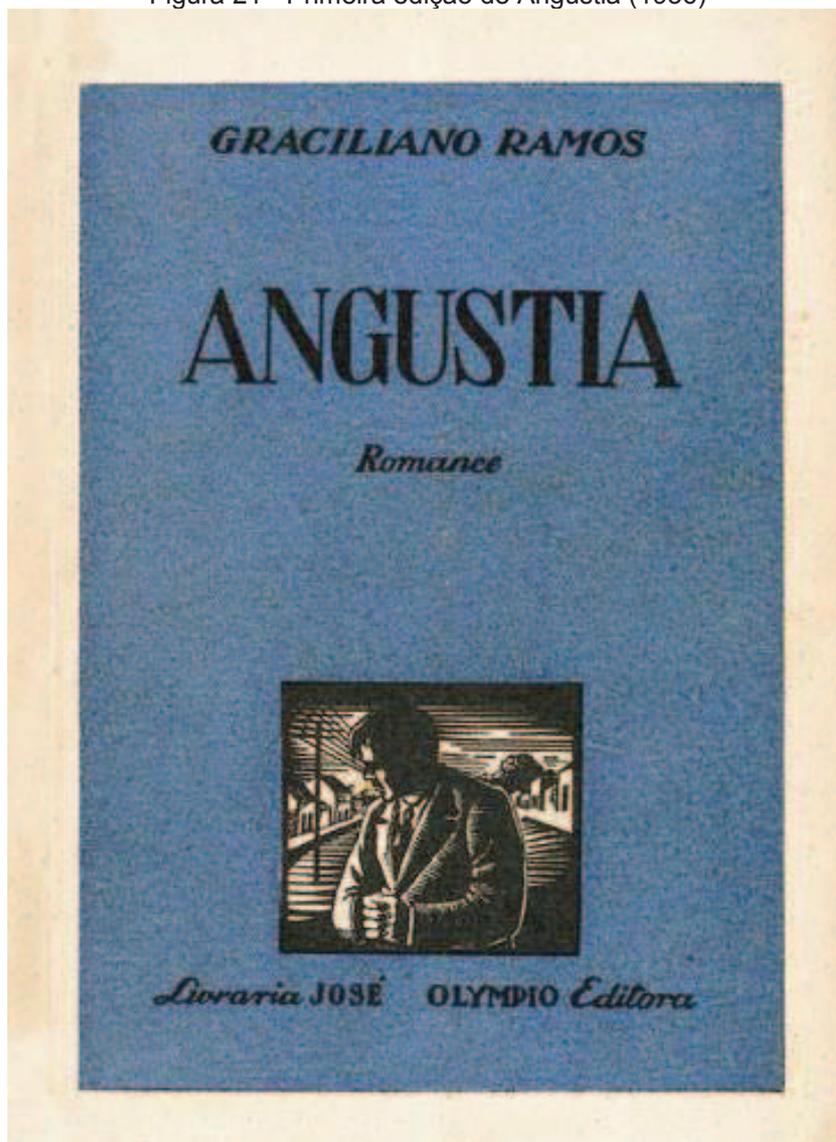
Terceiro romance do autor, **Angústia** foi publicado em 1936, quando Graciliano Ramos estava preso durante o Estado Novo. Considerado um dos romances mais ricos da literatura brasileira, recebeu, no ano de sua publicação, o Prêmio Lima Barreto, conferido pela Revista Acadêmica. A narrativa recebe forte influência do contexto histórico da época, fazendo referência à situação social e ao sistema político do país, sem deixar de se aprofundar em questões psicológicas e humanísticas.

Assim como **S. Bernardo**, **Angústia** (Fig. 21) também é narrado em primeira pessoa pelo protagonista. A estruturação do discurso, devido aos recursos de monólogo interior e o uso da memória fictícia empregados por Graciliano, pode ser considerada desordenada, assim como a mente transtornada no narrador-personagem Luís da Silva. O protagonista, descendente de uma família rural decadente, que:

[...] migra para a cidade, passa também ali por misérias e humilhações, mas termina conseguindo um emprego como jornalista. Enceta um noivado com sua vizinha, Marina, moça pobre e fútil, e entrega a ela as suas economias

para o suposto enxoval. Julião Tavares, filho de comerciante da cidade, que encarna todas as características detestáveis para Luís, aproxima-se dele e toma-lhe a noiva, a quem depois abandona, grávida. Desesperado com constrangimentos de toda sorte, no trabalho e na vida pessoal, Luís vai mergulhando cada vez mais numa atmosfera de obsessão e delírio, que o leva a estrangular Julião Tavares. A história é contada depois do crime, sem que a vida de Luís ou seu sentimento de frustração em nada se tenha alterado (OLIVEIRA, 2006, p. 138).

Figura 21 - Primeira edição de *Angústia* (1936)



Fonte: Livraria José Olympio Editora, 1936, Rio de Janeiro, RJ.

O triângulo amoroso construído ao longo do romance suscita discussões relacionadas a conflitos sociopolíticos vividos no país: a dominação de Julião Tavares – rico e bem-sucedido – sobre Marina – moça pobre e interesseira; e o ódio de Luís da Silva à falta de ideologia e ao patriotismo vazio que seu antagonista representava por meio do linguajar rebuscado – que indicava a classe social a qual pertencia. Julião Tavares ocupa o papel do opressor, tanto por sua condição

socioeconômica quanto por suas atitudes; Marina e, principalmente, Luís da Silva, são oprimidos, pobres, humilhados e endividados. “Calcado no monólogo interior, **Angústia** evidencia um narrador frustrado e desequilibrado, em cuja vida o sentimento de inferioridade econômica tem papel preponderante” (BRUNACCI, 2008, p. 63).

Gordo, bem vestido, perfumado e falador, tão falador que ficávamos enjoados com as lorotas dele. Não podíamos ser amigos. Em primeiro lugar o homem era bacharel, o que nos distanciava. [...] Além disso Julião Tavares tinha educação diferente da nossa. Vestia casaca, frequentava bailes da Associação Comercial e era amável em demasia. Amabilidade toda na casca. Ouvi-o, na festa de aniversário de um figurão [...], percebi claramente as palavras de Julião Tavares. Não tinham sentido. Como o discurso do Instituto Histórico. Pois foram tolices assim que aquele tipo nos veio impingir. Horrível. Diante dele eu me sentia estúpido (RAMOS [1936] 2013, p. 37).

O confronto de classes está em pauta simultaneamente à crise causada por mudanças no sistema político e nas estruturas agrárias, e pelos movimentos modernizadores: “o romance propõe a crítica da legitimidade do contexto político e da ordenação do poder através do processo da homologia formal posto em ação pela representação literária” (CANDIDO, 2012, p.11). Por indícios presentes no romance é possível delimitar a ocorrência dos acontecimentos entre a década de 1930 – após o golpe da Revolução de 30 – e o ano de sua conclusão (1936).

O protagonista, apesar de oprimido, mostra-se inconformado e decepcionado com a realidade em que vive: “Quando a realidade me entra pelos olhos, o meu pequeno mundo desaba” (*op. cit.*, p. 60). Luís da Silva se aproxima do perfil social e psicológico de Graciliano. Funcionário público da Diretoria do Tesouro, em Maceió (AL), também trabalha escrevendo artigos para jornais com o objetivo de aumentar sua renda: “Esforçava-me por me dedicar às minhas obrigações cacetes: escrever elogios ao governo, ler romances e arranjar uma opinião sobre eles. Não há maçada pior” (p. 68). Cada vez mais infeliz na profissão e na vida particular, assassina Julião Tavares – e, figurativamente, o que ele representava.

Assim, parece que *Angústia* contém muito de Graciliano Ramos, tanto no plano consciente (pormenores biográficos) quanto no inconsciente (tendências profundas, frustrações), representando a sua projeção pessoal até aí mais completa no plano da arte. Ele não é Luís da Silva, está claro; mas Luís da Silva é um pouco o resultado do muito que, nele, foi pisado e reprimido (CANDIDO, 2012, p. 61).

Graciliano Ramos constrói um protagonista dominado pelo negativismo – características presentes em toda sua obra. Suas análises psicológicas e sociais, apresentadas no estilo seco e direto que lhe é peculiar, resultam em personagens reflexivos e, por vezes, melancólicos. Ramos ([1936] 2013) relaciona com frequência o pessimismo do personagem ao espaço que ocupa no contexto social, ora questionando a legitimidade da ordenação do poder, ora resignando-se: “Por fora devo ser um cidadão como os outros, um diminuto cidadão que vai para o trabalho maçador, um Luís da Silva qualquer” (p. 15-16); “Considerava-me um valor, valor miúdo, uma espécie de níquel social, mas enfim valor” (p. 30).

Opiniões expressas por Luís da Silva são, por vezes, traduções do pensamento do próprio autor; aspectos identificados tanto na obra quanto na vida de Graciliano tornam-se ponto central de uma discussão apresentada posteriormente: “não é difícil perceber que deu a Luís da Silva algo de muito seu: a vocação literária, o ódio ao burguês e coisas ainda mais profundas” (CANDIDO, 2012, p. 58). Sabe-se que:

[...] o narrador tudo invade e incorpora à sua substância, que transborda sobre o mundo. Daí uma apresentação diferente da matéria. [...] A narrativa rompe amarras com o mundo e se encaminha para o monólogo de tonalidade solipsista. [...] Além disso, surge elemento novo: o recurso à evocação autobiográfica, que se junta frequentemente, por associação, às coisas vistas e à experiência cotidiana, para constituir o fluxo da vida interior (*op. cit.*, p. 56-57).

Nesse aspecto, já se pode que afirmar que o desinteresse por assuntos burocráticos é evidenciado em ambas as realidades – literária e pessoal:

Penso em indivíduos e em objetos [...]: processos, orçamentos, o diretor, o secretário, políticos, sujeitos remediados que me desprezam porque sou um pobre-diabo. Tipos bestas. Ficam dias inteiros fuxicando nos cafés e preguiçando, indecentes. Quando avisto essa cambada, encolho-me, colombo às paredes como um rato assustado (RAMOS [1936] 2013, p. 4).

Além do tédio à burocracia e do questionamento crítico ao capitalismo (representado pelo modo de vida de Julião Tavares), destacam-se nessa leitura o descrédito, tanto de Luís da Silva quanto de Graciliano, pela polícia – “Decididamente a polícia não me inspirava receio” (p. 124) –; a indiferença à opinião pública; a obsessão com a limpeza (das mãos); o engajamento social, principalmente, como já discutido, no que se refere a injustiças e relações entre classes opressoras e oprimidas; a indiferença à opinião pública; e o pessimismo em relação à vida e à realidade do país naquele momento.

### 3.3.4.3 Vidas Secas

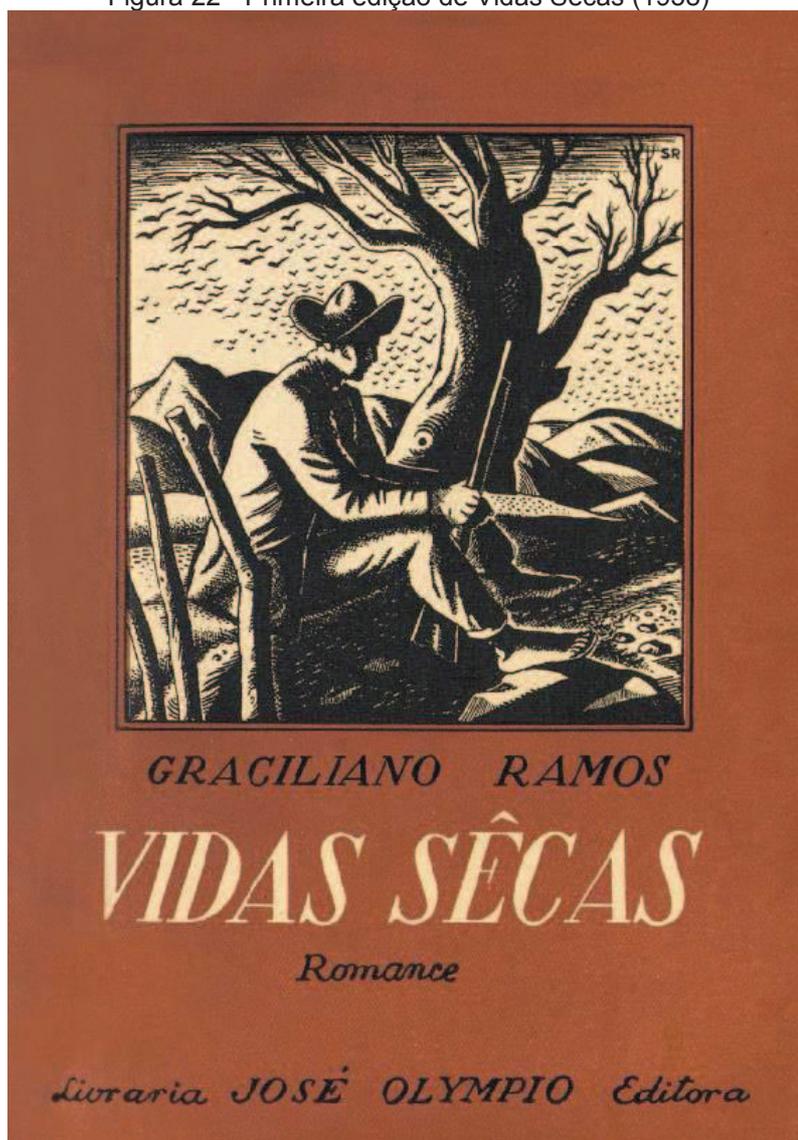
Gênero intermediário entre romance e livro de contos, **Vidas Secas** constitui-se por episódios isolados que só ganham sentido pleno quando reunidos. “Graciliano cria ‘histórias incompletas’, subordinadas a um pensamento unificador, que pôde aqui reunir sem violência sob o nome de romance embora, na qualificação excelente de Rubem Braga, ‘romance desmontável’” (CANDIDO, 2012, p. 63).

Ao contrário da perspectiva de discurso do opressor encontrada em **S. Bernardo** – o proprietário de terras Paulo Honório –, **Vidas Secas** se apresenta a partir do ponto de vista do oprimido – a família de retirantes sertanejos. Fabiano, o pai de família protagonista, é reduzido pelos homens (soldado amarelo, patrão e Tomás da Bolandeira) e pela natureza (seca). Sobre esse último livro de ficção do autor, publicado em 1938, Bossi (1997) afirma:

[...] abre ao leitor o universo mental esgarçado e pobre de um homem, uma mulher, seus filhos e uma cachorra tangidos pela seca e pela opressão dos que podem mandar: o "dono", o "soldado amarelo". O narrador que, na aparência gramatical do romance de 3ª pessoa, sumiu por trás das criaturas, na verdade apenas deslocou o "fatum" do eu para a natureza e para o latifúndio, segunda natureza do Agreste. E o que havia de unitário nas obras anteriores, apoiadas no eixo de um protagonista, dispersa-se nesta em farrapos de ideias, no titubear das frases, nos "casulos de vida isolada que são os a diversos capítulos", enfim, na desagregação a que o meio arrasta os destinos inúteis de Fabiano, Sinhá Vitória, Baleia (p. 453).

Graciliano, por meio de seu regionalismo crítico, analisa os socialmente excluídos e economicamente desprovidos por meio de uma relação das subjetividades de cada grupo social; os poderes políticos e econômicos gerenciam e direcionam essas relações. O Brasil semifeudal espelho da realidade nordestina à época – que se contrapõe à imagem propagada por Vargas no mesmo período – descreve a exploração dos donos de terra e de gado sobre os trabalhadores rurais subjugados ao regime da seca. Em **Vidas Secas** (Fig. 22), os capítulos “Cadeia” e “O soldado amarelo” demonstram o conflito entre o governo como instituição voltada à proteção dos cidadãos e o governo como entidade opressora.

Figura 22 - Primeira edição de Vidas Secas (1938)



Fonte: Ilustrador Tomás Santa Rosa Júnior. Editora José Olympio, 1934, Rio de Janeiro, RJ.

A prisão injusta de Fabiano, por ofender um soldado que o agredira, representa uma reflexão sobre o conceito de autoridade. Confrontar o soldado amarelo – a autoridade do Estado – e ser punido por isso representa a impotência do povo em defender-se frente à um órgão que deveria garantir seus direitos de expressão.

Nessa reflexão, que representa um início de consciência política e ideológica do personagem, Fabiano pensa em reagir ao abuso e injustiça sofridos, defendendo seu direito de cidadão. Contudo, ele não se sente “homem” [...] e reconhece no soldado mais que um homem, um representante do governo [...]. O personagem não consegue compreender como o Estado, sendo uma instituição abstrata, perfeita (porém distante), pode admitir que seu representante aja de maneira injusta e opressiva. Seu pensamento, nesse aparente momento de consciência revolucionária, percebe que o problema é mais profundo ainda, que é preciso atingir não o

soldado, mas as pessoas que dão ordem aos soldados (ARRAES, 2011, p. 56).

O determinismo no comportamento da família protagonista se dá ao resignarem-se à seca e aos poderes do soldado. O questionamento do autor à relação de poder e governo demonstra, mais uma vez, seu posicionamento diante da política populista de Vargas, “ressaltando (e menosprezando) a incongruência ideológica entre um conceito mais abstrato e coletivo de governo e a atitude tangível e concreta de seu representante” (op. cit., p. 57).

E, por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza (RAMOS, 1938, p. 17).

“Contas”, décimo capítulo da narrativa, é outro capítulo revelador: A relação entre Fabiano e seu patrão demonstra as injustiças trabalhistas às quais o protagonista também estava submetido; ao aceitar os resultados das contas feitas pelo fazendeiro, mesmo sabendo que estavam equivocadas – tendo como parâmetro os cálculos da esposa, Sinhá Vitória – resignava-se a ser enganado. O engano se repetia também em transações de compra e venda “seja pela suspeita de fraude na aguardente e querosene com água colocada pelo dono da venda, seja quando ele resolve vender partes de um porco que criara e se vê obrigado a pagar um imposto cuja razão ele não é capaz de entender” (ARRAES, 2011, p. 55).

Ora, daquela vez, como das outras, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinhá Vitória [...] realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de Sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda. Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou [...] (RAMOS, 1938, p. 43).

Todas os questionamentos de Fabiano às formas de opressão a que era submetido resultaram em humilhações pessoais. A desigualdade de poderes sociais é manifestada, inclusive, pelos verbos utilizados pelo autor ao longo da narrativa:

Os verbos utilizados por Graciliano na narrativa para se referirem aos representantes da ordem são geralmente os pertencentes a uma semântica do grito e do autoritarismo em oposição à semântica do silêncio e da submissão de Fabiano. São exemplos de verbos relativos à forma de se expressar do policial: ordenou, gritou, bradou, insultou, berrou, avançou; enquanto que os exemplos relativos a Fabiano são: gaguejou, moderou (a indignação), engasgou-se, não se defendeu, caiu, sentou-se, vacilou, curvou-se (ARRAES, 2011, p. 60).

Destaca-se ainda que o autor “acreditava na importância da educação formal como solução para os problemas sociais do país e **Vidas Secas** levanta essa questão do acesso à linguagem como fator de transformação social” (*op. cit.*, p. 62), portanto a escola é vista como uma forma de ascensão social, voltada principalmente às elites<sup>25</sup>. Sinhá Vitória e Fabiano sonham com a possibilidade de os filhos frequentarem escola, rompendo com a inevitabilidade do destino que os levariam a seguir o caminho dos pais.

A condição social e econômica no Brasil narrado por Graciliano demonstra ainda que a família, a escola e as relações de poder reproduzem o sistema opressivo e limitado semelhante ao Estado Novo.

Diante dessa discussão, encontram-se muitos posicionamentos ideológicos de Graciliano impressos em **Vidas Secas**, devem-se destacar, contudo, visando o aprofundamento da leitura voltada a seus valores enquanto cidadão, as seguintes leituras: o comprometimento social do autor em retratar uma família de retirantes, explicitando desigualdades e injustiças por ela sofridas; a consequente crítica às estruturas patriarcais e capitalistas; o pessimismo frente às relações sociais – apesar do vislumbre otimista encontrado ao final do último capítulo; a dificuldade em acreditar na autoridade (representada pelo soldado amarelo); e a importância dada à escola, mesmo com a qualidade de ensino sendo comprovadamente insuficiente no interior alagoano.

#### 3.3.4.4 Infância

Publicado em 1945, **Infância** (Fig. 23) é um retrato dos primeiros anos da vida de Graciliano Ramos e sua relação com o sertão nesse período. Em carta

---

<sup>25</sup> Essa discussão também está presente em **Infância**, onde evidenciam-se as disparidades de tratamento destinados aos filhos dos proprietários de terras ou políticos e aos filhos de trabalhadores.

endereçada à Heloisa de Medeiros Ramos, sua esposa, em 28 de janeiro de 1936, o autor menciona sinteticamente a ideia geral a ser apresentada na obra:

Um dia desses, no banheiro, veio-me de repente uma ótima ideia para um livro. Ficou-me logo a coisa pronta na cabeça, e até me apareceram os títulos dos capítulos, que escrevi quando saí do banheiro, para não esquecê-los. Aqui vão eles: Sombras, O Inferno, José, As Almas, Letras, Meu Avô, Emília, Os Astrônomos, Caveira, Fernando, Samuel Smiles. [...] Vou ver se consigo escrevê-lo depois de terminado o Angústia. Parece que pode render umas coisas interessantes (RAMOS, 1986, p.161).

Figura 23 – Primeira edição de Infância (1945)



Fonte: Livraria José Olympio Editora, 1945, Rio de Janeiro, RJ.

A obra memorialista e autobiográfica representa a vida de Graciliano Ramos entre os anos de 1895 e 1906; nela há a presença marcante dos pais na formação de sua personalidade. Em **Infância**, verifica-se que a falta de afeição e o excesso de medo nas relações familiares do autor parecem influenciar fortemente a sua visão de

mundo quando adulto. A presença do pai é marcante e frequentemente associada ao poder, ao autoritarismo e à violência; a mãe, à frieza e à indiferença.

Meu pai e minha mãe conservavam-se grandes, temerosos, incógnitos. Revejo pedaços deles, rugas, olhos raivosos, bocas irritadas e sem lábios, mãos grossas e calosas, finas e leves, transparentes. [...]. Medo. Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor (RAMOS, [1945] 2013, p. 13).

Marcas da trajetória intelectual e profissional do escritor, o ceticismo e a intransigência crítica derivam da hostilidade e tirania sofridos quando ainda criança. Até mesmo seu “primeiro contato com a justiça” resulta dessa relação com os pais – “As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-se funda impressão” (*op. cit.*, p.30): o menino, acusado pelo sumiço do cinturão do pai, é espancado violenta e injustamente; esperando que o progenitor reconheça o erro e se desculpe, se frustra com o silêncio do mesmo. O ceticismo de Graciliano provem de “reminiscências [que] revelam fragmentos dessa autoritária e violenta civilização do couro, em seu contorno oligárquico e patriarcal, no agreste nordestino brasileiro” (BASSO, 2010, p. 29).

Por seu caráter autobiográfico, **Infância** enfatiza mais pragmaticamente a compatibilidade do conteúdo literário frente aos posicionamentos pessoais do autor. Assim, nessa obra,

[...] muito distante da perspectiva de um simples relato sobre o período infantil, a experiência da infância, em Graciliano Ramos, desdobra-se ao longo dos vários tempos de seu percurso literário. A cada nova experiência literária, a infância se renova como força de evocação do passado, fonte de sabedoria e experiência, à medida que a escrita vai circunscrevendo os aspectos traumáticos da constituição do sujeito, ampliada para um horizonte contextual mais amplo do que o de uma vivência estritamente pessoal: a constituição política e social do Brasil, de uma literatura nacional, da intelectualidade brasileira, de uma nação, enfim, contraditória e injusta (GARCIA, 2010, s/p).

O capítulo “Venta-Romba” também retrata uma injustiça presenciada por Graciliano, dessa vez a outrem: a prisão de um negro mendigo que não havia cometido nenhum crime; o episódio também influenciou para avultar o descrédito à polícia e às autoridades:

Eu experimentava desgosto, repugnância, um vago remorso. Não arriscara uma palavra de misericórdia. Nada obteria com a intervenção certamente prejudicial, mas devia ter afrontado as consequências dela. Testemunhara uma iniquidade e achava-me cúmplice. Covardia. Mais tarde, quando os castigos cessaram, tornei-me em casa insolente e grosseiro — e julgo que a

prisão de Venta-Romba influiu nisto. Deve ter contribuído também para a desconfiança que a autoridade me inspira (*op. cit.*, p. 235).

À percepção do menino não faltavam críticas aos problemas sociais. O exame intenso e contínuo acerca da realidade em que estava inserido levava-o a afirmações sobre o sistema social, político e econômico em vigor:

No meu município também se assassinavam homens, embora se preferissem as cabras ruins. Quando um proprietário governista queria molestar um adversário, mandava suprimir-lhe alguns moradores — e a pessoa ameaçada vendia-lhe a terra por menos do valor. Se não vendia logo, novos moradores iam desaparecendo, até que a transação se efetuava. Só raramente, em casos de ofensas pessoais, questões de família, se eliminavam membros da classe elevada. A esses tomavam-se os bens, por meios mais ou menos legais. Mas a canalha era dizimada, os cabras ruins do velho Frade morriam em abundância, e a gente se habituava aos cadáveres que manchavam a cidade (RAMOS, [1945] 2013, p. 215).

Graciliano também percebeu a diferença de tratamento dispensado pelos professores das escolas primárias aos filhos de coronéis e outros indivíduos ricos da comunidade: “Apesar de tudo, a escola era um refúgio. Canseiras, adulações à mulher e aos filhos do diretor, rendiam pelo menos alguma indiferença” (*op. cit.*, p. 250).

Os momentos descritos ao longo de toda a obra memorialista demonstram o amadurecimento do protagonista-autor. Sua emancipação das amarras familiares, contudo, se consolida pela redenção à leitura e ao alargamento das fronteiras pessoais que os romances lhe ofereciam: “Proibiram-me rir, falar alto, brincar com os vizinhos, ter opiniões. Eu vivia numa grande cadeia. Não, vivia numa cadeia pequena, como papagaio amarrado na gaiola. Enxergara a libertação adivinhando a prosa difícil do romance” (RAMOS, [1945] 2013, p. 212).

Esperadamente – considerando que **Infância** é um livro de memórias –, mais uma vez destacam-se posicionamentos pessoais do autor ao longo dos 39 capítulos do livro. A discussão (aprofundada na sequência deste trabalho) permite indicar: o discernimento do autor, desde muito jovem, sobre as desigualdades presentes na sociedade, indicando seu compromisso em questionar essas situações; a desaprovação de práticas políticas que penetravam a realidade infantil; a descrença na autoridade e na justiça de modo geral – evidenciada principalmente nos capítulos “Um cinturão” e “Venta-Romba”. Pode-se notar ainda a desdém do autor à realidade encontrada no interior de Alagoas, principalmente no concernente à qualidade do ensino nas escolas públicas. Frisa-se, contudo, que a recorrência das descrições

feitas por Graciliano sobre as várias instituições de ensino em que estudou reforçam a importância do acesso – mesmo que de forma precária – à alfabetização e à leitura.

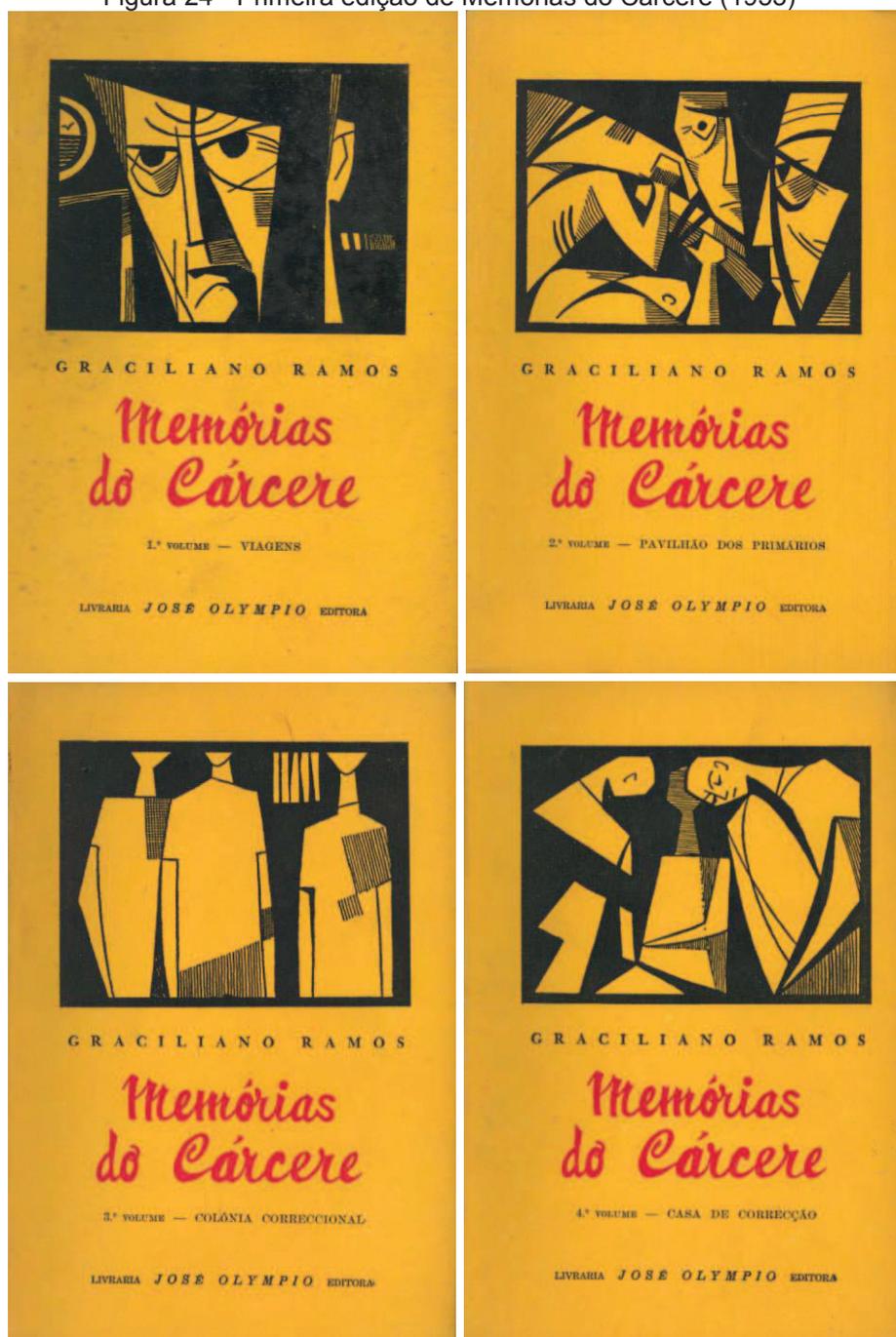
#### 3.3.4.5 Memórias do Cárcere

A publicação póstuma de 1953 descreve o período em que o escritor esteve preso, entre março de 1936 a janeiro de 1937. O testemunho revela a realidade do país e da prisão, denunciando a opressão política e criticando as tensões socioideológicas a partir da experiência pessoal de Graciliano. “A obra [...] possibilita uma maior reflexão e questionamento da sociedade brasileira, porque há fortes amarras direcionadas à justiça social, à crítica social e, sobretudo, à crítica à ditadura, que em 1936 estava em vias de implantação” (MEDEIROS, 2005).

A incivilidade do cárcere é vivenciada pelo autor e, por isso, **Memórias do Cárcere** não poupa críticas ao sistema ditatorial e arbitrário em vigor àquele tempo, resgatando e contestando situações proporcionadas pela prisão injustificada. O autoritarismo, contudo, não é novidade para Graciliano, que já havia experimentado na infância o rígido e violento modelo paterno de educação; o Governo surge, então, para reafirmar a antipatia do autor à truculência e à brutalidade.

Ao longo de toda a obra, o autor está associado ao narrador e personagem, pois a experiência relatada resulta da experiência vivida. As dimensões sociais, políticas e ideológicas de **Memórias do cárcere** (Fig. 24) são complementadas pelas dimensões psicológicas e revelam reflexões sobre o exercício do poder, a aplicação das leis, a essência humana e a percepção das relações sociais no contexto da prisão, pois “havia ali pequenos burgueses e operários, homens cultos e gente simples” (RAMOS, [1953] 2013, p. 154).

Figura 24 - Primeira edição de Memórias do Cárcere (1953)<sup>26</sup>



Fonte: Livraria José Olympio Editora, 1953, Rio de Janeiro, RJ. Ilustrador Tomás Santa Rosa Júnior.

Diante das múltiplas classes sociais obrigadas à coabitação no cárcere por tempo indeterminado, Graciliano Ramos concluiu:

Evidentemente as pessoas não diferiam por se arrumarem numa ou noutra classe; a posição é que lhes dava aparência de inferioridade ou superioridade. Evidentemente. Mas evidentemente porquê? A observação

<sup>26</sup> Publicação em quatro volumes: Viagens, Pavilhão dos Primários, Colônia Correccional e Casa de Correção.

me dizia o contrário. Homem das brenhas, afeito a ver caboclos sujos, famintos, humildes, quase bichos, era arrastado involuntariamente a supor uma diversidade essencial entre eles e os patrões [...]. Uma exceção rara, aqui, ali [...]: o enxadeiro largava o eito, arranjava empréstimo, economizava indecente, curti a fome, embrenhava-se em furtos legais, chegava a proprietário e adquiria o pensamento e os modos do explorador; a miserável trouxa humana, batida a facão e a vergalho de boi, resistente ao governo, à seca, ao vilipêndio, resolvia tomar vergonha, amarrar a cartucheira à cinta, sair roubando, incendiando, matando como besta-fera. [...] era como se os dois ladrões, o aceito e o réprobo, houvessem trazido ao mundo a condição inelutável: pequenas saliências no povo imóvel, taciturno, resignado. Naquele instante a aspereza do estivador me confirmava o juízo. Lá fora sem dificuldade me reconheceria num degrau acima dele; sentado na cama estreita, rabiscando a lápis um pedaço de papel, cochichando normas, reduzia-me, despojava-me das vantagens acidentais e externas. De nada me serviam molambos de conhecimentos apanhados nos livros [...] (RAMOS, [1953] 2013, p. 393-394).

O questionamento estende-se para a análise do paradoxo entre o poder e a vítima; a autoridade e o cidadão comum – não apenas a autoridade governamental, mas também o poder que se exerce entre os homens pequenos que “se acanalharam”. O cunho crítico se estabelece na narrativa, e as lembranças estabelecem confrontos de caracteres: “Não supunha os homens bons nem maus: julgava-os sofríveis, pouco mais ou menos razoáveis, naturalmente escravos dos seus interesses” (*op. cit.*, p. 83).

**Memórias do Cárcere** demonstra um processo de descoberta do próximo e de revisão de si mesmo; o pessimismo é com frequência surpreendido por ações de gentileza, bondade ou solidariedade. O depoimento direto e real não apenas revela certas características pessoais transpostas à obra como esclarece o modo de ser do escritor, permitindo interpretar melhor a sua própria atitude literária (CANDIDO, 2012, p. 69). A importância dessa obra surge:

[...] onde se encontram homem e ficcionista e o pessimismo de um é completado pela solidariedade participante do outro; onde se vê que a fidelidade ideológica nada tinha de imposição exterior, exigindo deformações do espírito e da sensibilidade; mas brotava de imperativos pessoais e era esculpida por eles, por assim dizer. Era algo obtido por construção interior e afirmado livremente no plano do comportamento, com uma grande liberdade de vistas, desinteresse pela palavra de ordem mecanicamente aceita, ausência de sectarismo. Para ele, o comportamento político - forma superior da ânsia de o testemunho - foi um tipo de manifestação pessoal em que a sua imperiosa personalidade se completou, harmonizando-se livremente com uma imperiosa ideologia. Conciliando a fidelidade a si mesmo e aos princípios, foi realmente um homem na mais alta acepção da palavra, ao obter essa integração em profundidade, servindo sem se trair e oferecendo o terreno amargo da sua obra às florações do ideal (*op. cit.*, p. 96-97).

Manifesta-se aqui uma característica pessoal de Graciliano que não havia se explicitado em obras anteriores: a confissão da sua preocupação com detalhes e minúcias, principalmente no processo de produção da escrita. A confirmação desse atributo se destaca pelo trecho:

Sempre compusera lentamente: sucedia-me ficar diante da folha muitas horas, sem conseguir desvanecer a treva mental, buscando em vão agarrar algumas ideias, limpá-las, vesti-las; agora tudo piorava, findara até esse desejo de torturar-me para arrancar do interior nebuloso meia dúzia de linhas. Sentia-me indiferente e murcho, incapaz de vencer uma preguiça enorme subitamente aparecida, a considerar baldos todos os esforços (RAMOS, [1953] 2013, p. 74)

**Memórias do Cárcere** transparece algumas outras características pessoais de Graciliano, reforçando outras já identificadas nas obras anteriores; como em **Infância**, por ser um livro autobiográfico, esses valores se tornam ainda mais marcantes. Destacam-se aqui principalmente questões relacionadas a seu comprometimento ideológico e críticas às injustiças sociais resultantes do sistema capitalista; seu aborrecimento frente a questões burocráticas – reforçada pela lembrança da rotina encarada fora da prisão –; o descrédito dedicado às autoridades; o constante desejo de contato com água e limpeza, além de críticas à falta de higiene em alguns dos cárceres em que esteve; e o pessimismo frequentemente incorporado à sua descrição da realidade.

## 4 O MITO E SUAS REVELAÇÕES LITERÁRIAS

### 4.1 A CONSTRUÇÃO DO MITO GRACILIANO RAMOS

Graciliano Ramos é um dos grandes nomes da literatura brasileira. A construção do mito literário põe em perspectiva a qualidade da sua escrita e a reverberação de sua produção textual ao longo das décadas, reafirmando sua posição de intelectual e literato do modernismo brasileiro. O legado significativo desse autor é observado na vida cultural, jornalística e pública de Alagoas e do Brasil: a representação das realidades e dificuldades vivenciadas no sertão nordestino foi sua principal temática. O viés político e o engajamento social transcritos por meio de uma linguagem seca e concisa se tornaram marcas do seu estilo. Brunacci (2008) revela:

[...] Graciliano Ramos se destaca na literatura brasileira, posto que sua obra concretiza o uso da norma culta da língua, passando ao largo das transgressões formais dos primeiros modernistas, mas acentua as contradições por representá-las literariamente na perspectiva da luta de classes – e mais: na perspectiva dos perdedores. Nessa literalização das contradições reside sua especificidade, aquilo que o diferencia de alguns que o antecederam – como José de Alencar, [...] – e de outros que lhe foram contemporâneos, cujas obras privilegiaram a dimensão da cultura no entendimento das questões nacionais, demarcando suas diferenças em relação ao “romance social” de 1930 (p. 41).

Pela aguda compreensão do processo de formação da sociedade brasileira e pela percepção dos elementos conflitantes na modernização do país é que Graciliano Ramos produz uma prosa de ficção fortemente marcada pelo autoquestionamento, ocorrência esta que chega a constituir uma categoria de análise [...] (p. 119).

A existência do mito do autor Graciliano Ramos é uma realidade indiscutível. Devido à importância de suas obras, ao contexto histórico em que estava inserido e aos fatos que marcaram sua vida – a prisão durante o Estado Novo; a filiação ao partido comunista em 1945; o exercício da profissão de jornalista; a doença; a relação com a família –, o escritor é enaltecido. A qualidade de seus trabalhos, contudo, não se manifesta apenas em suas peças literárias, sendo encontrada também nos documentos de prestação de contas municipais produzidos quando prefeito de Palmeira dos Índios. Tende-se, dessa forma, a transferir a qualidade textual dos relatórios (e livros) à sua gestão, resultando na produção de um novo viés desse mito: o político.

A criação de mitos políticos é enfatizada em momentos de inquietação política (GIRARDET, 1987); assumindo a forma de uma personalidade, cumprem o papel de exemplos a serem seguidos, e suas qualidades são facilmente reconhecidas. Destaca-se que a condição de mito não é determinada por meio de construção pessoal, mas sim de um grupo ou coletividade, tornando-se resultado da relação do objeto mitificado – neste caso, o escritor – com sua época e seus contemporâneos – seu público.

A mitificação do autor/gestor Graciliano Ramos permanece fortalecida contemporaneamente: seus livros, clássicos literários, tornaram-se pré-requisitos acadêmicos; seus relatórios inspiram práticas gestoras pautadas na transparência e probidade. Nessa segunda perspectiva do mito, surge a necessidade de comprovação de sua importância como prefeito – principalmente no que se refere ao planejamento do dinheiro público frente ao contexto social, político e econômico do país, e à deficiente participação cidadã –, sendo buscados documentos cujas

referências a Graciliano comprovem suas práxis como prefeito e inspiração de condutas na gestão contemporânea. A gestão do literato é pautada no interesse público das coisas do Estado, na transparência de ações, na probidade administrativa, e na priorização de classes menos favorecidas.

O primeiro nível dessa busca visa referências contemporâneas ao autor/gestor, compondo a leitura **unitemporal** preliminarmente descrita nesta dissertação. Tem-se como principal componente dessa investigação a mensagem enviada pelo governador de Alagoas, Álvaro Paes, ao Congresso Legislativo sobre os relatórios do prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos:

A administração de Palmeira dos Índios continua a oferecer um exemplo de trabalho e honestidade, que coloca o Município numa situação de destaque. A ação do Prefeito, forte e inteligente, se faz sentir nas iniciativas e nas realizações que têm concorrido para o engrandecimento do Município [...] Declarou-me o Prefeito que não empregou rigores excessivos para obter este magnífico resultado. Apenas extinguiu favores, que se não justificavam, e adotou outras medidas de igual resultados para a Municipalidade. [...] [Seu] balancete [...] pormenoriza cada verba. [...] Outros problemas de cuja solução depende o engrandecimento do município mereceram o desvelo do Prefeito que também cuidou dos subúrbios, favorecendo a agricultura e tudo realizando para tornar sempre proveitosa a sua ação administrativa (PAES, 1929).

O depoimento de um cidadão do município corrobora para a análise positiva da gestão de Graciliano e destaca sua lisura administrativa: “Havia confiança nele, pela sua honestidade nos negócios, por sua vida conhecida na cidade. Era um homem incapaz de cometer um ato indigno” (Filadelpho Wanderley *apud* MORAES, 2012, p. 61). Nota-se que a atuação do escritor representou, para a cidade e sua população, no final da década de 1920, um conjunto de qualidades político-administrativas compostas pelo desejo de melhoraria das condições urbanas, apesar das limitações orçamentárias; coragem de se opor aos privilégios da classe dominante e transparência quanto ao uso dos recursos públicos.

No segundo nível dessa busca, destina-se à pesquisa **transtemporal**, em que são levantados documentos da gestão urbana contemporânea que façam referência a Graciliano ou a alguma de suas medidas administrativas como modelo a ser seguido e/ou incorporado às práticas de gerenciamento atuais. Constatam-se relatórios contemporâneos do Tribunal de Contas da União que apontam o nome do autor/gestor. Os principais trechos das atas encontradas são transcritos abaixo:

Na condição de prefeito da cidade alagoana de Palmeira dos Índios (AL), **Graciliano Ramos** é o autor da mais importante peça histórico-

administrativa brasileira. Trata-se do relatório de sua gestão. É um documento, que acredito, o Tribunal deveria mandar publicar, dada a consistência que tem essa matéria com a administração pública. Insisto no registro pois o relatório aborda questões da administração municipal que tantas vezes frequentam a pauta das Sessões desta Câmara (Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, TCU, 2003).

O Município de Palmeira dos Índios ganhou destaque nos meios políticos e literários do país entre os anos de 1928 e 1930, época em que esteve à frente da administração municipal o alagoano, ainda desconhecido, que o mundo viria a conhecer e admirar como **Graciliano Ramos**. Na primeira prestação de contas que endereçou ao governador de Alagoas, ao final de um ano de gestão, o prefeito-escritor redigiu relatório inusitado para o formalismo do processo e para os costumes da época. O relatório foi notícia além das cercanias de Alagoas, tendo sido publicado em vários jornais do País, indo parar nas mãos de um editor perspicaz, o poeta Augusto Frederico Schmidt, sendo que o resto da história todos conhecem, bastando dizer que, além de projetar o escritor, notabilizou para sempre a pequena cidade de Palmeira dos Índios, de que ora tratamos. É nessa Palmeira dos Índios que se está a principiar a construção e recuperação da infraestrutura hídrica, com o propósito de ampliar o sistema de abastecimento de água, obra de considerável importância socioeconômica, uma vez que irá propiciar a melhoria da qualidade de vida da população que se aproxima de 55.000 habitantes [...] (TCU, 2005).

O TCU é casa de grandes exemplos e virtudes. [...] esta Casa é também de grandes alagoanos. [...] Se pudesse, chamaria aqui o testemunho do escritor **Graciliano Ramos**. Não só pela pujante obra literária, plena de significação política, mas pelo exemplo de administração proba à frente da prefeitura de Palmeira dos Índios [...]. Os relatórios de prestação de contas de **Graciliano Ramos** ganharam notoriedade nos meios políticos e literários do País, nos anos de 1930, por expressarem absoluta precisão ética, na gestão da coisa pública, além de haverem contribuído vernaculamente para projetar a carreira literária do prefeito-escritor e notabilizar a pequena Palmeira dos Índios (TCU, 2006).

[...] Parafrazeando **Graciliano Ramos**, o dinheiro enterrado na agricultura, pela descentralização de recursos do Governo Federal, deve desenvolver-se e frutificar, não sendo suficiente apenas que se enterrem os recursos sem resultados concretos em benefício da população, ou seja, os resultados prometidos no plano de trabalho [...] (TCU, 2011).

[...] Alagoas, terra do sempre lembrado e digno **Graciliano Ramos**, cujos dois famosos relatórios na prefeitura de Palmeira dos Índios deveriam servir de norte aos homens públicos do país (TCU, 2012).

“Graciliano antecipou em muitas décadas conceitos que hoje são obrigatórios em lei, como os da Lei de Responsabilidade Fiscal” (LOPES, 2013). A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), reforçada pela Lei da Transparência nas Finanças Públicas (2009), obriga que governos de todas as instâncias apresentem planejamento transparente, detalhando as contas públicas em relatórios disponibilizados na internet. Os relatórios do prefeito Graciliano Ramos são, portanto, consideradas peças importantes para a gestão urbana contemporânea pois apontam, já em 1928, o interesse em esclarecer à população sobre os investimentos

priorizados em cada ano de mandato, sempre pautados pelas discussões de problemas sociais que, comprovada pela obra literária, visavam um espaço urbano melhor e mais justo.

Todavia, se tais fragmentos forem analisados com os rigores metodológicos, faltam elementos empíricos para sustentar generalizações quanto sua gestão. Em todos os textos que referenciam elogiosamente Graciliano Ramos parece haver completa despreocupação em contextualizar as discussões sobre ele e a realidade da administração pública municipal brasileira vigente à época.

O “bom administrador” ou o “bom prefeito” podem não passar de frágeis apologias sustentadas por sua capacidade literária em que o surgimento do viés político desse mito passa a ser sustentado por atuações superficiais, não resistindo à análise mais aprofundada de práticas relacionadas ao pouco interesse em sua popularidade junto aos cidadãos, à defesa do higienismo e aos maus-tratos a animais – comprovados pelo extermínio de centenas de cães e porcos que estavam soltos pela cidade –, à afirmação de que a leitura de jornais e almanaques bem como a discussão política e a dedicação a decorar sonetos eram, naquela época, “passatempos acessíveis a quase todos os roceiros”.

A mitificação do administrador desponta, então, de seu exemplo de probidade e assume o papel da concretização da transparência administrativa; é necessário compreender nesse contexto, entretanto, que essa admiração ao trabalho de Graciliano como gestor pode ser considerada excessiva, mas coerente à canalização das suas boas obras realçadas por seus pares contemporâneos.

O capítulo a seguir visa assinalar de que forma Graciliano Ramos se revela em suas produções literárias, corroborando para o processo de mitificação de sua personalidade e obra.

## 4.2 O AUTOR SE REVELA<sup>27</sup>: PERCEPÇÕES LITERÁRIAS

Sabe-se que “a linguagem vai além da função de transmitir informações. Linguagem está intrinsecamente ligada à Ciência, Literatura, Religião, Ética, Política e outros aspectos que envolvem e definem as relações humanas individuais e sociais” (ARRAES, 2011, p. 50). Um texto carrega em si ideologias que representam realidades e tornam-se um meio de reflexão sobre ela. Graciliano Ramos exemplifica essa ideia preenchendo tanto seus romances quanto seus livros de memória com posicionamentos políticos, sociais e ideológicos.

Brunacci (2008), sobre Graciliano e sua escrita, afirma:

O escritor é, antes de tudo um ser social. Dizer isso à moda euclidiana pode dar a essa afirmativa o tom de lugar-comum, mas aquilo a que esse enunciado remete é o fundamento mesmo das questões colocadas pela literatura moderna como resultado de um dos dilemas da representação literária, do qual Euclides da Cunha certamente não escapou: a questão do posicionamento do escritor (p. 27).

Constata-se que, a partir da leitura das cinco obras literárias selecionadas (**S. Bernardo, Angústia, Vidas Secas, Infância e Memórias do Cárcere**), características pessoais do autor estão inseridas nos seus textos; a personalidade e as opiniões do autor-gestor revelam-se em sua escrita, por meio de “narrativas que se confundem com o autor, com a sua experiência individual, refletindo uma experiência coletiva” (GOMES, 2011).

No caso dos três romances selecionados neste estudo – **S. Bernardo, Angústia e Vidas Secas**, Gimenez (2009) afirma que:

Parece que os três romances centrais – São Bernardo, Angústia e Vidas secas – se armam com vistas a transfigurar as três esferas da sociedade brasileira (e, no passo seguinte, do capitalismo sem pátria) – o proprietário, o intelectual e o trabalhador –, as quais comungam de igual desventura: o fracasso (p. 238).

Nessas três narrativas, como apontado na discussão iniciada em capítulos anteriores, podem ser identificados pontos de vista do próprio autor, particularmente identificam-se: críticas ao capitalismo (**S. Bernardo e Vidas Secas**), tédio à burocracia (**Angústia**), descrença nas autoridades (**Angústia e Vidas Secas**),

---

<sup>27</sup> A escrita participa do processo de constituição do sujeito, assim sendo, no processo de escrita, o sujeito, ele mesmo, se revela (SCOTTI, 2010). Gustave Flaubert teria dito em relação à sua mais conhecida obra, **Madame Bovary**: “*Madame Bovary c’est moi, d’après moi*” (“Madame Bovary sou eu, por mim mesmo”).

crítica à manobras políticas (**S. Bernardo**), indiferença à opinião pública (**Angústia**), obsessão com limpeza (**Angústia**), e valorização da escola e crítica ao ensino no interior alagoano (**Vidas Secas**).

Nas duas obras de memórias – **Infância e Memórias do Cárcere** –, evidentemente, o autor imprime de maneira ainda mais enfática sua personalidade. Para Lejeune ([1975] 2008), teórico francês, autobiografia é uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (p. 14), devendo haver nessa narrativa a “relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem” (p. 15). “Romances autobiográficos”, por sua vez, são:

[...] todos os textos de ficção em que o leitor pode ter razões de suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre o autor e personagem, mas que o autor escolheu negar essa identidade ou, pelo menos, não afirmá-la. Assim definido, o romance autobiográfico engloba tanto narrativas em primeira pessoa (identidade do narrador e do personagem) quanto narrativas ‘impessoais’ (personagens designados em terceira pessoa); ele se define por seu conteúdo (*op. cit.*, p. 25).

“Entre a autobiografia declarada, seja em primeira ou em terceira pessoa, e o romance autobiográfico, há ‘níveis de veracidade’ que são determinados pelo autor por meio de ‘pactos’ feitos com o leitor” (GALANTE, 2013, p. 2); esses pactos são chamados por Lejeune ([1975] 2008) de “pactos autobiográficos”.

[...] Se cada livro pode dar lugar a um interesse apenas imediato, isto é, esgotado pelo que ele pode oferecer, uma obra, em conjunto, nos leva quase sempre a averiguar a realidade que nela se exprime e as características do homem a quem devemos esse sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação. *Infância e Memórias do cárcere* satisfazem este desejo com referência a Graciliano, e pelas citações anteriormente feitas vimos quanto servem para compreender os seus livros. E servem mais do que pode parecer, pois não apenas revelam certas características pessoais transpostas ao romance, como esclarecem o modo de ser do escritor, permitindo interpretar melhor a sua própria atitude literária [...] (CANDIDO, 2012, p. 69).

Essas duas obras de Graciliano Ramos, cujo caráter autobiográfico se torna proeminente, complementam os pensamentos revelados nas obras anteriores, reafirmando: a valorização ao estudo e ao ensino, porém desaprovando a baixa qualidade das escolas do interior de Alagoas (**Infância**); o tédio à burocracia institucional (**Memórias**); o descrédito à autoridade (**Infância e Memórias**); a desaprovação de manobras políticas (**Infância**); e a sua obsessão com limpeza

(**Memórias**). A preocupação com detalhes (**Memórias**), é acrescida nesse âmbito da discussão.

Sobre Graciliano Ramos e sua obra, Cândido (2012) afirma:

[...] A literatura é o seu protesto, o modo de manifestar a reação contra o mundo das normas constritoras. Como em quase todo artista, a fuga da situação por meio da criação mental é o seu jeito peculiar de inserir-se nele, de nele definir um lugar.

Pensando na arte como forma de protesto, podemos compreender a característica porventura fundamental da obra de Graciliano, encarada na sucessão dos livros e das etapas [...].

Vemos, pois, que a tendência principia como testemunho sobre si mesmo, por meio da ficção. O escritor vê o mundo através dos seus problemas pessoais; sente necessidade de lhe dar contorno e projeta nos personagens a sua substância, deformada pela arte. A obra surge então como "fruto de uma neurose infantil filtrada por uma nobre imaginação" (Connolly) - mas conscientemente filtrada (p. 89-90).

Notam-se, portanto, aspectos tão intimamente ligados ao autor que se revelam também intrínsecos à sua produção escrita; o estilo literário de Graciliano inclui seu compromisso social frente às situações por ele narradas e vividas, a denúncia contra as injustiças sofridas pelos menos favorecidos, reconhecendo as iniquidades sociais resultantes da luta de classes, da relação entre opressores e oprimidos; a isso, soma-se a visão de mundo pessimista, conformada pelas circunstâncias presentes de sua realidade. Destaca-se também sua obsessão com a limpeza, no sentido literal e simbólico, principalmente referente ao seu modelo literário, esforçando-se sempre na busca pelo asseio da palavra, resultando numa escrita sem enfeites.

Graciliano Ramos, em seus livros, desnuda esse discurso autoritário, que tenta abafar os pontos de vista diferentes em nome de uma verdade universal que supostamente representa. É contra esse discurso que objetifica os dominados Fabiano e Luís da Silva se voltam: palavras que os definem como sem voz, sem pensamento, sem direitos, sem importância, como objeto e não vida, como bicho e não humano (MARINHO, 2000, p. 103).

A partir do que foi apresentado até aqui sobre o autor/gestor Graciliano Ramos, enumeram-se essas dez características e posicionamentos pessoais transferidos para as cinco obras literárias selecionadas (Quadro 5). Desenvolve-se a partir de trechos dessas cinco obras a validação das dez percepções reveladas acerca do autor, reafirmando que Graciliano "só pode escrever o que é". A composição desta leitura contribui para que, no próximo capítulo desta dissertação, sejam identificadas similaridades ideológicas entre a produção literária e a gestão do

autor como prefeito do interior de Alagoas. Esses resultados visam salientar a transferência de ideias entre a realidade literária e gestora de Graciliano.

Quadro 5 – Dez características de Graciliano Ramos presentes em suas obras

OBRA		CARACTERÍSTICA DO AUTOR	
		NA OBRA	NO ESTILO
ROMANCES	S. Bernardo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crítica ao capitalismo (1ª caract.);</li> <li>• Desaprovação de práticas políticas (2ª caract.);</li> <li>• Preocupação com detalhes (3ª caract.).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obsessão com a limpeza (do texto) (7ª caract.);</li> <li>• Compromisso social e reconhecimento de injustiças (9ª caract.);</li> <li>• Pessimismo (10ª caract.).</li> </ul>
	Angústia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crítica ao capitalismo (1ª caract.);</li> <li>• Tédio à burocracia (4ª caract.);</li> <li>• Descrédito à autoridade (5ª caract.);</li> <li>• Indiferença à opinião pública (6ª caract.);</li> <li>• Obsessão com limpeza (7ª caract.).</li> </ul>	
	Vidas Secas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crítica ao capitalismo (1ª caract.);</li> <li>• Descrédito à autoridade (5ª caract.);</li> <li>• Valorização da escola e crítica ao ensino no interior do Nordeste (8ª caract.).</li> </ul>	
MEMÓRIAS	Infância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desaprovação de práticas políticas;</li> <li>• Descrédito à autoridade (5ª caract.);</li> <li>• Valorização do ensino e crítica à sua qualidade no interior do Nordeste (8ª caract.).</li> </ul>	
	Memórias do Cárcere	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crítica ao capitalismo (1ª caract.);</li> <li>• Preocupação com detalhes (3ª caract.);</li> <li>• Tédio à burocracia (4ª caract.);</li> <li>• Descrédito à autoridade (5ª caract.);</li> <li>• Obsessão com limpeza (7ª caract.).</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O **primeiro** aspecto está relacionado à crítica ao capitalismo. Evidenciada subjetivamente tanto em **S. Bernardo** quanto em **Vidas Secas**, pode-se afirmar que o autor observa os dois lados desse modelo econômico; a marca regionalista é categoricamente imposta em ambas as situações. O primeiro, Paulo Honório (**S. Bernardo**), explorador e materialista, tem sua trajetória de vida marcada pela acumulação de dinheiro e terras; a ganância orienta todas as relações do protagonista, embrutecendo-o e fazendo-o agir como um proprietário não só de coisas, mas também de pessoas:

O meu fito na vida foi apossar-me das terras de S. Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular (RAMOS, **S. Bernardo**, [1934] 2007, p. 12).

Amanheci um dia pensando em casar. Foi uma ideia que me veio sem que nenhum rabo de saia a provocasse. Não me ocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de

governar. [...]: o que sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo (*op. cit.*, p. 67).

Para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além. Estamos tão separados! A princípio estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão nos distanciou.

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo.

Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.

E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte!

A desconfiança é também consequência da profissão (*op. cit.*, p. 221).

Já Fabiano (**Vidas Secas**), retirante pobre e explorado, foge da seca com a família, e tenta sobreviver apesar da exploração do patrão e os enganos a que é submetido no comércio. “Cadeia” e “Contas” são capítulos que refletem essa realidade:

Fabiano tinha ido à feira da cidade comprar mantimentos. Precisava sal, farinha, feijão e rapaduras. Sinha Vitória pedira além disso uma garrafa de querosene e um corte de chita vermelha. Mas o querosene de seu Inácio estava misturado com água, e a chita da amostra era cara demais (RAMOS, **Vidas Secas**, 1938, p. 15).

Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito. [...] Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. [...] Pouco a pouco o ferro do proprietário queimava os bichos de Fabiano. E quando não tinha mais nada para vender, o sertanejo endividava-se. Ao chegar a partilha, estava encalacrado, e na hora das contas davam-lhe uma ninharia (*op. cit.*, p. 43).

Não deviam tratá-lo assim. Dirigiu-se ao quadro lentamente. Diante da bodega de seu Inácio virou o rosto e fez uma curva larga [...]. Sentou-se numa calçada, tirou do bolso o dinheiro, examinou-o, procurando adivinhar quanto lhe tinham furtado. Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro! O que havia era safadeza (*op. cit.*, p. 44).

**Angústia** também condena a dominação do sistema capitalista simbolizada por Julião Tavares e sua influência social. Luís da Silva a todo momento critica seu antagonista, encarando o dinheiro com um defeito pessoal, uma falha de caráter; essas impressões justificavam e aumentavam seu ódio.

[...] Dinheiro e propriedades, que me dão sempre desejos violentos de mortandade e outras destruições, as duas colunas mal impressas, caixilho, dr. Gouveia, Moisés, homem da luz, negociantes, políticos, diretor e secretário, tudo se move na minha cabeça, como um bando de vermes, em cima de uma coisa amarela, gorda e mole que é, reparando-se bem, a cara balofa de Julião Tavares muito aumentada. Essas sombras se arrastam com

lentidão viscosa, misturando-se, formando um novelo confuso (RAMOS, **Angústia**, [1936] 2013, p. 5).

Foi por aquele tempo que Julião Tavares deu para aparecer aqui em casa. [...] Os jornais andaram a elogiá-lo, mas disseram mentira. Julião Tavares não tinha nenhuma das qualidades que lhe atribuíram. Era um sujeito gordo, vermelho, risonho, patriota, falador e escrevedor. No relógio oficial, nos cafés e noutros lugares frequentados cumprimentava-me da longe, fingindo superioridade (*op. cit.*, p. 42).

Família rica. Tavares & Cia., negociantes de secos e molhados, donos de prédios, membros influentes da Associação Comercial, eram uns ratos. Quando eu passava pela Rua do Comércio, via-os por detrás do balcão, dos sujeitos papudos, carrancudos, vestidos de linho pardo e absolutamente iguais. Esse Julião, literato e bacharel, filho de um deles, tinha os dentes miúdos, afiado, e devia ser um rato, como o pai. Reacionário e católico (*op. cit.*, p. 43).

O que não achava certo era ouvir Julião Tavares todos os dias afirmar, em linguagem pulha, que o Brasil é um mundo, os poetas alagoanos uns poetas enormes e Tavares pai, chefe da firma Tavares & Cia., um talento notável, porque juntou dinheiro. Essas coisas a gente diz no jornal, e nenhuma pessoa medianamente sensata liga importância a elas (*op. cit.*, p. 50).

Após o assassinato de Julião Tavares, o protagonista não demonstra arrependimentos frente ao crime cometido e ainda afirma que, apesar de possuir tanto dinheiro e influência,

[...] Julião Tavares estrebuchava. Tanta empáfia, tanta lorota, tanto adjetivo besta em discurso - e estava ali, amunhecando, vencido pelo próprio peso, esmorecendo, escorregando para o chão coberto de folhas secas, amortalhado na neblina (*op. cit.*, p. 201).

Em seu segundo livro de memórias, a crítica do autor é mais direta e incisiva: “O que eu desejava era a morte do capitalismo, o fim da exploração” (RAMOS, **Memórias do Cárcere** [1953] 2013, p. 157).

[...] Sei bem que sou ilógico, pois o pensamento é consequência; a consequência tornou-se causa, leva-me a proceder desta ou daquela maneira, desejar mortandades. Se o capitalista fosse um bruto, eu o toleraria. Aflige-me é perceber nele uma inteligência safada que aluga outras inteligências canalhas. Esforço-me por alinhavar esta prosa lenta, sairá daí um lucro [...] e este lucro fortalecerá pessoas que tentam oprimir-me” (*op. cit.*, p. 143-144).

Destaca-se como **segundo** aspecto, tanto em **S. Bernardo** quanto em **Infância**, a desaprovação da imoralidade de práticas políticas. No romance, Paulo Honório almeja obter vantagens junto ao governador do estado a partir da construção de uma escola, frisando que não havia necessidade de muito investimento financeiro nesse projeto, pois “o governador se contentaria se a escola

produzisse alguns indivíduos capazes de tirar o título de eleitor” (RAMOS, **S. Bernardo**, [1934] 2007, p. 127). Os problemas do sistema eleitoral do interior do Nordeste também são frisados.

Tive por esse tempo a visita do governador do Estado [...]. O governador [...] pediu-me fotografias e perguntou onde ficava a escola. Respondi que não ficava em parte nenhuma. [...] Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos? [...]. De repente supus que a escola poderia trazer a benevolência do governador para certos favores que eu tencionava solicitar. “— Pois sim senhor. Quando V. excia. vier aqui outra vez, encontrará essa gente aprendendo cartilha” (RAMOS, **S. Bernardo**, [1934] 2007, p. 50-51).

A gente se acostuma com o que vê. E eu, desde que me entendo, vejo eleitores e urnas. Às vezes suprimem os eleitores e as urnas: bastam livros. Mas é bom um cidadão pensar que tem influência no governo, embora não tenha nenhuma. Lá na fazenda o trabalhador mais desgraçado está convencido de que, se deixar a peroba, o serviço emperra. Eu cultivo a ilusão. E todos se interessam (*op. cit.*, p. 77).

Quando criança o autor também já reparava na obscuridade dos arranjos políticos. Até mesmo a Sebastião Ramos, pai do autor, fora designado o cargo de juiz, mesmo sem conhecimentos necessários, apenas para dar vantagens aos chefes políticos locais – reflexo da prática coronelista.

Ofereceram a meu pai o emprego de juiz substituto e ele o aceitou sem nenhum escrúpulo. Nada percebia de lei, possuía conhecimentos gerais muito precários. Mas estava aparentado com senhores de engenho, votava na chapa do governo, merecia a confiança do chefe político — e achou-se capaz de julgar. Naquele tempo, e depois, os cargos se davam a sequazes dóceis, perfeitamente cegos. Isto convinha à justiça. Necessário absolver amigos, condenar inimigos, sem o que a máquina eleitoral emperraria. Os magistrados de anel e carta diligenciavam acomodar-se, encolher-se, faziam vista grossa a muita bandalheira. De repente acuavam, tinham melindres que o mandão local não entendia e lançava à conta de má vontade (RAMOS, **Infância**, [1945] 2013, p. 136).

A **terceira** característica de Graciliano interpretada refere-se à sua preocupação com detalhes e miudezas, percebida em **S. Bernardo**, por meio da dedicação de Paulo Honório na revisão de seu passado na escrita de seu livro; a preocupação com as minúcias de sua produção leva-o a pedir auxílio aos amigos, dividindo as tarefas a partir das habilidades de cada um, mas “o resultado foi um desastre” e o protagonista decide escrever sozinho sob um pseudônimo.

Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho. Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica; para a composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo

Gondim, redator e diretor do Cruzeiro. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria o meu nome na capa.

Estive uma semana bastante animado, em conferências com os principais colaboradores, e já via os volumes expostos, um milheiro vendido graças aos elogios que, agora com a morte do Costa Brito, eu meteria na esfomeada Gazeta, mediante lambujem. Mas o otimismo levou água na fervura, compreendi que não nos entendíamos (RAMOS, **S. Bernardo**, [1934] 2007, p. 7-8).

Graciliano confessa essa preocupação em **Memórias do Cárcere** e também está relacionada à qualidade da escrita:

São as minúcias que me prendem, fixo-me nelas utilizo insignificâncias na demorada construção das minhas histórias. Aquele entendimento rápido, afeito a saltos vertiginosos e complicadas viagens, contrastava com minhas pequeninas habilidades que pezunhavam longas horas na redação de um período (RAMOS, **Memórias do Cárcere**, [1953] 2013, p.168).

A **quarta** particularidade observada sobre o autor é seu o tédio à burocracia e a institucionalização; procedimentos administrativos desnecessários e maçantes desagradavam profundamente Graciliano Ramos. Os indícios desse fato estão presentes tanto no romance **Angústia**, por meio da fala em primeira pessoa de Luís da Silva, quanto na autobiografia de **Memórias do Cárcere**.

Se eu pudesse, abandonaria tudo e recomeçaria as minhas viagens. Esta vida monótona, agarrada à banca das nove horas ao meio-dia e das duas às cinco é estúpida. Vida de sururu. Estúpida. Quando a repartição se fecha, arrasto-me até o relógio oficial, meto-me no primeiro bonde de Ponta da Terra. (RAMOS, **Angústia**, [1936] 2013, p. 5).

Indispensável refugiar-me no romance concluído, imaginá-lo na livraria, despertando algum interesse, possibilitando ainda uma vez mudança de profissão. A última, encerrada meia hora antes, tinha sido um horror: o regulamento, o horário, o despacho, o decreto, a portaria, a iniquidade, o pistolão, sobretudo a certeza de sermos uns desgraçados trambolhos, de quase nada podermos fazer na sensoria da rotina (RAMOS, **Memórias do Cárcere**, [1953] 2013, p. 17).

Lá fora comportava-me automaticamente. A repartição, o despacho, o bonde, o horário, conversas bestas com indivíduos que se mexiam como se fossem puxados a cordões. Ali me exibiam aspectos inéditos da sociedade (RAMOS, **Memórias do Cárcere**, [1953] 2013, p. 116).

Como **quinta** característica revelada de Graciliano em suas obras, cita-se o descrédito à autoridade. Apesar de preceder o período em que esteve preso, sendo já assinalado em **Angústia** –, tal posicionamento foi reforçado pelas experiências vividas durante esse período, sendo aprofundado em **Vidas Secas**, **Infância** e **Memórias do Cárcere**. Na obra de 1936, essa informação confirma-se em:

Se eu matasse Julião Tavares, o guarda-civil não levantaria o cassetete: apitaria. Chegariam outros, que me ameaçariam de longe. O guarda-civil não tem coragem. Se tivesse, não olharia os automóveis horas e horas, junto ao relógio oficial: ocupar-se-ia devastando fazendas, incendiando casas, deflorando moças brancas, entorcendo proprietários nos galhos dos juazeiros. Os sertanejos fortes revoltaram-se e andam matando, roubando, violando, quase selvagens, sujos, os cabelos compridos, enfeitados de penduricalhos, os chapéus de couro cobertos de medalhas, as cartucheiras pesadas, enormes. Nenhum respeito à autoridade. Se um oficial de polícia viajar pela estrada, morre na tocaia. E se não morrer logo, é pior: levam-no para a capoeira e torturam-no. [...] O guarda-civil do relógio oficial veio para a cidade e arranhou emprego. E um sujeito magro como eu, civilizado como eu. Se houver barulho na rua, ele apita. Se houver greve nas fábricas e lhe mandarem atirar contra os grevistas, atira tremendo. As greves acabam. E ele voltará para a chateação do ponto, magro, triste. E pouco mais ou menos como eu (RAMOS, **Angústia**, [1936] 2013, p. 165).

Após a prisão, em 1938, a figura da polícia é representada pelo soldado amarelo; a relação é marcada pelo abuso de autoridade e a violência.

Ora, o soldado amarelo... Sim, havia um amarelo, criatura desgraçada que ele, Fabiano, desmancharia com um tabefe. Não tinha desmanchado por causa dos homens que mandavam. Cuspiu, com desprezo:

– Safado, mofino, escarro de gente.

Por mor de uma peste daquela, maltratava-se um pai de família [...]. Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos, que dormiam no tronco e aguentavam cipó de boi oferecia consolações:

– Tenha paciência. Apanhar do Governo não é desfeita.

[...] E, por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. O governo não devia consentir tão grande safadeza (RAMOS, **Vidas Secas**, 1938, p. 17).

O livro de memórias sobre a prisão também indica esse posicionamento do autor; ao vivenciar o sistema carcerário, volta sua crítica à violência policial presenciada e à dureza ditatorial imposta ao sistema vigente que avilta e inferioriza o ser humano:

A minha educação estúpida não admitia que o ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade (...) era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feitor, o capitão-domato. O relho, a palmatória, sibilando, estalando no silêncio da meia-noite, chumaço de pano sujo na boca de um infeliz, cortando-lhe a respiração. E nenhuma defesa: um infortúnio sucumbido, de músculos relaxados, a vontade suspensa, miserável trapo. Em seguida o aviltamento (RAMOS, **Memórias do Cárcere**, [1953] 2013, p. 195).

– Fulano de Tal. Polícia.

Entre o chamado e a última palavra uma pausa se alargara, talvez com o intuito perverso de dar ao infeliz uma esperança tênue. Pata macia de gato acariciando um rato. Em horas assim este se encolhe cheio de pavor, agarra-se a ilusões fugitivas, busca imaginar ocorrências vulgares: ida à secretaria, visita inesperada, uma carta improvável. Engana-se

voluntariamente, esforçasse por afastar a lembrança das torturas, ali visíveis na pele, desalenta-se ouvindo as sílabas fatais, e a significação delas surge clara: perguntas invariáveis multiplicadas, a exigir denúncias, a teimosia silenciosa do paciente punida com sevícias: golpes de borracha, alicate nas unhas, o fogo do maçarico destruindo carnes. Quando a horrível ordem soou, o rapaz se ergueu aflito, o rosto lívido crispado (*op. cit.*, p. 591-592).

Pode-se assinalar também, em um **sexto** aspecto identificado, a indiferença à opinião pública, muito presente em **Angústia** no momento em que Luís da Silva avalia a reação da sociedade caso cometesse assassinato de Julião Tavares. O crime, de fato, ocorre.

Medo da opinião pública? Não existe opinião pública. O leitor de jornais admite uma chusma de opiniões desencontradas, assevera isto, assevera aquilo, atrapalha-se e não sabe pra que banda vai. [...] (RAMOS, **Angústia**, [1936] 2013, p. 163).

Não há opinião pública: há pedaços de opinião, contraditórios. Uns deles estariam do meu lado se eu matasse Julião Tavares, outros estariam contra mim. No júri metade dos juizes de fato lançaria na urna a bola branca, metade lançaria a bola preta. Qualquer ato que eu praticasse agitaria esses retalhos de opinião. Inútil esperar unanimidade. Um crime, uma ação boa, dá tudo no mesmo. Afinal já nem sabemos o que é bom e o que é ruim, tão embotados vivemos. Eu não podia temer opinião pública [...] (*op. cit.*, p. 164).

Em um **sétimo** ponto observado ao longo da leitura é a obsessão do autor com limpeza. **Angústia** e **Memórias do Cárcere** demonstram essa preocupação em relação ao aspecto físico, principalmente referindo-se à profilaxia e asseio das mãos e do corpo. O desejo e a busca pela água são frequentes nas duas obras. No romance **Angústia**, o fato de ser condenado não incomoda tanto o protagonista quanto a falta de higiene que poderia encontrar na prisão:

A vida na prisão não seria pior que a que eu tinha. Realmente as portas ali são pretas e sujas, as grades de ferro são pretas e sujas, os móveis são pretos e sujos. É o que me amedronta. Aquele bolor, aquele cheiro e aquela cor horríveis, aquela sombra que transforma as pessoas em sombras, os movimentos vagarosos de almas do outro mundo, apavoravam-me. [...] Mas a vida que levo talvez seja pior. Não tinha medo da cadeia. Se me dessem água para lavar as mãos, acomodar-me-ia lá (*op. cit.*, p. 124).

Obviamente essa aversão à sujeira da prisão também é narrada em **Memórias do Cárcere**. As impressões sobre essa particularidade do autor são descritas tanto pelo viés do desejo de higienização do corpo e das mãos, busca por

banho ou minimamente água limpa, quanto pelo viés descritivo da salubridade dos espaços e circunstâncias de imundices a que foi submetido<sup>28</sup>.

[...] Aquelas pessoas urinavam no chão, a um canto; o mijo corria, alagava tudo, arrastando cascas de frutas, vômitos, outras imundícies. Com as oscilações da infame arapuca, a onda suja não descansava, dificilmente se acharia um lugar enxuto. (RAMOS, **Memórias do Cárcere**, [1953] 2013, p. 186).

Por volta de meio-dia trouxeram-nos caixões com marmittas e o almoço foi distribuído. [...] Espantava-me conseguir uma pessoa mastigar qualquer coisa diante das imundícies que se agitavam e decompunham na vaga de mijo. O fedor horrível, confusão de cheiros com predominância de amoníaco, já não me afligia: habituara-me a ele e envenenava-me sem perceber isto (*op. cit.*, p. 211).

Desejava talvez formar ali um pequeno grupo diverso da canalha suja e mal vestida, sem banho. De fato, não nos lavávamos nem mudávamos a roupa, estávamos imundos, sem dúvida; [...]. Víamos a porcaria nos corpos dos outros, iríamos percebê-la nas almas dos outros, e seria horrível supor que também estivéssemos imundos (*op. cit.*, p. 229).

Enojava-me ter as mãos sujas e não poder lavá-las: o suco da manga colava-me os dedos, a umidade pegajosa me desagradava em excesso. Impossível obter um caneco de água. O meu desejo era descer livrar-me da viscosidade, [...]. (*op. cit.*, p. 258).

[...] provocaram-me a necessidade urgente de banhar-me. Infelizmente era até impossível desejar isso. O meu pijama aderiu ao corpo, fazia-me cócegas repugnantes; andavam-me pruridos na pele, davam-me a sensação de ser agredido por multidões de pulgas (*op. cit.*, p. 278).

A transferência dessa busca pela limpeza é, como anteriormente introduzido, incorporada a toda a obra de Graciliano, não mais no sentido literal, e sim no estilo: busca pela concisão e clareza literária. Segundo o autor:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer (RAMOS, declaração em entrevista de 1948 transcrita na contracapa da 21ª edição de **Linhas Tortas**, 2005).

---

<sup>28</sup> A falta de assepsia do ambiente carcerário é encontrada de forma mais intensa nas descrições das partes I (Viagens) e III (Colônia Correccional), em que Graciliano Ramos foi sujeito a condições desumanas de saneamento.

Percebe-se, em **oitavo** lugar, a valorização da escola e crítica ao ensino no interior do Nordeste. **Vidas Secas** representa a instituição de ensino como símbolo de um futuro melhor para a família de Fabiano e Sinhá Vitória; o ingresso do Menino Mais Velho e do Menino Mais Novo nos estudos indica a quebra do determinismo social a que estão submetidos, livrando-os do destino de retirantes: o acesso à escola é visto como uma forma de ascensão social. Graciliano também acreditava na importância da educação formal como meio de transformação social.

Era bruto, sim senhor, nunca havia aprendido, não sabia explicar-se. Estava preso por isso? Como era? Então mete-se um homem na cadeia porque ele não sabe falar direito? Que mal fazia a brutalidade dele? Vivia trabalhando como um escravo [...]. Tinha culpa de ser bruto? Quem tinha culpa? Se não fosse aquilo... Nem sabia. O fio da ideia cresceu, engrossou – e partiu-se. Difícil pensar. Vivia tão agarrado aos bichos... Nunca vira uma escola. Por isso não conseguia defender-se, botar as coisas nos seus lugares. (RAMOS, **Vidas Secas**, 1938, p. 18).

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando [...]. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles [...]. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era [...]. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias (*op. cit.*, p. 58).

Em **Infância**, o papel de libertador social se perde. A criança da narrativa afirma: “não há prisão pior que uma escola primária do interior” (p. 120). De fato, a crítica se dá em relação à qualidade do ensino e dos professores que, além de insuficientes, voltavam-se preferencialmente para a elite.

Aos nove anos, eu era quase analfabeto. E achava-me inferior aos Mota Lima, nossos vizinhos, muito inferior, construído de maneira diversa. Esses garotos, felizes, para mim eram perfeitos: andavam limpos, riam alto, frequentavam escola decente e possuíam máquinas que rodavam na calçada como trens. Eu vestia roupas ordinárias, usava tamancos, enlameava-me no quintal, engenhando bonecos de barro, falava pouco (RAMOS, **Infância**, [1945] 2013, p. 120).

As duas últimas características de Graciliano listadas aqui compreendem propriedades incorporadas ao seu estilo textual, não estando mais ou menos evidentes em nenhum título específico, mas confirmando-se como atributos inerentes à sua visão de mundo e interpretação da realidade. Conjuntamente a essas duas leituras está a busca pela limpeza da palavra e *secura* da escrita, aprofundada previamente (sétimo item).

Como **nona** particularidade, portanto, ressalta-se o seu comprometimento social por meio do reconhecimento das injustiças sofridas pelas classes

economicamente menos favorecidas. Notoriamente, essa característica está intimamente relacionada às críticas do autor ao capitalismo (primeiro item). Graciliano Ramos retrata as relações humanas nos meios natural e social, descrevendo tensões e conflitos que moldam o indivíduo, sensibilizando-se à dor e ao sofrimento dos excluídos. Regionalista e objetivo, a denúncia social demarca as relações entre classes e indissocia-se do desenvolvimento narrativo. Arrisca-se a afirmação de que **Vidas Secas** é a obra em que essa discussão está mais explícita, contudo, a seleção de trechos que comprovam tal característica requereria a citação de passagens longas ou até capítulos inteiros, pois a questão se dilui no texto.

[...] A leitura de seus livros mostra que, antes de qualquer adesão ao comunismo, já havia na sua sensibilidade a inconformada negação da ordem dominante e certa nostalgia de humanidade depurada, que formam o que foi designado acima como o seu fundamental anarquismo. A adesão representa precisamente aspiração a uma sociedade refeita segundo outras normas, e, portanto, completa de modo coerente a sua negação do mundo, indicando que ela era, na verdade, negação de um determinado mundo - o da burguesia e do capitalismo (CANDIDO, 2012, p. 94).

A **décima** e última característica assinalada nessa leitura abrange o pessimismo do autor. Sempre identificada na produção literária de Graciliano, a desconfiança em relação ao mundo é transparecida nos questionamentos psicossociais de seus personagens. Nota-se que a visão pessimista de Graciliano resulta também das suas experiências pessoais – as surras levadas durante a infância, as dificuldades financeiras enfrentadas ao longo da vida (dívidas), a morte de familiares próximos, os problemas para adequar-se à burocracia, e o encarceramento.

[...] Tal é o dilaceramento do escritor ao lidar com as questões implicadas nesse posicionamento – tanto a ética quanto a estética propriamente dita –, e elas de tal forma intensificam o autoquestionamento da literatura, que é o drama individual do escritor mesmo como personagem, que se representa na ficção, por meio das personagens ou pela mediação do narrador, adquirindo tanto relevo quanto o drama narrado da classe popular. Dizer isso implica reconhecer que não é a tragédia da vida de qualquer das suas personagens que se apodera do primeiro plano de suas narrativas, e sim a tragédia da consciência dilacerada do atraso – a consciência do escritor enquanto sujeito de classe – que preside a produção literária de Graciliano Ramos (BRUNACCI, 2008, p. 47).

Graciliano [...] sempre esteve rachado entre raros impulsos de otimismo e um pessimismo quase que de princípio. Parece que foi essa batalha interior que fez com que ele se concentrasse em maneiras bem particulares de estruturar seus romances e de dialogar com seus personagens, o que demandou todo o tempo que poderia ter gasto tentando emular modernismos (LOPES, 2009).

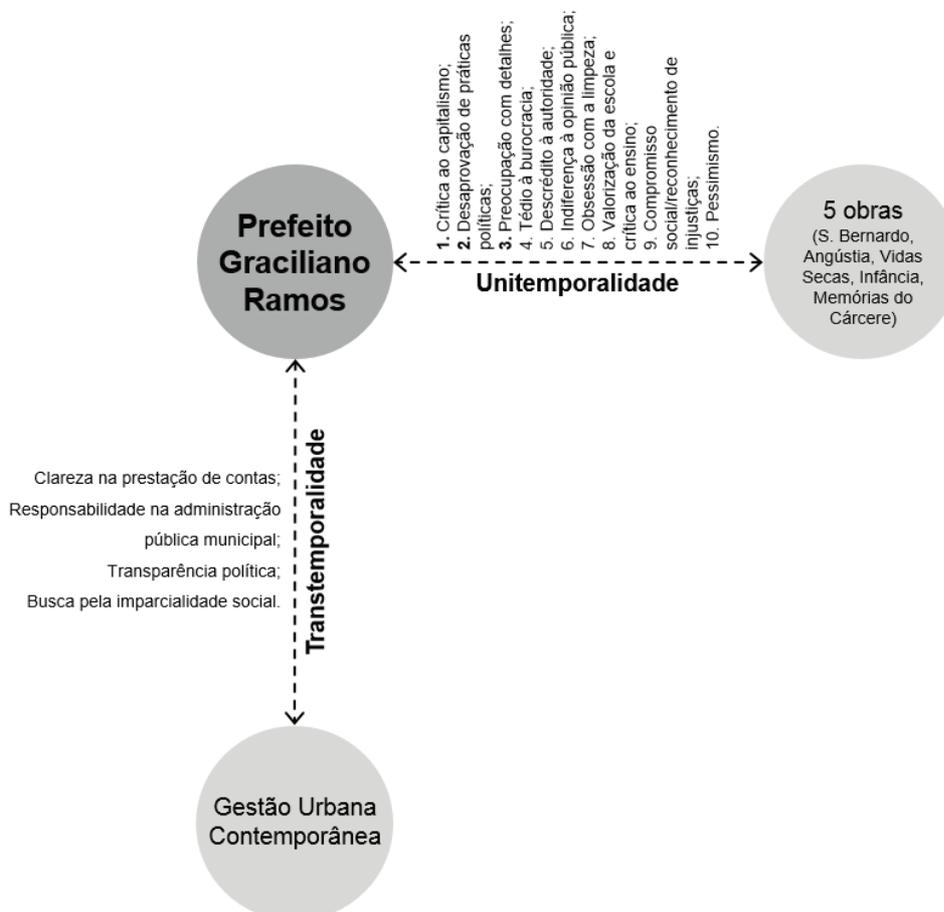
Novamente cita-se **Vidas Secas** como obra que contém algumas das raras linhas de otimismo do autor e que, apesar de todas as dificuldades narradas, faz despontar no último capítulo a esperança de um futuro melhor.

A partir das percepções acerca da produção de Graciliano Ramos, intenta-se no próximo capítulo a aproximação entre esse universo literário e a real atuação do autor como gestor urbano. A identificação de ideias transferidas pauta o resultado das informações coletadas até aqui, permitindo que o estudo chegue às suas considerações finais.

## 5 A CONTEMPORANEIDADE DA GESTÃO DO PREFEITO GRACILIANO

A partir do conteúdo apresentado nesta dissertação, opta-se, mais uma vez, pela divisão dos resultados sobre as transferências de ideias em duas análises (Fig. 25): o primeiro momento (**unitemporal**) estabelece um comparativo entre os aspectos destacados na obra de Graciliano Ramos e que pautam também sua atuação como gestor urbano; o segundo momento (**transtemporal**) relaciona as características das práticas gestoras desse prefeito com os ideais da gestão urbana contemporânea.

Figura 25 - Aspectos transferidos uni e transtemporalmente



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

No que diz respeito aos cinco trabalhos selecionados para esta discussão, as dez características que revelam posicionamentos políticos, ideológicos e sociológicos do próprio autor apresentam-se como marcas do regionalismo e do estilo literário de Graciliano, ressaltando a existência humana associada às relações sociais e políticas, bem como o contexto psicológico dos personagens frente aos seus enquadramentos históricos. O engajamento e a preocupação do autor são revelados, não apenas na representação das complexidades dos espaços urbanos,

mas também na forma de influenciar a (e ser influenciado pela) multiplicidade de discussões e dilemas neles enfrentados.

No que diz respeito aos relatórios municipais, reconhece-se aqui a importância do contexto histórico em que foram elaborados, assim como da dificuldade em estabelecer comparações deles com gestões da mesma época, principalmente devido ao quase inexistente acervo de documentos equivalentes. Ressalta-se também a limitação dessas prestações de contas enviadas por Graciliano ao governador de Alagoas como consequência da falta de padronização no formato dessas informações.

A leitura **unitemporal**, portanto, compreende, dentro dessas limitações, um comparativo entre os dez aspectos identificados na produção literária selecionada de Graciliano com seus relatórios municipais. Destacam-se nesses documentos trechos que confirmam a transferência de ideias de uma tipologia textual para outra (Quadro 6). Corroboram para essa análise materiais sobre o autor cujo conteúdo se relaciona às suas práticas gestoras não só concernente aos dois anos frente à prefeitura de Palmeira dos Índios, mas também da Imprensa Oficial e da Instrução Pública de Alagoas.

Quadro 6 - Transferência unitemporal: entre obra e gestão de Graciliano Ramos

OBRA	GESTÃO (Relatórios)
Crítica ao capitalismo	<p>[...] ataquei as patifarias dos pequeninos senhores feudais, exploradores da canalha; suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte; estimulei as relações entre o produtor e o consumidor (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>Se eu deixasse em paz o proprietário que abre as cercas de um desgraçado agricultor e lhe transforma em pasto a lavoura, devia enforcar-me (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>
Desaprovação de práticas políticas	<p>O principal, o que sem demora iniciei, o de que dependiam todos os outros, segundo creio, foi estabelecer alguma ordem na administração (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Certos indivíduos, não sei por que, imaginam que devem ser consultados; outros se julgam autoridade bastante para dizer aos contribuintes que não paguem impostos. Não me entendi com esses (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Dos administradores que me precederam uns dedicaram-se a obras urbanas; outros, inimigos de inovações, não se dedicaram a nada. Nenhum, creio eu, chegou a trabalhar nos subúrbios [...] (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>O esforço empregado para dar ao Município o necessário é vivamente combatido por alguns pregoeiros de métodos administrativos originais. Em conformidade com eles, deveríamos proceder sempre com a máxima condescendência, não onerar os camaradas, se rigorosos apenas com os pobre-diabos sem proteção, diminuir a receita, reduzir a despesa aos vencimentos dos funcionários, que ninguém vive sem comer, deixar esse luxo de obras públicas à Federação, ao Estado ou, em falta destes, à Divina Providência. Belo programa. Não se faria nada, para não descontentar os amigos: os amigos que pagam, os que administram, o que hão de administrar. Seria ótimo. E existiria por preço baixo uma Prefeitura bode expiatório, magnífico assunto para <i>commérage</i> de lugar pequeno (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>

Preocupação com detalhes	<p>Gastei com obras públicas 2:908\$350, que serviram para construir um muro no edifício da Prefeitura, aumentar e pintar o açougue público, arranjar outro açougue para gado miúdo, reparar as ruas esburacadas, desviar as águas que, em épocas de trovoadas, inundavam a cidade, melhorar o curral do matadouro e comprar ferramentas. Adquiri picaretas, pás, enxadas, martelos, marrões, marretas, carros para aterro, aço para brocas, alavancas etc. Montei uma pequena oficina para consertar os utensílios estragados (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Consertei as estradas de Quebrangulo [...]. Foram reparos sem grande importância e que apenas menciono para que esta exposição não fique incompleta. (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Não pretendo levar ao público a ideia de que os meus empreendimentos tenham vulto. Sei perfeitamente que são miuçalhas. Mas afinal existem. E, comparados a outros ainda menores, demonstram que aqui pelo interior podem tentar-se coisas um pouco diferentes dessas invisíveis sem grande esforço de imaginação ou microscópio (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>
Tédio à burocracia <sup>29</sup>	<p>Não é difícil supor o desconforto do introvertido Graciliano com as exposições em praça pública, ou mesmo seu tédio com as tarefas diárias (MORAES, 2012, p. 40).</p> <p>A Imprensa Oficial estava com os dias contados no horizonte de Graciliano. Além da massacrante rotina burocrática, não tolerava mais o autoritarismo dos interventores [...] (MORAES, 2012, p. 83).</p>
Descrédito à autoridade	<p>Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante de Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com Prefeitos coronéis e Prefeitos inspetores de quartelões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam. [...] Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos. Saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Devo dizer que não pertenço ao banco nem tenho lá interesse de nenhuma espécie. A Prefeitura ganhou: livrou-se de um tesoureiro, que apenas serviria para assinar as folhas e embolsar o ordenado, pois no interior os tesoureiros não fazem outra coisa [...] (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Sei bem que antigamente os agentes municipais eram zarolhos. Quando um infeliz se cansava de mendigar o que lhe pertencia, tomava uma resolução heroica: encomendava-se a Deus e ia à capital. E os Prefeitos achavam razoável que os contraventores fossem punidos pelo Sr. Secretário do Interior, por intermédio da polícia (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>
Indiferença à opinião pública	<p>Durante meses mataram-me o bicho do ouvido com reclamações de toda a ordem contra o abandono em que se deixava a melhor entrada para a cidade. Chegaram lá pedreiros – outras reclamações surgiram, porque as obras irão custar um horror de contos de réis, dizem. Custarão alguns, provavelmente. Não tanto quanto as pirâmides do Egito, contudo. O que a Prefeitura arrecada basta para que nos não resignemos às modestas tarefas de varrer as ruas e matar cachorros (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Há quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anônimas, e adoeça, e se morda por não ver a infalível maroteirazinha, a abençoada canalhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que dela se servem como assunto invariável; há quem não compreenda que um ato administrativo seja isento de lucro pessoal; há até quem pretenda embaraçar-me em coisas tão simples como mandar quebrar as pedras dos caminhos. Fechei os ouvidos, deixei gritarem [...] (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Quando iniciei a rodovia de Sant'Ana, a opinião de alguns munícipes era de que ela não prestava porque estava boa demais. Como se eles não a merecessem. E argumentavam. Se aquilo não era péssimo, com certeza sairia caro, não poderia ser executado pelo Município. Agora mudaram de conversa. Os impostos cresceram, dizem. Ou as obras públicas de Palmeira dos Índios são pagas pelo Estado. Chegarei a convencer-me de que não fui eu que as realizei (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>

<sup>29</sup> O tédio à burocracia está intimamente relacionado à renúncia do cargo de prefeito em 1930 e ao pedido de demissão da diretoria da Imprensa Oficial em 1931, apesar de não haver nenhuma referência direta sobre isso em seus relatórios.

Obsessão com limpeza	<p>Cuidei bastante da limpeza pública. As ruas estão varridas, retirei da cidade o lixo acumulado pelas gerações que por aqui passaram; incinerei monturos imensos, que a Prefeitura não tinha suficientes recursos para remover. Houve lamúrias e reclamações por se haver mexido no cisco preciosamente guardado em fundos de quintais, lamúrias, reclamações e ameaças porque mandei matar algumas centenas de cães vagabundos; lamúrias, reclamações, ameaças, guinchos, berros e coices dos fazendeiros que viram bichos nas praças. [...] Em falta de verba especial, inseri [o Posto de Higiene] entre os dispêndios realizados com a limpeza pública os relativos à profilaxia do Município (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>O estado sanitário é bom. O posto de higiene, instalado em 1928, presta serviços consideráveis à população. Cães, porcos e outros bichos incômodos não tornaram a aparecer nas ruas. A cidade está limpa (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>Canafistula era um chiqueiro. Encontrei lá o ano passado mais de cem porcos misturados com gente. Nunca vi tanto porco. Desapareceram. E a povoação está quase limpa. Tem mercado semanal, estrada de rodagem e uma escola (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>
Valorização da escola e crítica ao ensino no interior do Nordeste	<p>Instituíram-se escolas em três aldeias. Serra da Mandioca, Anum e Canafistula. O Conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica à educação de adultos. Presumo que esses estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância. Escolhidas algumas delas, as escolas entraram a funcionar regularmente, como as outras. Não creio que os alunos aprendam ali grande coisa. Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaques, discutir política e decorar sonetos, passatempos acessíveis a quase todos os roceiros (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>
Compromisso social e reconhecimento de injustiças	<p>As despesas com a cobrança dos impostos montaram a 5:602\$244. Foram altas porque os devedores são cabeçudos. Eu disse ao Conselho, em relatório, que aqui os contribuintes pagam ao Município se querem, quando querem e como querem. Chamei um advogado e tenho seis agentes encarregados da arrecadação, muito penosa. O município é pobre e demasiado grande para a população que tem, reduzida por causa das secas continuadas (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porém, foram da inteligência, que é fraca. Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fizeram falta (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Fiz apenas isto: extingui favores largamente concedidos a pessoa que não precisavam deles e pus termo à extorsões que afligiam os matutos de pequeno valor, ordinariamente raspados, escorchados, esbrugados pelos exatores (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>Encontrei em decadência regiões outrora prósperas; terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o sul do País ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos. E o palmeirense afirmava, convicto, que isto era a princesa do sertão. Uma princesa, vá lá, mas princesa muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavada (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>Esforcei-me por não cometer injustiças (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>As infrações que produziram soma considerável para um orçamento exíguo referem-se a prejuízos individuais e foram denunciadas pelas pessoas ofendidas, de ordinário gente miúda, habituada a sofrer a opressão dos que vão trepando [...] (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>É uma interessante classe de contribuintes, módica em número, mas bastante forte. Pertencem a ela negociantes, proprietários, industriais, agiotas que esfolam o próximo com juro de judeus. Bem comido, bem bebido, o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz, quer estradas, quer higiene. É exigente e resmungão. Como ninguém ignora que se não obtém de graça as coisas exigidas, cada um dos membros desta respeitável classe acha que os impostos devem ser pagos pelos outros (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>

Pessimismo	<p>Não foram muitos [os trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928], que os nossos recursos são exíguos. Assim minguados, entretanto, quase insensíveis ao observador afastado, que desconheça as condições em que o Município se achava, muito me custaram (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Não sei se a administração do Município é boa ou ruim. Talvez pudesse ser pior (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929).</p> <p>Há descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos (RAMOS, <b>Primeiro Relatório</b>, 1929). Infelizmente a nossa pobreza é grande. E ainda que elevemos a receita ao dobro da importância que ela ordinariamente alcançava, e economizemos com avareza, muito nos falta realizar. Está visto que me não preocupei com todas as obras exigidas. Escolhi as mais urgentes (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p> <p>Tenho também a ideia de iniciar a construção de açudes na zona sertaneja. Mas para que semear promessas que não sei se darão frutos? Relatarei com pormenores os planos a que me referia quando eles estiverem executados, se isto acontecer. Ficarei, porém, satisfeito se levar ao fim as obras que encetei. É uma pretensão moderada, realizável. Se não realizar, o prejuízo não será grande. O Município, que esperou dois anos, espera mais um. Mete na Prefeitura um sujeito hábil e vinga-se dizendo de mim cobras e lagartos (RAMOS, <b>Segundo Relatório</b>, 1930).</p>
------------	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A partir desse confronto de informações entre livros e relatórios, observa-se, com efeito, a transferência no âmbito da unitemporalidade. Tal convergência de dá não apenas pelo questionamento dos problemas políticos e administrativos no meio urbano, como também por apontamentos e discussões que visam solucioná-los. É possível, dessa forma, estabelecer premissas que orientaram a atuação do autor/gestor na administração municipal: a clareza na prestação de contas, a responsabilidade na administração pública municipal, a transparência política e a busca pela imparcialidade social.

O escritor alagoano confirmou a austeridade de sua administração no uso dos recursos públicos em seus relatórios, aparentando grande uniformidade e coerência na conduta como cidadão e prefeito. Desde seu primeiro relatório, as críticas às posturas coronelistas e ao uso inadequado do dinheiro público são feitas por meio de ironias:

Porque se derrubou a Bastilha – um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua – um telegrama; porque o deputado federal esticou as canelas – um telegrama. Dispêndio inútil. Toda a gente sabe que isto por aqui vai bem, que o deputado morreu, que nós choramos e que em 1559 D. Pero Sardinha foi comido pelos caetés (RAMOS, **Primeiro Relatório**, 1929).

Outro aspecto que pode ser aprofundado nesse contexto comparativo é a obsessão pela limpeza que Graciliano Ramos transfere à sua gestão, não apenas alusiva ao espaço físico do município – preocupando-se em eliminar animais das ruas da cidade –, mas também à limpidez na prestação de contas:

As rugas franziram-lhe a testa ao examinar o balancete financeiro de seu antecessor: apenas 105 mil-réis em caixa. Era preciso pôr ordem na casa. Ele instruiu os fiscais a cobrar os impostos com rigor. As dívidas atrasadas teriam de ser pagas imediatamente, sob pena de execução judicial. E as isenções fiscais, que beneficiavam grandes proprietários, comerciantes abastados e chefes políticos, perderam validade (MORAES, 2012, p. 64).

Sobre a sua preocupação com detalhes e miudezas em seus cargos administrativos, pode-se citar, quando prefeito, a elaboração do Código de Posturas Municipal – algo significativamente complexo para um município de volume demográfico reduzido como o de Palmeira dos Índios à sua época; quando diretor da Instrução Pública, uma inspeção surpresa numa das escolas de Maceió ordenando a compra de sapatos para todos os alunos para que pudessem frequentar às aulas, importando-se ainda com a aquisição de mobiliário adequado para que todas as crianças fossem atendidas.

De fato, a notabilidade de Graciliano Ramos como gestor urbano se dá por duas razões principais: 1) sua transparência administrativa que, apesar da precariedade contábil, indica a distribuição dos recursos municipais de acordo com prioridades circunstanciais; 2) sua coragem para enfrentar os “inúmeros prefeitos”, esforçando-se para auxiliar classes mais pobres e não satisfazendo apenas os que possuem mais recursos, ou seja, a imparcialidade de uma gestão menos patriarcal. Novamente, cita-se o capítulo “Contas” de **Vidas Secas** como exemplo dessa segunda característica, em que Graciliano parece traduzir a preocupação dos seus relatórios em uma narrativa sobre a realidade urbana em que esteve inserido.

No segundo momento, pode-se observar a **transtemporalidade** dessa gestão do prefeito do final da década de 1920 com a gestão urbana contemporânea. A partir dos cinco preceitos estabelecidos pelo modelo atual de gestão – descentralização administrativa, probidade administrativa, maior participação social, adoção de práticas inclusivas e preocupação ambiental – confirma-se, por meio do conteúdo estudado nessa dissertação, que, na atuação de Graciliano Ramos quando prefeito no interior de Alagoas, apenas aspectos ligados à transparência administrativa são validados.

Ao compreender o processo evolutivo da gestão urbana brasileira, percebe-se o aumento de complexidades ao longo das décadas. Destaca-se que em 1928 e 1929, anos em que o alagoano Graciliano Ramos estava à frente da prefeitura de Palmeira dos Índios, a realidade urbana no país era voltada ao planejamento dos espaços por meio da ampliação de vias, implementação de infraestruturas e

saneamento. O escritor/gestor não se afasta dessa realidade; suas medidas compreendiam a higienização do espaço urbano adequando-a ao orçamento municipal.

Nas décadas seguintes as cidades enfrentaram grandes mudanças estruturais, abrangendo cada vez mais questões de ordem econômica, social e política; os órgãos governamentais substituíram conhecimentos monodisciplinares por multidisciplinares. A partir da década de 1970 até o período contemporâneo, as mudanças de paradigma foram velozes e as responsabilidades da gestão urbana se tornaram cada vez mais definidas, agregando questões administrativas, dinâmicas demográficas, espaciais, ambientais (ecológicas), sociais e orçamentárias.

Reforça-se, dessa forma, que na transferência da realidade de Graciliano Ramos para a contemporaneidade deve se considerar que, por assumir o papel de um gestor público de 1920/1930, ideais atuais da administração não vigoravam, inviabilizando a avaliação direta de sua práxis. Os princípios estabelecidos na gestão urbana contemporânea, cada vez mais abrangentes, se distanciam em complexidade da realidade do século XX. Pode-se, contudo, identificar as similaridades e divergências nessas priorizações da gestão brasileira atual.

As divergências destacam-se nos âmbitos: 1) da centralização administrativa, justificada no contexto da República Velha; 2) da participação democrática, em que o uso da primeira pessoa nos relatórios demonstra que as decisões gerenciais e as escolhas das prioridades municipais eram tomadas a partir de um ponto de vista pessoal; e 3) da preocupação ambiental, na qual a prática de eliminar animais soltos nas ruas, mesmo que sob a justificativa do saneamento urbano, tona-se uma medida altamente questionável e até impraticável quando levadas em consideração as atuais leis de direitos dos animais. As coincidências, por outro lado, acentuam-se em dois aspectos de ordem socioadministrativa: 1) da probidade administrativa, legado deixado pelos dois relatórios municipais, em que a transparência fiscal se apresenta antes mesmo de ser pré-requisito da administração pública; e 2) da adoção de práticas inclusivas, nas quais priorizam-se as questões voltadas à melhoria da vida da população de baixa renda.

Nota-se que essas duas características apontadas sobre a gestão de Graciano Ramos são transferidas e apropriadas sem reflexão pela gestão contemporânea, já que, apesar de estarem presentes nos relatórios, envolvem

ressalvas quanto à profundidade das informações disponibilizadas e ao contexto temporal em que estavam inseridas.

A quase totalidade do material analisado e que faz referência a Graciliano Ramos como modelo de gestão pública é condescendente a expressões que hoje jamais seriam adotadas, seja como deferência ao acordado valor literário do prefeito, o que dificulta a crítica, seja como permissão a um discurso aceito para sua época (ULTRAMARI; PROCOPIUCK, 2014, inédito).

Constata-se, portanto, que a gestão do prefeito Graciliano Ramos é transferida com restrições para a gestão urbana contemporânea, sendo generalista a afirmação de que os dois anos de atuação no poder executivo municipal no interior de Alagoas fizeram do autor um modelo irrefutável para a gestão atual. Apesar da validação de dois dos critérios apontados, ao periodizar a gestão urbana brasileira e compreender o contexto em que o gestor estava inserido, percebe-se a necessidade de aprofundar o diálogo temporal entre duas realidades urbanas tão distintas.

É importante ressaltar que a prática da transparência na prestação de contas como a executada por Graciliano é um exemplo do que é apontado nos dias de hoje, pela LRF e pela Lei da Transparência, como ideal de planejamento contábil; contudo, a disposição desses conteúdos não significa necessariamente que estejam sendo, de fato, cumpridos. À época de Graciliano e contemporaneamente, persistem os casos de corrupção; a diferença entre os períodos está no processo participativo da sociedade, que hoje, respaldada normativamente, pode monitorar seus representantes de forma mais incisiva, cobrando e criticando quando necessário.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de periodização da gestão urbana brasileira que visa compreender as continuidades e as impermanências de ações e prioridades administrativas ao longo dos anos leva à discussão sobre a transferência cronológica das ideias urbanas. Ao problematizar as cidades brasileiras, vêm à tona debates acerca do gerenciamento de recursos públicos, da linearidade da administração pública, do respeito ao meio ambiente e dos processos sociais participativos.

Essas prioridades de gestão, desenvolvidas e agregadas à urbanização ao longo do processo evolutivo das cidades, permitem que seja elaborado um comparativo entre as realidades passada e presente. Tomando Graciliano Ramos – detentor de cargos públicos entre as décadas de 1920 e 1930 – como retrato do cenário brasileiro do séc. XX, verifica-se a validação da apologia ao autor na gestão contemporânea.

Na busca pelo debate sobre a contemporaneidade da gestão do prefeito Graciliano à luz dos preceitos da cidade contemporânea ideal, valeu-se, ao longo desse estudo, dos seguintes objetivos específicos: identificar relações entre o discurso e a prática do gestor Graciliano Ramos, analisando tanto relatórios oficiais quanto obras literárias selecionadas; debater a atuação de Graciliano Ramos segundo parâmetros contemporâneos, indicando e localizando no processo evolutivo da gestão urbana brasileira os princípios que vigoravam à época e os que foram incorporados atualmente; e, debater a “mitificação” de Graciliano Ramos como exemplo de gestor urbano, respeitando as mudanças analíticas temporais dos ideais que se teve e se tem para as cidades brasileiras.

Podem ser citadas como conclusões significativas desta dissertação os seguintes aspectos:

- a) Os dois relatórios administrativos do prefeito Graciliano Ramos possuem qualidade estilística que os distinguem de documentos similares de sua própria época e da atualidade. Sob a perspectiva da administração contemporânea, os textos de prestação de contas não se adequam ao formato, ao conteúdo e ao posicionamento esperado para o gênero. O tecnicismo adotado pelo padrão atual é substituído – principalmente devido à falta de modelo estipulado à época em que foram elaborados –

pelo personalismo e individualidade do gerenciamento, em que prioridades e práticas adotadas destoam do que seria aceito pelos cânones contemporâneos;

- b) Graciliano, gestor do início do sec. XX, deve ser avaliado como tal, entretanto, sua constante referência para a gestão municipal contemporânea, revela inconsistências. É possível afirmar que o escritor não estava errado em sua atuação, porém são frágeis os modelos contemporâneos construídos a partir de sua gestão, ou seja, deve-se questionar seu uso como parâmetro para uma boa administração contemporânea;
- c) A falta de interesse do autor na sua carreira política é demonstrada na insatisfação em ocupar o cargo de prefeito – a ponto de não participar da campanha, nem fazer promessas durante o período eleitoral –, culminando na renúncia ao cargo na metade do mandato; conseqüentemente, a despreocupação do autor-gestor quanto sua popularidade é incompatível com o cargo ocupado por ele. Levando em consideração que um político depende de sua aceitação popular para ser eleito/reeleito, decisões polêmicas e intransigentes, nem sempre necessárias – como algumas das adotadas por Graciliano – poderiam, se trazidas para os dias de hoje, resultar no fracasso político. Para escritor, a falta de estratégia administrativa resultou em hostilidade política, ameaças pessoais e críticas severas por parte da população, sendo, entretanto, relativamente justificado por seu desinteresse em crescer na vida política;
- d) Graciliano se aproxima dos administradores atuais por estabelecer metas e propostas a curto e longo prazo, investindo em questões estruturais e mais lentas e complexas (como a aprovação do Código de Posturas Municipal), mas também em aspectos emergenciais e tradicionais (implementação de infraestruturas, serviços de saúde e escolas);
- e) A permanência da imagem de “bom gestor” identificada nesse autor não se comprova plenamente. Se por um lado, se destaca na busca pela equidade social e pela probidade administrativa; por outro, não cumpre os pressupostos contemporâneos de valorização ambiental, inclusão social e descentralização administrativa. A essas práticas, de difícil julgamento por pertencerem ao distante contexto histórico de GR, cabem a crítica pela

falta de comportamento visionário;

- f) A vida política de Graciliano Ramos rendeu: a ele, a disseminação de suas obras, e ao mundo, a satisfação pela leitura de obras de singular qualidade literária.

De modo geral, portanto, há uma transferência generalista entre a atuação de Graciliano e o padrão de gestão pública idealizado. A crítica superficial não avalia os resultados obtidos pelo autor/gestor a partir das demandas da sociedade urbana contemporânea. A “desatualização” da análise resulta na “mitificação” da administração do prefeito apenas por sua qualidade como escritor. A construção deste mito mantém relação com a fama conquistada pelo autor com suas obras literárias, não sendo aplicadas aos específicos de seus feitos, mas à suposta lisura de sua postura e seriedade com a coisa pública. Neste sentido, a indicação de Graciliano Ramos como mito nos dias de hoje não faz menção aos seus atos, ou críticas à sua atuação, mas apenas à imagem idealizada do “grande administrador”.

No que tange o modelo de probidade administrativa relacionado ao prefeito aqui analisado, cita-se, no Brasil, a criação da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), reforçada pela Lei Complementar 131/09 (Lei da Transparência nas Finanças Públicas), em que os governos – a partir de 2013, inclusive de municípios com menos de 50 mil habitantes – são obrigados à prestar conta do planejamento, execução e controle de suas despesas por meio de relatórios detalhados, disponibilizados na internet.

Os avanços tecnológicos para a disponibilização desses documentos são apenas um dos aspectos que sofreram grandes mudanças quando se compara a década de 1930 com o período atual. O desenvolvimento socioeconômico das cidades envolve também progressos institucionais, legais, tecnológicos e organizacionais significativos que facilitariam a empreitada política de Graciliano Ramos – ressalta-se o aperfeiçoamento dos conceitos democráticos, republicanos e de cidadania, que asseguram direitos sociais e deveres municipais.

Reconhece-se que a conservação do material de caráter administrativo do prefeito Graciliano Ramos se deve à sua reputação como escritor, sendo que, como nos casos de outros municípios do interior do sertão à mesma época, na inexistência de tal circunstância, dificilmente os mesmos documentos teriam sido preservados.

Ponderações pertinentes a respeito dos dados levantados e conhecimentos produzidos durante esta pesquisa salientam o caráter teórico, documental e

bibliográfico da mesma, não limitando a investigação. Ao contrário, são proporcionadas aqui diversas ramificações de estudo relacionadas às contribuições que se consolidaram ao longo do processo. Destacam-se as possibilidades de interpretações frente aos relatórios de Graciliano Ramos e suas produções não oficiais (livros, contos, cartas, histórias, entrevistas etc), bem como esses materiais diante do processo evolutivo da gestão urbana brasileira. A busca mais aprofundada por outros relatórios da mesma realidade da então Palmeira dos Índios do final dos anos 1920, também pode ser considerada como possível expansão deste estudo. Pode-se ainda levantar relatórios do mesmo município em períodos diferentes (anteriores e/ou posteriores à gestão de Graciliano Ramos) visando construir uma leitura diacrônica da evolução local.

Por fim, espera-se que esse trabalho contribua para o debate de temas recorrentes no espaço urbano que, ultrapassando as leituras técnicas, acadêmicas e políticas, despertem o interesse e a participação social na avaliação de seus representantes municipais, estaduais e federais.

## REFERÊNCIAS

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. **Graciliano Ramos**: cidadão e artista. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

AGUIAR, Moisés de. Apresentação. In: RAMOS, Graciliano. **Relatórios de Graciliano Ramos publicados no Diário Oficial**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, p. 9-10, 2013.

ARRAES, Danielle de Campos Gaspar. Linguagem, Poder & Educação: Vidas Secas de Graciliano Ramos e o Estado Novo de Getúlio Vargas. Revista Litteris, n.8, p. 49-64, set. 2011.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, p. 277-326, 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Síntese dos padrões monetários brasileiros. Museu de Valores do Banco Central do Brasil. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/S%C3%ADntesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BASSO, Jorge Garcia. **O artesanão da palavra**: Graciliano Ramos, literatura, educação e resistência. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=10656](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10656)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BATISTA, Eloisy Oliveira. Histórias esquecidas - um estudo sobre as obras: Memória do Cárcere e Cemitérios dos Vivos. Publicações de Alunos de Graduação e Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, Campinas, v. sem, 2005. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/h00003.htm>> Acesso em: 31 mai. 2015.

BOSSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 18.943, de 19 de outubro de 1929. Autoriza a transferência Companhia Porto e Melhoramentos de Cabo Frio do aleirado celebrado com o Dr. Miguel Conto Filho, para a construção de um porto na "Praia do Forno", no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de outubro de 1929. Seção 1, p. 44. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2140537/pg-44-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-10-1929>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)>.  
Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm)>.  
Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>.  
Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)>.  
Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>.  
Acesso em: 01 out. 2015

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: Senado Federal, 2000. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. (2001) Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Ata n. 8. Sessão Ordinária. Brasília: TCU, Secretaria Geral das Sessões, 23 de março de 2003. Disponível em:  
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/1/2047134.PDF>>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Ata n. 41. Sessão Ordinária. Brasília: TCU, Secretaria Geral das Sessões, 19 de outubro de 2005. Disponível em:  
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/1/2048852.PDF>>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Ata n. 36. Sessão Extraordinária. Brasília: TCU, Secretaria Geral das Sessões, 05 de setembro de 2006. Disponível em:  
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/1/2048782.PDF>>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Lei da Transparência. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: <[http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/Lei\\_Complementar\\_n\\_131\\_2009.pdf](http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/Lei_Complementar_n_131_2009.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Ata n. 4. Sessão Ordinária. Brasília: TCU, Secretaria Geral das Sessões, 15 de fevereiro de 2011. Disponível em: <[http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/CONSES/TCU\\_ATA\\_1\\_N\\_2011\\_4.pdf](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/CONSES/TCU_ATA_1_N_2011_4.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Ata n. 39. Pedidos de Reexame. Processo 011.188/2007-0. Brasília: TCU, Secretaria Geral das Sessões, 2012. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight>>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRUNACCI, Maria Izabel. **Graciliano Ramos, um escritor personagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e Confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.

\_\_\_\_\_. **Iniciação à literatura brasileira**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COELHO, Willy Carvalho. Ilegitimidade como forma: uma interpretação de Angústia, de Graciliano Ramos. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, Lídia Maria de Oliveira Jordão Rocha da. A evolução da autonomia municipal no constitucionalismo brasileiro. Revista Jurídica do Uniaraxá, v.9, n.8, p. 13-24, 2005. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/juridica/article/view/244/22>>. Acesso em: 02 out. 2015.

DA SILVA, Luís Octávio. História urbana: uma área de conhecimento. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis : EDUFSC, n.29, p.35-56, abr. de 2001.

DENIS, Benoît. **Literatura e Engajamento: de Pascal a Sartre**. São Paulo: EDUSC, 2002.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. **Who learns what from whom? A Review of the policy transfer literature**. *Political Studies*, p.343-357, 1996.

\_\_\_\_\_. **Learning from abroad, the role of policy transfer in contemporary policy making**. London: Governance, v. 13, n. 1, p. 5-24, 2000.

EIGENHEER, Emílio Maciel. Lixo: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lixoeeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

FELDMAN, Sarah. Avanços e limites na historiografia da Legislação Urbanística no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, Brasil, v. 4, p. 33-48, 2001. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/55/39>>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Mutações na centralidade da metrópole paulistana: da centralidade hierarquizada à centralidade difusa e polivalente. *XIIV Seminário Internacional Taller. Mendoza*, 2010. Disponível em: <[http://institutocifot.com/seminario\\_rii/pdfs/grupo4/04.11-Feldman.pdf](http://institutocifot.com/seminario_rii/pdfs/grupo4/04.11-Feldman.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Entre o Regional e o Metropolitano: Pensamento Urbanístico e Metrópole no Brasil na Década de 1950. *Revista USP*, v. 134, p. 13-22, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/97624>>. Acesso em: 17 set. 2015.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A agenda de gestão das capitais na década de 1990: os casos de Recife e Salvador. *Perspectivas*, São Paulo, v. 27, p. 83-107, 2005. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/23/16>>. Acesso em: 02 out. 2015.

FERNANDES, Maria Cristina. Relatórios de Graciliano fazem falta em Alagoas. Publicado em 01 de abril de 2013. *Jornal Valor Econômico*. Disponível em: <<http://graciliano.com.br/site/2013/04/relatorios-de-graciliano-fazem-falta-em-alagoas/>>. Acesso em 11 mai. 2015.

FREITAS, Guilherme. Faces de Graciliano. *O Globo. Cultura*, 20 out. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/10/20/faces-de-graciliano-ramos-471136.asp>>. Acesso em: 03 out. 2015.

GALANTE, Camylla. Formas narrativas de teor autobiográfico? A criação do mito do escritor em “Rumo a Damasco”, “O Sonho” e “A Grande Estrada”. *Darandina Revisteletrônica. Programa de Pós-Graduação em Letras/UFJF, Juiz de Fora*, v.6, n.1, 2013. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo\\_camylla.pdf](http://www.ufjf.br/darandina/files/2013/08/artigo_camylla.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

GARCIA, Erica de Lima Melo. A experiência da infância em Graciliano Ramos. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-8CZPKK/aexperi\\_nciadainf\\_ncaiemgracilianoramos.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-8CZPKK/aexperi_nciadainf_ncaiemgracilianoramos.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIMENEZ, Erwin Torralbo. Graciliano Ramos, uma poética da insignificância. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 231-250, 2009.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000300028&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300028&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 ago. 2015.

GOMES, Renato Cordeiro. **Cartografias urbanas**: representações da cidade na literatura. Revista SemeaR 1. Rio de Janeiro, nov. 1997. Disponível em: <[http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/1Sem\\_12.html](http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/1Sem_12.html)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

GOMES, Valeska Limeira Azevedo. Angústia: uma leitura a partir das memórias de Graciliano Ramos. In: XIX Semana de Humanidades. Anais. GT12, UFRN, 4 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT12/Artigo%20Semana%20de%20Humanidades%20-%20Angustia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GONÇALVES, Rogério Gustavo. Dialogismo e ironia em São Bernardo, de Graciliano Ramos. São Paulo: Editora Unesp, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/113710/ISBN9788539303571.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 set. 2015.

HOWLETT, Peter; MORGAN, Mary S. (Ed.). **How well do facts travel? The dissemination of reliable knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 136-166, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, p. 20-39, 1999.

LOPES, Daniel. De como Graciliano se agigantou diante de seus pares. Teresina: Amálgama, 19 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://graciliano.com.br/site/2009/10/de-como-graciliano-se-agigantou-diante-de-seus-pares/>>. Acesso em: 18 out. 2015.

LOPES, Marcus. O escritor gestor. Gestor: A revista da administração pública, São Paulo, ano 4, n. 28, p. 112 - 116, 2013. Disponível em: <[http://www.revistagestor.com.br/edicoes/revista\\_ed\\_28/index.html#/112/zoomed](http://www.revistagestor.com.br/edicoes/revista_ed_28/index.html#/112/zoomed)>. Acesso em: 23 set. 2015.

LUCAS, Fabio. **Vanguarda, história e ideologia da literatura**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo, Contexto, p. 11-26, 2006.

MARINHO, Maria Celina Novaes. **A imagem da linguagem na obra de Graciliano Ramos**: uma análise da heterogeneidade discursiva nos romances *Angústia* e *Vidas Secas*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2000.

MEDEIROS, Joselaine Brondani. Memórias do Cárcere: uma possibilidade de releitura da história. *Literatura e Autoritarismo: opressão e resistência na produção cultural*, UFSM, n. 5, jan/jun 2005. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num5/ass04/pag01.html>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

MEIRELLES, Hely L. *Direito Municipal Brasileiro, Malheiros*: São Paulo. 8 ed. 1996

MELLO, Marisa. Breve história da consagração literária de Graciliano Ramos: a recepção de *Vidas Secas*. *Revista Língua & Literatura*, v. 14, n. 22, p. 1-250. Ago. 2012. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/319/732>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

MELO, Marcus André. B. C. de (1993) *O Estado, o boom do século e a crise da habitação: Rio de Janeiro e Recife (1937-1946)*. SHCU - Seminários de História da Cidade e do Urbanismo. v. 2, n. 1, p.147-157, 1993. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/332>> Acesso em: 01 out. 2015.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 111, p. 09-18, 2006.

MORAES, Denis de. **O Velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. Graciliano, prefeito revolucionário. *Blog da Boitempo*, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/10/31/graciliano-prefeito-revolucionario/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

NEITZEL, Adair de Aguiar. *O jogo das construções hipertextuais: Cortázar, Calvino e Tristessa*. 2002. 322 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82751>>. Acesso em: 02 set. 2015.

OLIVEIRA, Irenísia Torres de. A 70 anos de *Angústia*, de Graciliano Ramos: visões da crítica. *Rev. de Letras UFC*, n. 28, vol 1/2, p. 138-143, jan/dez 2006. Disponível em: <<http://www.revistadeletras.ufc.br/rl28Art23.pdf>>. Acesso em 10 jun 2015.

ORTEGA Y GASSET, José. ***Meditaciones del Quijote. Publicaciones e la Residencia de Estudiantes***. Madri, 1914.

PINTO, Elias Ribeiro. Um prefeito exemplar. **Diário do Pará**, Pará, p. 8, 4 ago. 2013. Disponível em: <<http://graciliano.com.br/site/2013/08/um-prefeito-exemplar/>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

PMPI, Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Dados do site oficial da prefeitura de Palmeira dos Índios. 2014. Disponível em:  
<<http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

PROSA. Graciliano Ramos, o político: ordem na literatura e na administração. **O Globo**, 29 jun. 2013. Disponível em:  
<<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/06/29/graciliano-ramos-politico-ordem-na-literatura-na-administracao-501614.asp>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

RAMOS, Clara. Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Graciliano [1936]. **Angústia**. E-book. Rio de Janeiro: Record, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cartas**. Rio de Janeiro: Record, 6ª edição, 1986.

\_\_\_\_\_. [1945]. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 38ª edição, 2013.

\_\_\_\_\_. [1953]. **Memórias do Cárcere**. E-book. Rio de Janeiro: Record, 2013.

\_\_\_\_\_. Relatório do prefeito Graciliano Ramos ao Governo do Estado de Alagoas, 1928. Domínio público. Disponível em  
<http://culturaeviajem.wordpress.com/2013/03/08/relatorios-de-graciliano-ramos-uma-obra-prima-da-literatura-e-uma-contribuicao-inestimavel-a-gestao-publica/> Acesso em 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Relatório do prefeito Graciliano Ramos ao Governo do Estado de Alagoas, 1929. Domínio público. Disponível em  
<http://culturaeviajem.wordpress.com/2013/03/08/relatorios-de-graciliano-ramos-uma-obra-prima-da-literatura-e-uma-contribuicao-inestimavel-a-gestao-publica/> Acesso em 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Relatórios. In: Mário Hélio Gomes de Lima (org.). **Relatórios / Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1944.

\_\_\_\_\_. [1934]. **S. Bernardo**. 84ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2007.

\_\_\_\_\_. [1938]. **Vidas Secas**. E-book. Editora MOR, s.d.

\_\_\_\_\_. **Linhas tortas**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo, Contexto, p. 115-138, 2006.

SANDES, Noé Freire. Graciliano Ramos e a história da República. Revista UFG, Goiânia, ano XII, n. 11, p. 93- 97, dez. 2011. Disponível em:

<[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/dezembro2011/arquivos\\_pdf/artigos\\_graciliano.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/artigos_graciliano.pdf)>. Acesso em 24 ago. 2015.

SANTOS, Milton. Tendências da urbanização brasileira no fim de século XX. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Romualdo Anselmo dos. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o desenvolvimento do Capital Social. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Instituto de Contas e Capacitação Ministro Plácido Castelo. Revista Controle. v. vii, n. 1, p. 31-40, 2009. Disponível em: <<http://www.tce.ce.gov.br/component/jdownloads/finish/201-revista-controle-volume-vii-n-1-abril-de-2009/969-artigo-2-a-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-o-desenvolvimento-do-capital-social?Itemid=592>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SANTOS, Vilson Ribeiro. O homem e sua circunstância: introdução à filosofia de Ortega Y Gasset. Revista Eletrônica FUNREI Metavnoia, São João del Rei, n. 1, p. 61-64, jul. 1998/1999. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/numero1/vilson6.pdf>>. Acesso: 05 jun. 2015.

SARTRE, Jean-Paul [1948]. **Que é literatura?** 3ª ed. São Paulo: Ática, p. 9-33, 2004.

SCAZZIERI, Roberto; SIMILI, Raffaella. *Preface and Acknowledgments*. In: SCAZZIERI, R.; SIMILI, R. (eds.). **The Migration Of Ideas**. *Science History Publications/ USA*: Watson Publishing International LLC, p. vii – ix, 2008.

SCOTTI, Sérgio. O estilo como escrita em si e o objeto a em Flaubert. *Communication présentée au IIIe colloque international Psychanalyse et Écriture, Université Paris 13*. Nov. 2010. Disponível em: <<http://flaubert.univ-rouen.fr/article.php?id=17>> Acesso em: 05 jun. 2015.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

STONE, Diane. **Learning lessons, policy transfer and the international diffusion of policy ideas**. *London: Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation*, fev, p. 1-43, 2000.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Imagens Urbanas da cena escrita: Machado de Assis e Lima Barreto: um Rio de Janeiro escrito a quatro mãos. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 5, n. 1, ano V, p. 1-16, 2008. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/vol14JNincia.php>> Acesso em: 23 mai. 2015.

TORRES, Alfredo Werney Lima. As Teias de sentido de Graciliano: uma análise semiótica de São Bernardo. *Revista dEsEnrEdoS*, ano IV, n. 15. Teresina, out./nov./dez. 2012. Disponível em:

<<http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/15-art-AlfredoSaoBernardo.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo, Empresa das Artes, 1996.

ULTRAMARI, Clovis. Significados do Urbanismo. PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v.1 (1990- ), semestral, v. 16, n. 25, p. 166- 184, jun. 2009.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. Editorial: seção especial. urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 171-173, dez 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-33692012000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692012000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Migração das ideias urbanas no mundo lusófono Parte 2. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana [online], n. 5 (janeiro – junho), p. 13-14, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193128451002>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

ULTRAMARI, Clovis; FIRKOWSKI, Olga. Sobre mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira. Revista Mercator, v.11, n.24, p. 73-88, 2012.

ULTRAMARI, Clovis; JAZAR, Manoela Massuchetto. Literatura e Cidade: campo interdisciplinar e vazios investigativos. Curitiba, 2015. Trabalho inédito.

ULTRAMARI, Clovis; PROCOPIUCK, Mario. Prefeito Graciliano Ramos pelo olhar da gestão urbana contemporânea. Curitiba, 2014. Trabalho inédito.

ULTRAMARI, C; REZENDE, D. Mudanças e Continuidades na Gestão Urbana Brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.19-28, jul./dez. 2006.

VIANNA, Lucia Helena. **Roteiro de leitura**. São Bernardo: Graciliano Ramos. Editora Ática. São Paulo, 1997.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, p. 169-243, 1999.

## **ANEXO A – RELATÓRIO DO PREFEITO GRACILIANO RAMOS AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, 1928**

Exmo. Sr. Governador:

Trago a V. Exa. um resumo dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Palmeira dos Índios em 1928.

Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos. Assim minguados, entretanto, quase insensíveis ao observador afastado, que desconheça as condições em que o Município se achava, muito me custaram.

### **COMEÇOS**

O PRINCIPAL, o que sem demora iniciei, o de que dependiam todos os outros, segundo creio, foi estabelecer alguma ordem na administração.

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante de Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com Prefeitos coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam.

Para que tal anomalia desaparecesse, lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da Prefeitura e fora dela – dentro, uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bÍlis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro.

Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos. Saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles.

Não sei se a administração do Município é boa ou ruim. Talvez pudesse ser pior.

### **RECEITA E DESPESA**

A receita, orçada em 50:000\$000, subiu, apesar de o ano ter sido péssimo, a 71:649\$290, que não foram sempre bem aplicados por dois motivos: porque não me gabo de empregar dinheiro com inteligência e porque fiz despesas que não faria se elas não estivessem determinadas no orçamento.

## PODER LEGISLATIVO

Dispendi com o poder legislativo 1:616\$484 – pagamento a dois secretários, um que trabalha, outro aposentado, telegramas, papel, selos.

## ILUMINAÇÃO

A iluminação da cidade custou 8:921\$800. Se é muito, a culpa não é minha: é de quem fez o contrato com a empresa fornecedora de luz.

## OBRAS PÚBLICAS

Gastei com obras públicas 2:908\$350, que serviram para construir um muro no edifício da Prefeitura, aumentar e pintar o açougue público, arranjar outro açougue para gado miúdo, reparar as ruas esburacadas, desviar as águas que, em épocas de trovoadas, inundavam a cidade, melhorar o curral do matadouro e comprar ferramentas. Adquiri picaretas, pás, enxadas, martelos, marrões, marretas, carros para aterro, aço para brocas, alavancas etc. Montei uma pequena oficina para consertar os utensílios estragados.

## EVENTUAIS

Houve 1:069\$700 de despesas eventuais: feitiço e conserto de medidas, materiais para aferição, placas.

724\$000 foram-se para uniformizar as medidas pertencentes ao Município. Os litros aqui tinham mil e quatrocentos gramas. Em algumas aldeias subiam, em outras desciam. Os negociantes de cal usavam caixões de querosene e caixões de sabão, a que arrancavam tábuas, para enganar o comprador. Fui descaradamente roubado em compras de cal para os trabalhos públicos.

## CEMITÉRIO

No cemitério enterrei 189\$000 – pagamento ao coveiro e conservação.

## ESCOLA DE MÚSICA

A Filarmônica 16 de Setembro consumiu 1:990\$660 – ordenado de um mestre, aluguel de casa, material, luz.

## FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA E DA POLÍCIA

Os escrivães do júri, do cível e da polícia, o delegado e os oficiais de justiça levaram 1:843\$314.

## ADMINISTRAÇÃO

A administração municipal absorveu 11:457\$497 – vencimentos do Prefeito, de dois secretários (um efetivo, outro aposentado), de dois fiscais, de um servente; impressão de recibos, publicações, assinatura de jornais, livros, objetos necessários à secretaria, telegramas.

Relativamente à quantia orçada, os telegramas custaram pouco. De ordinário vai para eles dinheiro considerável. Não há vereda aberta pelos matutos, forçados pelos inspetores, que prefeitura do interior não ponha no arame, proclamando que a coisa foi feita por ela; comunicam-se datas históricas ao Governo do Estado, que não precisa disso; todos os acontecimentos políticos são badalados. Porque se derrubou a Bastilha – um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua – um telegrama; porque o deputado federal esticou as canelas – um telegrama. Dispêndio inútil. Toda a gente sabe que isto por aqui vai bem, que o deputado morreu, que nós choramos e que em 1559 D. Pero Sardinha foi comido pelos caetés.

## ARRECADAÇÃO

As despesas com a cobrança dos impostos montaram a 5:602\$244. Foram altas porque os devedores são cabeçudos. Eu disse ao Conselho, em relatório, que aqui os contribuintes pagam ao Município se querem, quando querem e como querem.

Chamei um advogado e tenho seis agentes encarregados da arrecadação, muito penosa. O município é pobre e demasiado grande para a população que tem, reduzida por causa das secas continuadas.

## LIMPEZA PÚBLICA – ESTRADAS

No orçamento, limpeza pública e estradas incluíram-se numa só rubrica. Consumiram 25:111\$152.

Cuidei bastante da limpeza pública. As ruas estão varridas, retirei da cidade o lixo acumulado pelas gerações que por aqui passaram; incinerei monturos imensos, que a Prefeitura não tinha suficientes recursos para remover.

Houve lamúrias e reclamações por se haver mexido no cisco preciosamente guardado em fundos de quintais, lamúrias, reclamações e ameaças porque mandei matar algumas centenas de cães vagabundos; lamúrias, reclamações, ameaças, guinchos, berros e coices dos fazendeiros que viram bichos nas praças.

#### POSTO DE HIGIENE

Em falta de verba especial, inseri entre os dispêndios realizados com a limpeza pública os relativos à profilaxia do Município.

Contratei com o Dr. Leorne Menescal, chefe do serviço de Saneamento Rural, a instalação de um posto de higiene, que, sob a direção do Dr. Hebreliano Wanderley, tem sido de grande utilidade à nossa gente.

#### VIAÇÃO

Consertei as estradas de Quebrangulo, da Porcina, de Olhos d'Água aos limites de Limoeiro, na direção de Cana Brava.

Foram reparos sem grande importância e que apenas menciono para que esta exposição não fique incompleta.

Faltam-nos recursos para longos tratos de rodovias, e quaisquer modificações em caminhos estreitos, íngremes, percorridos por animais e veículos de tração animal, depressa desaparecem. É necessário que se esteja sempre a renová-las, pois as enxurradas levam num dia o trabalho de meses e os carros de bois escangalham o que as chuvas deixam.

Os empreendimentos mais sérios a que me aventurei foram a estrada de Palmeira de Fora e o terrapleno da Lagoa.

#### ESTRADA DE PALMEIRA DE FORA

Tem oito metros de largura e, para que não ficasse estreita em uns pontos, larga em outros, uma parte dela foi aberta em pedra.

Fiz cortes profundos, aterros consideráveis, valetas e passagens transversais para as águas que descem dos montes.

Cerca de vinte homens trabalharam nela quase cinco meses.

Parece-me que é uma estrada razoável. Custou 5:049\$400. Tenciono prolongá-la à fronteira de Sant'Ana do Ipanema, não nas condições e que está, que as rendas do Município me não permitiriam obra de tal vulto.

## OUTRA ESTRADA

Como, a fim de não inutilizar-se em pouco tempo, a estrada de Palmeira de Fora se destina exclusivamente a pedestres e a automóveis, abri outra paralela ao trânsito de animais.

## TERRAPLENO DA LAGOA

O espaço que separa a cidade do bairro da Lagoa era uma coelheira imensa, um vasto acampamento de tatus, qualquer coisa deste gênero.

Buraco por toda parte. O aterro que lá existiu, feito na administração do Prefeito Francisco Cavalcante, quase que havia desaparecido.

Em um dos lados do caminho abria-se uma larga fenda com profundidade que variava de três para cinco metros. A água das chuvas, impetuosa em virtude da inclinação do terreno, transformava-se ali em verdadeira torrente, o que aumentava a cavidade e ocasionava sério perigo aos transeuntes. Além disso outras aberturas se iam formando, os invernos cavavam galerias subterrâneas, e aquilo era inacessível a veículo de qualquer espécie.

Empreendi aterrar e empedrar o caminho, mas reconheci que o solo não-fendido era inconsistente; debaixo de uma tênue camada de terra de aluvião, que uma estacada sustentava, encontrei lixo. Retirei o lixo, para preparar o terreno e para evitar fosse um monturo banhado por água que logo entrava em um riacho de serventia pública. Quase todos os trabalhadores adoeceram.

Estou fazendo dois muros de alvenaria, extensos, espessos e altos, para suportar o aterro. Dei à estrada nove metros de largura. Os trabalhos vão adiantados.

Durante meses mataram-me o bicho do ouvido com reclamações de toda a ordem contra o abandono em que se deixava a melhor entrada para a cidade. Chegaram lá pedreiros – outras reclamações surgiram, porque as obras irão custar um horror de contos de réis, dizem.

Custarão alguns, provavelmente. Não tanto quanto as pirâmides do Egito, contudo. O que a Prefeitura arrecada basta para que nos não resignemos às modestas tarefas de varrer as ruas e matar cachorros.

Até agora as despesas com os serviços da lagoa sobem a 14:418\$627.

Convenho em que o dinheiro do povo poderia ser mais útil se estivesse nas mãos, ou nos bolsos, de outro menos incompetente do que eu; em todo o caso,

transformando-o em pedra, cal, cimento etc., sempre procedo melhor que se o distribuísse com os meus parentes, que necessitam, coitados.

(Os gastos com a estrada de Palmeira de Fora e com o terrapleno estão, naturalmente, incluídos nos 25:111\$152 já mencionados).

#### DINHEIRO EXISTENTE

Deduzindo-se da receita a despesa e acrescentando-se 105\$858 que a administração passada me deixou, verifica-se um saldo de 11:044\$947.

40\$897 então em caixa e 11:004\$050 depositados no Banco Popular e Agrícola de Palmeira. O Conselho autorizou-me a fazer o depósito.

Devo dizer que não pertenço ao banco nem tenho lá interesse de nenhuma espécie. A Prefeitura ganhou: livrou-se de um tesoureiro, que apenas serviria para assinar as folhas e embolsar o ordenado, pois no interior os tesoureiros não fazem outra coisa, e teve um lucro de 615\$050 de juros.

Os 40\$897 estão em poder do secretário, que guarda o dinheiro até que ele seja colocado naquele estabelecimento de crédito.

#### LEIS MUNICIPAIS

Em janeiro do ano passado, não achei no Município nada que se parecesse com lei, fora as que havia na tradição oral, anacrônicas, do tempo das candeias de azeite.

Constava a existência de um código municipal, coisa intangível e obscura. Procurei, rebusquei, esquadrinhei, estive quase a recorrer ao espiritismo, convenci-me de que o código era uma espécie de lobisomem.

Afinal, em fevereiro, o secretário descobriu-o entre papéis do Império. Era um delgado volume impresso em 1865, encardido e dilacerado, de folhas soltas, com aparência de primeiro livro de leitura de Abílio Borges. Um furo. Encontrei no folheto algumas leis, aliás bem redigidas, e muito sebo.

Com elas e com outras que nos dá a Divina Providência consegui aguentar-me, até que o Conselho, em agosto, votou o código atual.

#### CONCLUSÃO

Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só há curvas onde as retas foram inteiramente impossíveis.

Evitei emaranhar-me em teias de aranha.

Certos indivíduos, não sei por que, imaginam que devem ser consultados; outros se julgam autoridade bastante para dizer aos contribuintes que não paguem impostos.

Não me entendi com esses.

Há quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anônimas, e adoeça, e se morda por não ver a infalível maroteirazinha, a abençoada canalhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que dela se servem como assunto invariável; há quem não compreenda que um ato administrativo seja isento de lucro pessoal; há até quem pretenda embaraçar-me em coisas tão simples como mandar quebrar as pedras dos caminhos.

Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325\$500 de multas.

Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porém, foram da inteligência, que é fraca.

Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome.

Não me fizeram falta.

Há descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos.

Paz e prosperidade.

Palmeira dos Índios, 10 de janeiro de 1929.

GRACILIANO RAMOS.

## **ANEXO B – RELATÓRIO DO PREFEITO GRACILIANO RAMOS AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, 1929**

Sr. Governador.

Esta exposição é talvez desnecessária. O balanço que remeto a V. Exa. mostra bem de que modo foi gasto em 1929 o dinheiro da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. E nas contas regularmente publicadas há pormenores abundantes, minudência que excitaram o espanto benévolo da imprensa.

Isto é, pois, uma reprodução de fatos que já narrei, com algarismo e prova de guarda-livros, em numerosos balancetes e nas relações que os acompanharam.

### **RECEITA - 96:924\$985**

No orçamento do ano passado houve supressão de várias taxas que existiam em 1928. A receita, entretanto, calculada em 68:850\$000, atingiu 96:924\$985.

E não empreguei rigores excessivos. Fiz apenas isto: extingui favores largamente concedidos a pessoa que não precisavam deles e pus termo à extorsões que afligiam os matutos de pequeno valor, ordinariamente raspados, escorchados, esbrugados pelos exatores

Não me resolveria, é claro, a pôr em prática no segundo ano de administração a equidade que torna o imposto suportável. Adotei-a logo no começo. A receita em 1928 cresceu bastante. E se não chegou à soma agora alcançada, é que me foram indispensáveis alguns meses para corrigir irregularidades muito sérias, prejudiciais à arrecadação.

### **DESPESA – 105:465\$613**

Utilizei parte das sobras existentes no primeiro balanço.

### **ADMINISTRAÇÃO – 22:667\$748**

Figuram 7:034\$558 despendidos com a cobrança das rendas, 3:518\$000 com a fiscalização e 2:400\$000 pagos a um funcionário aposentado. Tenho seis cobradores, dois fiscais e um secretário.

Todos são mal remunerados.

### GRATIFICAÇÕES – 1:560\$000

Estão reduzidas.

### CEMITÉRIO – 243\$000

Pensei em construir um novo cemitério, pois o que temos dentro em pouco será insuficiente, mas os trabalhos a que me aventurei, necessários aos vivos, não me permitiram a execução de uma obra, embora útil, prorrogável. Os mortos esperarão mais algum tempo. São os munícipes que não reclamam.

### ILUMINAÇÃO – 7:800\$000

A Prefeitura foi intrujada quando, em 1920, aqui se firmou um contrato para o fornecimento de luz. Apesar de ser o negócio referente à claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um *bluff*. Pagamos até a luz que a lua nos dá.

### HIGIENE – 8:454\$190

O estado sanitário é bom. O posto de higiene, instalado em 1928, presta serviços consideráveis à população. Cães, porcos e outros bichos incômodos não tornaram a aparecer nas ruas. A cidade está limpa.

### INSTRUÇÃO – 2:886\$180

Instituíram-se escolas em três aldeias. Serra da Mandioca, Anum e Canafistula. O Conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica à educação de adultos.

Presumo que esses estabelecimentos são de eficiência contestável. As aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade, uma lastimosa ignorância. Escolhidas algumas delas, as escolas entraram a funcionar regularmente, como as outras.

Não creio que os alunos aprendam ali grande coisa. Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaques, discutir política e decorar sonetos, passatempos acessíveis a quase todos os roceiros.

### UMA DÍVIDA ANTIGA – 5:210\$000

Entregaram-me, quando entrei em exercício, 105\$858 para saldar várias contas, entre elas uma de 5:210\$000, relativa a mais de um semestre que deixaram de pagar à empresa fornecedora de luz.

## VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – 56:644\$495

Os gastos com viação e obras públicas foram excessivos. Lamento, entretanto, não me haver sido possível gastar mais. Infelizmente a nossa pobreza é grande. E ainda que elevemos a receita ao dobro da importância que ela ordinariamente alcançava, e economizemos com avareza, muito nos falta realizar. Está visto que me não preocupei com todas as obras exigidas. Escolhi as mais urgentes.

Fiz reparos nas propriedades do Município, remendei as ruas e cuidei especialmente de viação.

Possuímos uma teia de aranha de veredas muito pitorescas, que se torcem em curvas caprichosas, sobem montes e descem vales de maneira incrível. O caminho que vai a Quebrangulo, por exemplo, original produto de engenharia tupi, tem lugares que só podem ser transitados por automóvel Ford e por lagartixa. Sempre me pareceu lamentável desperdício consertar semelhante porcaria.

## ESTRADA PALMEIRA A SANTANA

Abandonei as trilhas dos caetés e procurei saber o preço duma estrada que fosse ter a Sant'Ana do Ipanema. Os peritos responderam que ela custaria aí uns seiscentos mil-réis ou sessenta contos. Decidi optar pela despesa avultada.

Os seiscentos mil-réis ficariam perdidos entre os barrancos que enfeitam um caminho atribuído ao defunto Delmiro Gouveia e que o Estado pagou com liberalidade: os sessenta contos, caso eu os pudesse arrancar ao povo, não serviriam talvez ao contribuinte, que, apertado pelos cobradores, diz sempre não ter encomendado obras públicas, mas a alguém haveriam de servir. Comecei os trabalhos em janeiro. Estão prontos vinte e cinco quilômetros. Gastei 26:871\$930.

## TERRAPLENO DA LAGOA

Este absurdo, este sonho de louco, na opinião de três ou quatro sujeitos que sabem tudo, foi concluído há meses.

Aquilo, que era uma furna lóbrega, tem agora, terminado o aterro, um declive suave. Fiz uma galeria para o escoamento das águas. O pântano que ali havia, cheio de lixo, excelente para a cultura de mosquitos, desapareceu. Deitei sobre as muralhas duas balaustradas de cimento armado. Não há perigo de se despenhar um automóvel lá de cima.

O plano que os técnicos indígenas consideravam impraticável era muito mais modesto.

Os gastos em 1929 montaram a 24:391\$925.

SALDO – 2:504\$319

Adicionando-se à receita o saldo existente no balanço passado e subtraindo-se a despesa, temos 2:504\$319.

2:365\$969 estão em caixa e 138\$350 depositados no Banco Popular e Agrícola de Palmeira.

## PRODUÇÃO

Dos administradores que me precederam uns dedicaram-se a obras urbanas; outros, inimigos de inovações, não se dedicaram a nada.

Nenhum, creio eu, chegou a trabalhar nos subúrbios.

Encontrei em decadência regiões outrora prósperas; terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o sul do País ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos.

E o palmeirense afirmava, convicto, que isto era a princesa do sertão. Uma princesa, vá lá, mas princesa muito nua, muito madraça, muito suja e muito escavada.

Favoreci a agricultura livrando-a dos bichos criados à toa; ataquei as patifarias dos pequeninos senhores feudais, exploradores da canalha; suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte; estimulei as relações entre o produtor e o consumidor.

Estabeleci feiras em cinco aldeias: 1:156\$750 foram-se em reparos nas ruas de Palmeira de Fora.

Canafístula era um chiqueiro. Encontrei lá o ano passado mais de cem porcos misturados com gente. Nunca vi tanto porco.

Desapareceram. E a povoação está quase limpa. Tem mercado semanal, estrada de rodagem e uma escola.

## MIUDEZAS

Não pretendo levar ao público a ideia de que os meus empreendimentos tenham vulto. Sei perfeitamente que são miuçalhas. Mas afinal existem. E, comparados a outros ainda menores, demonstram que aqui pelo interior podem tentar-se coisas um pouco diferentes dessas invisíveis sem grande esforço de imaginação ou microscópio.

Quando iniciei a rodovia de Sant'Ana, a opinião de alguns munícipes era de que ela não prestava porque estava boa demais. Como se eles não a merecessem. E argumentavam. Se aquilo não era péssimo, com certeza sairia caro, não poderia ser executado pelo Município.

Agora mudaram de conversa. Os impostos cresceram, dizem. Ou as obras públicas de Palmeira dos Índios são pagas pelo Estado. Chegarei a convencer-me de que não fui eu que as realizei.

## BONS COMPANHEIROS

Já estou convencido. Não fui eu, primeiramente porque o dinheiro despendido era do povo, em segundo lugar porque tornaram fácil a minha tarefa uns pobres homens que se esfalfam para não perder salários miseráveis.

Quase tudo foi feito por eles. Eu apenas teria tido o mérito de escolhê-los e vigiá-los, se nisto houvesse mérito.

## MULTAS

Arrecadei mais de dois contos de réis de multas. Isto prova que as coisas não vão bem.

E não se esmerilharam contravenções. Pequenas irregularidades passam despercebidas. As infrações que produziram soma considerável para um orçamento exíguo referem-se a prejuízos individuais e foram denunciadas pelas pessoas ofendidas, de ordinário gente miúda, habituada a sofrer a opressão dos que vão trepando.

Esforcei-me por não cometer injustiças. Isto não obstante, atiraram as multas contra mim como arma política. Com inabilidade infantil, de resto. Se eu deixasse em paz o proprietário que abre as cercas de um desgraçado agricultor e lhe transforma em pasto a lavoura, devia enforcar-me.

Sei bem que antigamente os agentes municipais eram zarolhos. Quando um infeliz se cansava de mendigar o que lhe pertencia, tomava uma resolução heroica: encomendava-se a Deus e ia à capital. E os Prefeitos achavam razoável que os contraventores fossem punidos pelo Sr. Secretário do Interior, por intermédio da polícia.

## REFORMADORES

O esforço empregado para dar ao Município o necessário é vivamente combatido por alguns pregoeiros de métodos administrativos originais. Em conformidade com eles, deveríamos proceder sempre com a máxima condescendência, não onerar os camaradas, se rigorosos apenas com os pobre-diabos sem proteção, diminuir a receita, reduzir a despesa aos vencimentos dos funcionários, que ninguém vive sem comer, deixar esse luxo de obras públicas à Federação, ao Estado ou, em falta destes, à Divina Providência.

Belo programa. Não se faria nada, para não descontentar os amigos: os amigos que pagam, os que administram, o que hão de administrar. Seria ótimo. E existiria por preço baixo uma Prefeitura bode expiatório, magnífico assunto para *commérage* de lugar pequeno.

## POBRE POVO SOFREDOR

É uma interessante classe de contribuintes, módica em número, mas bastante forte. Pertencem a ela negociantes, proprietários, industriais, agiotas que esfolam o próximo com juros de judeus.

Bem comido, bem bebido, o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz, quer estradas, quer higiene. É exigente e resmungão.

Como ninguém ignora que se não obtém de graça as coisas exigidas, cada um dos membros desta respeitável classe acha que os impostos devem ser pagos pelos outros.

## PROJETOS

Tenho vários, de execução duvidosa. Poderei concorrer para o aumento da produção e, conseqüentemente, da arrecadação. Mas umas semanas de chuva ou de estiagem arruínam as searas, desmantelam tudo – e os projetos morrem.

Iniciarei, se houver recursos, trabalhos urbanos.

Há pouco tempo, com a iluminação que temos, pérfida, dissimulavam-se nas ruas sérias ameaças à integridade das canelas imprudentes que por ali transitassem em noites de escuro.

Já uma rapariga aqui morreu afogada no enxurro. Uma senhora e uma criança, arrastadas por um dos rios que se formavam no centro da cidade, andaram rolando de cachoeira em cachoeira e danificaram na viagem braços, pernas, costelas e outros órgãos apreciáveis.

Julgo que, por enquanto, semelhantes perigos estão conjurados, mas dois meses de preguiça durante o inverno bastarão para que eles se renovem.

Empedrarearei, se puder, algumas ruas.

Tenho também a ideia de iniciar a construção de açudes na zona sertaneja.

Mas para que semear promessas que não sei se darão frutos? Relatarei com pormenores os planos a que me referia quando eles estiverem executados, se isto acontecer.

Ficarei, porém, satisfeito se levar ao fim as obras que encetei. É uma pretensão moderada, realizável. Se não realizar, o prejuízo não será grande.

O Município, que esperou dois anos, espera mais um. Mete na Prefeitura um sujeito hábil e vinga-se dizendo de mim cobras e lagartos.

Paz e prosperidade.

Palmeira dos Índios, 11 de janeiro de 1930.

GRACILIANO RAMOS

## **ANEXO C – COMENTÁRIOS DO GOVERNADOR DE ALAGOAS, ÁLVARO PAES, AOS RELATÓRIOS DO PREFEITO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, GRACILIANO RAMOS**

A administração de Palmeira dos Índios continua a oferecer um exemplo de trabalho e honestidade, que coloca o Município numa situação de destaque.

A ação do Prefeito, forte e inteligente, se faz sentir nas iniciativas e nas realizações que têm concorrido para o engrandecimento do Município.

Orçada a receita em 68:850\$000, a arrecadação, durante o exercício do ano passado, ultrapassou 96:924\$985.

Declarou-me o Prefeito que não empregou rigores excessivos para obter este magnífico resultado. Apenas extinguiu favores, que se não justificavam, e adotou outras medidas de igual resultados para a Municipalidade.

A despesa, criteriosamente distribuída entre melhoramentos importantes, elevou-se a 105:465\$613, de acordo com o balancete que pormenoriza cada verba.

Na administração municipal foram aplicados 22:667\$748, dos quais 7:034\$558 no serviço da cobrança das vendas; 3:518\$000, na fiscalização; 2:400\$000, no pagamento a um funcionário aposentado. O pessoal da administração é constituído por 6 cobradores, 2 fiscais e 1 secretário.

A importância despendida com as gratificações autorizadas pelo Conselho Municipal monta a 1:560\$000.

As despesas com a conservação do asseio do cemitério público montam 243\$000.

Despendeu a Prefeitura 7:800\$000 com a iluminação pública, que é mantida mediante contrato.

Com o serviço sanitário, para o qual, desde 1928, foi instalado um posto que vem prestando consideráveis serviços à população, foram gastos 8:454\$190.

A ação do Prefeito não ficou restrita a estes melhoramentos, pois outros, de grande relevo, mereceram ainda os seus cuidados, como os trabalhos de viação e obras públicas, cujos gastos ascendem a 56:644\$495.

Na construção da magnífica estrada de rodagem de Palmeira dos Índios à Sant'Ana do Ipanema, num percurso de 25 quilômetros, gastou o Prefeito

26:817\$930. É uma estrada que está sendo construída em iguais condições, quanto ao conforto e à técnica, às melhores do Estado.

Está concluída a terraplanagem do trecho entre a cidade e a lagoa, trabalho importante para o qual prefeitos, em diversos períodos, voltaram as suas vistas, sem nada realizar. O Prefeito, dando-me notícia de seu empreendimento, descreve a situação do pântano que lá encontrou e que está hoje transformado em um declive suave, com uma galeria para o escoamento das águas. Sobre as muralhas foram colocadas duas balaústras de cimento armado. A importância com que foram ocorridas as despesas dos respectivos trabalhos se elevou a 24:391\$925.

Outros problemas de cuja solução depende o engrandecimento do município mereceram o desvelo do Prefeito que também cuidou dos subúrbios, favorecendo a agricultura e tudo realizando para tornar sempre proveitosa a sua ação administrativa.

Álvaro Pares

(Mensagem ao Congresso Legislativo [Imprensa Oficial, Maceió, 1929])